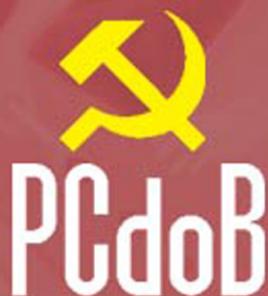


# A Política de Estruturação do PCdoB

*Documentos Básicos*



## **Política de Estruturação do PCdoB**

**Presidente Nacional:**

Renato Rabelo

**Secretário Nacional de Organização:**

Walter Sorrentino

**Comissão Nacional de Organização:**

André Bezerra, Elaine Guimarães e Oswaldo Napoleão

**Edição:**

Comissão Nacional de Organização

**Diagramação e  
Programação Livro Eletrônico**

Eduardo Martins

**Capa**

Cláudio Gonzalez

**Junho/2006**



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO .....	8
ESTATUTO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL .....	10
CAPÍTULO I – DO PARTIDO .....	10
CAPÍTULO II – OS MEMBROS DO PARTIDO .....	11
CAPÍTULO III – OS QUADROS DO PARTIDO .....	15
CAPÍTULO IV – DA CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA E DA CARTEIRA NACIONAL DE MILITANTE .....	17
CAPÍTULO V – O CENTRALISMO DEMOCRÁTICO .....	19
CAPÍTULO VI – NORMAS GERAIS DO SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PARTIDO .....	21
CAPÍTULO VII – AS INSTÂNCIAS E ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS .....	26
CAPÍTULO VIII – DA DISCIPLINA PARTIDÁRIA .....	40
CAPÍTULO IX – DAS COMISSÕES DE CONTROLE .....	46
CAPÍTULO X – ATUAÇÃO DOS COMUNISTAS NAS ENTIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS .....	47
CAPÍTULO XI – ATUAÇÃO DOS COMUNISTAS EM CARGOS PÚBLICOS DE REPRESENTAÇÃO DO PARTIDO .....	51
CAPÍTULO XII – OS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO PARTIDÁRIA .....	54
CAPÍTULO XIII – INSTITUTO MAURÍCIO GRABOIS .....	55
CAPÍTULO XIV – PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS .....	56
CAPÍTULO XV – DISPOSIÇÕES FINAIS .....	60



REGIMENTO INTERNO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL .....	62
NORMA COMPLEMENTAR DE FINANÇAS AO ESTATUTO DO PCdoB .....	69
PARTIDO COMUNISTA RENOVADO (Trecho da resolução política aprovada no 11º Congresso do PCdoB) .....	75
1. Partido para as novas condições da luta política .....	78
2. Forjar um partido revolucionário renovado, de ampla militância, apoiado em quadros avançados.....	84
3. Reforçar a unidade e desenvolver a legalidade partidária, renovando os estatutos.....	89
RESOLUÇÃO DO 1º ENCONTRO NACIONAL SOBRE QUESTÕES DE PARTIDO .....	93
Introdução .....	93
1. Apreender a linha fundamental da 9ª Conferência Nacional.....	96
2. Implementar linhas renovadas para a acumulação de forças no rumo de um PC de massas.....	98
3. Assegurar o princípio do centralismo democrático...100	
4. Desenvolver e aprimorar a institucionalidade partidária .....	102
5. Quadros para o novo tempo .....	103
6. Estruturar mais e melhor o partido, superando as defasagens existentes.....	105
RESOLUÇÃO DO 2º ENCONTRO NACIONAL SOBRE QUESTÕES DE PARTIDO .....	121
Introdução .....	121
Parte I – Superar a subestimação .....	126

Parte II – A linha de intervenção política e de estruturação do PCdoB.....	143
Anexo 1 - Alguns temas organizativos em adendo ao documento do 2º Encontro .....	159
A ATUAÇÃO DO PCDOB NOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ATUALIDADE.....	163
Alguns traços dos movimentos sociais no capitalismo contemporâneo .....	164
Movimentos sociais e luta de idéias.....	166
A situação internacional e os movimentos sociais .....	168
A relação partido e movimentos sociais .....	169
O povo brasileiro e sua formação sócio-cultural .....	171
O conceito de movimentos sociais populares .....	172
Um breve histórico das recentes lutas de nosso povo..	174
Maioria do povo não participa de movimentos sociais .	176
A força política dos movimentos populares brasileiros.	177
Os comunistas e os movimentos sociais no governo Lula .....	178
Nossa plataforma e nossas bandeiras .....	179
Reforçar a atuação do Partido nos movimentos sociais	181
Aumentar nossa influência e construir bases políticas de massa.....	181
Os comunistas e a Coordenação dos Movimentos Sociais – CMS.....	182
Unificar o trabalho de direção partidária .....	185
Estruturar o Partido na luta.....	187
ENCONTRO NACIONAL “PARTIDO E JUVENTUDE” .....	189
Fortalecer o PCdoB e impulsionar as mudanças.....	190

O trabalho do PCdoB com a juventude na nova situação política.....	191	
Avançar na ação política de massas e na construção da UJS nos movimentos juvenis.....	192	
A juventude é estratégica para a luta política e para a construção partidária .....	195	
Aperfeiçoar o trabalho de direção.....	197	
Ampliar a força militante do Partido entre os jovens da UJS .....	199	
Mais vida partidária e formação para os jovens comunistas.....	201	
Jovens comunistas da UJS com tarefas da UJS.....	202	
Manter os quadros jovens por mais tempo na UJS.....	203	
Políticas públicas de juventude .....	206	
O CEMJ e a revista teórica e política sobre juventude..	209	
SOBRE O RELANÇAMENTO DA UJS E A ORGANIZAÇÃO DOS JOVENS COMUNISTAS (Trechos da Resolução do Comitê Central do PCdoB (agosto-1999). .....		211
A concepção de UJS.....	213	
Autonomia orgânica .....	214	
Como se deu a implementação da resolução do CC de 1996 .....	216	
Problemas políticos e ideológicos do trabalho juvenil ..	217	
Reforçar a formação e o trabalho ideológico com os jovens comunistas.....	219	
A política de organização dos jovens no Partido .....	219	
Aperfeiçoar a direção partidária na frente juvenil .....	221	
Os quadros jovens: elemento decisivo .....	223	

A PRESENÇA DOS COMUNISTAS BRASILEIROS NO GOVERNO CENTRAL DA REPÚBLICA .....	225
Situação atual do PC do B nessa frente.....	226
Os posicionamentos atuais do Partido sobre a questão	227
O desempenho, os êxitos e as falhas no decorrer da atividade.....	229
Perspectivas .....	233
SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS FILIADOS DO PCdoB NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS .....	237
As condições da participação no governo .....	237
Das contribuições financeiras .....	239
Disposições Gerais.....	240
UM NOVO CICLO DE ACUMULAÇÃO ESTRATÉGICA PARA O PCdoB (Trecho da resolução política aprovada no 9ª Conferência Nacional do PCdoB) .....	241
A construção partidária e seu projeto político. ....	242
Novas exigências na esfera ideológica para a estruturação partidária. ....	247
O fortalecimento orgânico do PCdoB.....	253
O CONHECIMENTO DA ESTRUTURA PARTIDÁRIA E DE SEUS QUADROS .....	263

## APRESENTAÇÃO

**E**ditamos esta obra com sentido político e organizativo, instrumento para a tarefa militante de consolidação orgânica do PCdoB.

Nos últimos anos fizemos enormes progressos na modernização das concepções e práticas de Partido. Nos marcos da nova situação política criada no país com a vitória de Luis Inácio Lula da Silva à Presidência da República, aproveitamos bem o impulso de crescimento, mais que dobrando nossos efetivos. Alcançamos nova síntese na elaboração do pensamento de Partido, cujo ponto alto foi o novo Estatuto aprovado no 11º Congresso. Como se sabe, ele coroou os esforços empreendidos também com a 9ª. Conferência Nacional, com os diversos Encontros Nacionais realizados sobre questões de Partido, sobre os movimentos sociais, a juventude e a participação institucional.

Trata-se de um rol de elaborações que, somando-se ao rico pensamento político do PCdoB no plano nacional e internacional, fornecem uma chave poderosa para construir e estruturar o Partido em todos os aspectos e terrenos. Somados, designam a *linha política de estruturação partidária*, que – tanto quanto a tática política propriamente dita – precisa ser inteiramente apropriada pelos quadros dirigentes e estratos militantes.

Ao lado disso, a estruturação partidária exige normas e regimentos que governem a vida partidária. De fato, o PCdoB vem se caracterizando por intensa e participativa vida interna. Isso é um dos pontos fortes da tradição comunista que, agora, vai reforçada sob uma institucionalidade bem definida e profundamente democrática, sob uma única orientação política – elaborada



por todos e todas - e sob um único centro dirigente – eleito por todos e todas. É precisamente essa institucionalidade, o respeito integral a ela que devemos todos, dirigentes e militantes, que visamos estimular com a presente publicação. Ela é a garantia, para a instituição Partido e para seus integrantes, de que cumpram seu papel e superem os obstáculos à maior estruturação nos aspectos políticos, ideológicos, organizativos e de sustentação financeira. Trata-se aqui também de uma luta política e prática, a da implementação da nova cultura político-organizacional emanada do Estatuto.

Inúmeras vicissitudes marcam a luta de classes no país e a estruturação de uma força dirigente de vanguarda dessa luta. O PCdoB prepara-se diuturnamente frente a essas condições. A aplicação dos preceitos destes documentos é a baliza para um PCdoB ainda mais forte e temperado para a luta, extenso em militância, com sólida estrutura de quadros que assegurem o papel estratégico do Partido, com forte ação e bases de massas. Julgamos, assim, que esta compilação é ferramenta indispensável ao labor cotidiano dos *estrategistas* da construção do Partido Comunista do Brasil.

**Walter Sorrentino**  
**Secretário Nacional de Organização do PCdoB**  
**Maio/2006**

## ESTATUTO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

### CAPÍTULO I - DO PARTIDO

#### Artigo 1º -

O Partido Comunista do Brasil, fundado em 25 de março de 1922, reorganizado em 18 de fevereiro de 1962 e legalizado, na fase atual, em 27 de maio de 1985, é o partido político da classe operária e do conjunto dos trabalhadores brasileiros, fiel representante dos interesses do povo trabalhador e da nação. Organização política de vanguarda consciente do proletariado, guia-se pela teoria científica e revolucionária elaborada por Marx e Engels, desenvolvida por Lênin e outros revolucionários marxistas.

O Partido Comunista do Brasil luta contra a exploração e opressão capitalista e imperialista. Visa a conquista do poder político pelo proletariado e seus aliados, propugnando o socialismo científico. Tem como objetivo superior o comunismo. Afirmando a superioridade do socialismo sobre o capitalismo, almeja retomar um novo ciclo de luta pelos ideais socialistas, renovados com os ensinamentos da experiência socialista do século XX, e desenvolvidos para atender à realidade do nosso tempo e às exigências de nosso país e nossa gente. Ao mesmo tempo, no espírito do internacionalismo proletário, apóia a luta antiimperialista de todos os povos por sua emancipação nacional e social, soberania nacional e pela paz mundial.

O Partido Comunista do Brasil é uma organização de caráter socialista, patriótica e antiimperialista, expressão e continuação da elevada tradição de lutas do povo brasileiro, de compromisso militante e ação transformadora contemporânea ao século XXI, inspirados pelos valores da



igualdade de direitos, liberdade e solidariedade, de uma moral e ética proletária, humanista e democrática.

Para levar adiante seus propósitos, o PCdoB se rege, nos marcos da legislação vigente do país, pelo presente Estatuto.

## CAPÍTULO II - OS MEMBROS DO PARTIDO

### Artigo 2º -

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) é uma associação livre e voluntária de cidadãos e cidadãs, maiores de 18 (dezoito) anos, no gozo de seus direitos políticos, que aceitam seu Programa e Estatuto. Em caráter excepcional, a ele poderão filiar-se jovens eleitores maiores de 16 (dezesesseis) anos.

Ser membro do Partido significa empenhar-se pela construção da unidade de amplas massas populares, dos setores democráticos e progressistas na luta por igualdade de direitos e dignidade para o povo brasileiro, pelo avanço da democracia, da soberania nacional e pelo socialismo.

A condição de membro do Partido implica em direitos e deveres que se vão constituindo mediante um processo consciente e progressivo, com a filiação, a militância em uma das organizações partidárias, a aplicação das suas orientações, a sustentação material e financeira do Partido, o estudo e a divulgação das suas idéias e propostas.

### Artigo 3º -

A condição de membro do Partido inicia-se com a filiação, em caráter individual, por intermédio da Ficha Nacional de Filiação, expressando a aceitação do Programa e do Estatuto. A proposta de filiação deve ser abonada por um membro do Partido e aprovada por uma das organizações



partidárias. A admissão formal deve ser comunicada ao novo filiado num prazo máximo de 30 dias. A filiação será registrada nos cadastros partidários e comunicada à Justiça Eleitoral.

O organismo que admitir a filiação deve indicar ao novo membro do Partido o organismo ao qual deve se vincular, esclarecer seus direitos e deveres, estabelecer com ele a contribuição financeira ao Partido, bem como propor-lhe a assinatura d'A *Classe Operária* e a participação nos cursos de formação teórico-política.

Parágrafo 1º – A filiação de líderes de reconhecida expressão, detentores de cargos eletivos, dirigentes de outros Partidos e personalidades da sociedade civil deverá ter a anuência do Comitê Estadual, ouvida a opinião da Comissão Política Nacional.

Parágrafo 2º – em situações especiais poderá ser solicitada apenas a filiação interna, a ser aprovada pelas Comissões Políticas Estaduais.

Parágrafo 3º – para a desfiliação, o membro do Partido deverá comunicá-la por escrito à Organização de Base em que atua ou ao Comitê Municipal, que a comunicará à Justiça Eleitoral.

#### **Artigo 4º -**

Os filiados e filiadas são um patrimônio político do Partido, que empreende esforços permanentes para elevar sua consciência política, sua participação na vida partidária e seu compromisso militante.

São seus direitos: participar nas reuniões partidárias, opinar e contribuir na elaboração da linha política partidária e manifestar-se perante os órgãos de direção partidária no âmbito em que atua. O(a) filiado(a) pode por sua livre

vontade passar à condição de militante, para eleger e ser eleito(a) nas instâncias partidárias, mediante obtenção da Carteira Nacional do Militante e passando a atuar regularmente em uma das organizações partidárias.

São seus deveres: apoiar as causas e campanhas do Partido, votar em seus candidatos, aplicar suas orientações gerais e comprometer-se com a promoção da dignidade da pessoa humana, com a luta em defesa dos direitos do povo, da liberdade, da soberania nacional e pelo socialismo.

### **Artigo 5º -**

Os(as) militantes são as bases da força do Partido junto aos trabalhadores e ao povo. São os(as) filiados(as) que atuam regularmente em uma das suas organizações; estão em dia com as contribuições financeiras obrigatórias de sustentação do Partido; estudam, acatam e aplicam suas decisões; difundem a orientação, as idéias e propostas partidárias.

Os(as) militantes esforçam-se continuamente por aumentar seus vínculos com os trabalhadores e o povo, e elevar seu nível de cultura e consciência política. Devem zelar pelo honroso título de militante comunista, cultivando elevados padrões éticos e morais, de solidariedade ao povo e respeito à coisa pública, sendo exemplo de luta, honradez e sinceridade com seus companheiros e companheiras.

A condição de militante será comprovada pela Carteira Nacional do Militante, devidamente registrada nos cadastros partidários, que será renovada anualmente mediante pagamento das contribuições obrigatórias estabelecidas no presente Estatuto.



**Artigo 6º -**

Todo(a) militante do Partido tem os mesmos direitos e deveres.

I – São seus direitos:

- a) participar, expressando livremente as suas opiniões, da elaboração da linha política do Partido e das discussões acerca das questões políticas, teóricas e práticas nas instâncias partidárias de que fizer parte; manter suas opiniões, se divergentes, sem deixar de aplicar, defender e difundir as decisões do Partido;
- b) eleger e ser eleito(a) em qualquer instância partidária de que participe;
- c) ser ouvido(a) quanto à melhor forma de contribuir para a atividade do Partido, em uma das suas organizações; encaminhar sugestões e propostas por intermédio de seu organismo e pedir informações a qualquer instância superior; apelar de decisão disciplinar a seu respeito; exigir sua participação pessoal e o mais amplo direito de defesa sempre que se trate de resolver sobre sua posição ou conduta.

II – São seus deveres:

- a) atuar de acordo com os princípios e normas do presente Estatuto, observando a disciplina partidária; atuar regularmente em uma das organizações do Partido, contribuir para o desenvolvimento da sua linha política, para a filiação de novos membros, aplicar as suas decisões e defender a sua unidade de ação política;
- b) possuir a Carteira Nacional do Militante como comprovação de estar em dia com as obrigações de sustentação financeira do Partido; ler e difundir o jornal



*A Classe Operária*, a revista teórica, o Portal do Partido na internet e as demais publicações do Partido; participar das atividades partidárias de formação;

- c) associar-se à entidade ou organização de massa relacionada com seu trabalho, moradia, área ou setor de atuação, respeitando as decisões democráticas que ali se tomam e contribuindo para o fortalecimento e desenvolvimento da entidade;
- d) prestar contas ao coletivo da sua atividade partidária, exercer e estimular a prática da crítica e autocrítica; informar sobre mudança de local de trabalho, residência ou área de militância que implique em alteração do seu organismo de atuação;
- e) combater todas as formas de opressão e prestar solidariedade aos que são alvo de quaisquer manifestações de perseguição política ou discriminação social, de gênero, racista ou étnica, de orientação sexual, religião, e as relativas à condição da criança e do adolescente, dos idosos e portadores de necessidades especiais; hipotecar plena solidariedade à luta dos trabalhadores e dos povos em defesa da soberania nacional e de sua emancipação social, pela paz e contra o imperialismo.

## CAPÍTULO III - OS QUADROS DO PARTIDO

### Artigo 7º -

Os quadros são a coluna vertebral da estrutura partidária. São os principais responsáveis pela unidade do Partido em torno de seus princípios e de sua orientação, bem como pela permanente construção política, ideológica e orgânica do Partido. São os cumpridores exemplares dos deveres dos militantes.



Os quadros se formam mediante processo laborioso e prolongado, combinando o trabalho coletivo e o esforço individual. Sua progressiva educação comunista pressupõe assumir e cumprir as tarefas partidárias que lhe são delegadas, delas prestando contas, com espírito crítico e autocrítico e zelo pela causa partidária. Seu firme compromisso ideológico com a causa socialista, seu desprendimento e dedicação às tarefas que lhe foram designadas, ligação com o povo, firme disciplina pessoal e salvaguarda do centralismo democrático na vida partidária são o maior estímulo à coesão e à força do Partido.

Quadros são os(as) militantes que, a partir de comprovada atuação regular em uma das organizações partidárias, realizam esforço pessoal permanente por elevar o domínio do marxismo-leninismo e da linha política do Partido; estão rigorosamente em dia com suas obrigações financeiras junto ao Partido; e que:

- a) são eleitos para funções de direção de Comitês partidários, ou atuam junto aos órgãos de direção partidária, como membros de comissões auxiliares ou em outras funções de apoio;
- b) exercem atividades de representação política eletiva ou por indicação do Partido, na atividade institucional e na direção de organizações de massas;
- c) atuam, por tarefa partidária, no âmbito das atividades estatais, acadêmicas, científicas e culturais, em funções técnicas de assessoria às bancadas e à direção partidária.

### **Artigo 8º -**

A política de quadros do Partido estimula em todos os níveis a sua formação e acompanhamento permanente, avaliação, promoção e distribuição, com base em critérios

que atendam aos interesses do coletivo, de acordo com a capacidade, potencialidade e disponibilidade de cada um, numa soma de esforços. Define as tarefas principais para as quais são destacados(as) no trabalho partidário. Combate tendências alheias à cultura política dos comunistas, como favoritismo, carreirismo, individualismo, burocratismo e práticas corrompidas. Valoriza os(as) que atuam como profissionais da atividade partidária, promovendo sua crescente capacitação política e técnica, cultural e ideológica, seu papel social e político. Postula equilíbrio entre a preservação de experiência e a alternância das funções desempenhadas pelos quadros na atividade partidária, como fator de educação continuada dos comunistas.

## **CAPÍTULO IV - DA CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA E DA CARTEIRA NACIONAL DE MILITANTE**

### **Artigo 9º -**

A contribuição financeira do membro do Partido é expressão do seu compromisso com a organização partidária, seus ideais e sua luta. A estruturação material e a sustentação da atividade partidária e dos Comitês são responsabilidade coletiva de todos os seus membros, que devem se empenhar, dentro das possibilidades de cada um, para garantir tais compromissos, assim constituídos:

- a) Contribuições anuais equivalentes a pelo menos 1% (um por cento) do salário ou renda mensal, sendo o piso estabelecido com base no salário mínimo, cuja arrecadação será gerida pelos Comitês Estaduais, ou;
- b) contribuições mensais de militantes e quadros, equivalentes a pelo menos 1% (um por cento) do

salário ou renda mensal, cuja arrecadação será gerida pelo Comitê Central;

- c) contribuições especiais, mensais ou extraordinárias, dos membros do Partido que estiverem no exercício de cargos públicos, eletivos ou comissionados indicados pelo Partido, ou em funções de confiança do Legislativo ou do Executivo, nos termos de norma do Comitê Central.

Parágrafo 1º – Os Comitês partidários, em cada nível, estabelecerão normas para a partilha dos recursos arrecadados entre as diversas instâncias.

Parágrafo 2º – as organizações partidárias poderão empreender campanhas coletivas de arrecadação de fundos visando à quitação da contribuição estabelecida na alínea "a", referente aos(as) militantes do Partido que estão desempregados(as) ou não possuem rendimento próprio.

### **Artigo 10º -**

A Carteira Nacional de Militante é instrumento comprobatório da condição de militante do Partido e documento indispensável para eleger e ser eleito(a) nas instâncias partidárias, bem como para participar de atividades em que os organismos de direção decidam exigir a sua apresentação. Será renovada anualmente pelo Comitê Central para todos os(as) filiados(as) que contribuem financeiramente com o Partido na forma das alíneas "a" ou "b" do artigo 9º.



## CAPÍTULO V - O CENTRALISMO DEMOCRÁTICO

### Artigo 11 -

A estruturação e o desenvolvimento da vida partidária assentam-se no princípio do Centralismo Democrático. O Centralismo Democrático estimula a expressão das opiniões pessoais de forma livre e responsável, e a ampla iniciativa de ação por parte de cada militante e de todas as suas organizações, como fator ativo da construção das orientações partidárias, sob um único centro dirigente: o Congresso do Partido e, entre um e outro Congresso, o Comitê Central. O Partido age como um todo uno, sob o primado de uma disciplina livre e conscientemente assumida. A unidade é a força do Partido.

Com a aplicação e o desenvolvimento criativos do Centralismo Democrático, se visa a coesão política e ideológica do Partido, como construção coletiva, sob o primado da unidade de ação política de todo o Partido.

I – A democracia é um bem fundamental da vida interna do Partido e significa:

- a) igualdade de direitos e deveres entre todos os seus membros, segundo sua condição de filiado(a) ou militante; direito de eleger e ser eleito(a) para as instâncias partidárias, estando em dia com suas obrigações perante o Partido;
- b) eleição de todos os organismos dirigentes do Partido de baixo para cima, sendo que a instância que elege pode destituir os(as) eleitos(as);
- c) debate amplo, com liberdade de opinião pessoal, nos organismos sobre as orientações partidárias;

- d) prestação de contas periódica e informação regular dos organismos dirigentes do Partido às instâncias que os elegeram e ao coletivo partidário;
- e) estrito respeito à institucionalidade, à probidade e à impessoalidade na condução das atividades do Partido, nos termos deste Estatuto, das normas e regimentos do Comitê Central.

II – O centralismo assegura a indispensável unidade de ação política de todo o Partido e significa que:

- a) as decisões coletivas, tomadas por consenso ou maioria, são válidas para todos; o interesse individual, ou da minoria, subordina-se ao do coletivo, ou da maioria;
- b) as decisões adotadas por organismos superiores são válidas para todas as organizações sob sua jurisdição; decisões adotadas pelo Congresso e pelo Comitê Central são obrigatórias para todo o Partido;
- c) as divergências de opiniões não eximem seus membros da obrigação de aplicar, defender e difundir as orientações partidárias;
- d) não são admitidas tendências e facções, entendidas como atividade organizada de membros ou organizações do Partido à margem da estrutura partidária, em torno de propostas ou plataformas próprias, pessoais ou coletivas, temporárias ou permanentes.



## **CAPÍTULO VI - NORMAS GERAIS DO SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PARTIDO**

### **Artigo 12 -**

O Partido constitui-se num sistema de organizações articuladas, dispostas segundo o critério da divisão territorial administrativa do país, compreendendo instâncias e organismos superiores nacionais, instâncias intermediárias estaduais, municipais e locais, de caráter deliberativo, assim definidos:

- a) Congresso do Partido e Comitê Central, e a Convenção Eleitoral Nacional;
- b) Conferências Estaduais e Comitês Estaduais, em cada estado da Federação e no Distrito Federal, e as Convenções Eleitorais Estaduais;
- c) Conferências Municipais e Comitês Municipais, em cada município da Federação e nas regiões administrativas do Distrito Federal, e as Convenções Eleitorais Municipais;
- d) Assembléias de Base e Organizações de Base.

Parágrafo Único – Segundo exigências da ação política e estruturação partidária, poderão ser criados Comitês com base em outros critérios, por deliberação do Comitê Central, Estadual ou Municipal, mantidas as disposições deste Estatuto.

### **Artigo 13 -**

O sistema de funcionamento partidário compreende também órgãos consultivos, que se destinam a reforçar os mecanismos horizontais de ampla consulta, elaboração política e encaminhamento das orientações do Partido. São convocados pelo Comitê da respectiva jurisdição, com pauta e critérios de participação por eles fixados. Suas

deliberações e indicações devem ser referendadas pelo respectivo Comitê e são assim constituídos:

- a) Conferências Nacionais, em nível nacional;
- b) Encontros, em nível nacional, estadual ou municipal;
- c) Fóruns em nível nacional, estadual ou municipal.

Parágrafo 1º – As Conferências Nacionais têm por objetivo consultar o coletivo na elaboração do posicionamento político do Partido ou elaborar políticas programáticas nas áreas específicas de atuação e saber, no âmbito nacional.

Parágrafo 2º – os Encontros têm por objetivo debater o encaminhamento das orientações partidárias e realizar o controle de sua implementação.

Parágrafo 3º – os Fóruns têm por objetivo sistematizar e controlar a implementação das orientações partidárias. Eles podem ser permanentes ou transitórios e sua composição e objetivos são fixados por deliberação do Comitê.

Parágrafo 4º – a critério do Comitê Central e dos Comitês Estaduais, poderão ser constituídos Fóruns de Macro-Regiões nacionais e estaduais para discussão e implementação das orientações partidárias traçadas pelos respectivos Comitês.

Parágrafo 5º – poderão ainda ser convocados seminários, reuniões setoriais e simpósios nos diversos níveis, sendo que suas elaborações e propostas só podem ser assumidas como expressão da opinião do Partido se ratificadas pelo respectivo Comitê.

#### **Artigo 14 -**

Os(as) integrantes dos Comitês partidários são eleitos(as) para um período definido, segundo este Estatuto. Os Comitês serão compostos por membros titulares, que estejam em dia com as obrigações junto ao Partido, e será estimulada a eleição de mulheres, bem como de trabalhadores e trabalhadoras, em especial de operários(as).

Parágrafo Único – Só poderão ser eleitos membros do Comitê Central, dos Comitês Estaduais e Municipais nas cidades com mais de 100 mil habitantes, os membros do Partido que se inscreverem na contribuição prevista na alínea "b" do artigo 9º. No caso de detentores de cargos públicos, eletivos ou comissionados indicados pelo Partido, deverão estar em dia com as contribuições mensais previstas nas alíneas "b" e "c" do referido artigo.

#### **Artigo 15 -**

Os Comitês elegerão dentre os seus membros a Comissão Política, que exerce o trabalho de direção política, de ação de massas e de estruturação do Partido nos âmbitos político, ideológico e orgânico, no intervalo entre uma e outra reunião do Comitê respectivo.

Parágrafo 1º – A Comissão Política deve ter um número de integrantes sempre inferior à metade do de membros do Comitê.

Parágrafo 2º – A Comissão Política se reúne ordinariamente a cada 30 (trinta) dias, ou extraordinariamente sempre que convocada pelo(a) Presidente ou pela maioria de seus integrantes.

Parágrafo 3º – Faculta-se aos Comitês Central, Estaduais e Municipais indicar respectivamente o(a) líder de bancada na Câmara de Deputados, Senado Federal, nas

Assembléias Legislativas e Câmaras dos Vereadores para integrar as respectivas Comissões Políticas.

Parágrafo 4º – Ao compor sua Comissão Política os Comitês devem indicar obrigatoriamente Presidente e Vice-presidente.

Parágrafo 5º – O(a) Presidente representa regularmente a respectiva Comissão Política; o(a) Vice-presidente cumpre as funções interinas nos casos de impedimento temporário do(a) Presidente, sendo que em caso de vacância do cargo o respectivo Comitê, em prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, elege novo(a) Presidente.

Parágrafo 6º – No caso do Comitê Central poderão ser estabelecidos até 3 (três) Vice-presidentes, estabelecendo a ordem em que assumem interinamente as funções do(a) Presidente em caso de impedimentos temporários do(a) Presidente.

Parágrafo 7º – Os Comitês elegem, de acordo com as circunstâncias de cada caso, responsáveis pelas Secretarias de Organização, de Finanças, de Comunicação, Sindical, de Formação e Propaganda, de Juventude, de Movimentos Sociais, de Ação institucional e Políticas Públicas e outras, bem como as Comissões Auxiliares, que possuem responsabilidades executivas e respondem pelas tarefas cotidianas perante a Comissão Política.

Parágrafo 8º – As Comissões Políticas do Comitê Central e dos Comitês Estaduais poderão nomear Comitês Provisórios no âmbito de sua jurisdição, compostos de no mínimo 3 (três) membros, com mandato máximo de 1 (um) ano.



## **Artigo 16 -**

Os Comitês podem indicar um Secretariado, dentre seus membros, integrantes ou não das Comissões Políticas, para coordenar o trabalho executivo das Secretarias, e podem constituir Comissão de Controle, nos termos do artigo 48 deste Estatuto.

Parágrafo 1º – As competências de cada uma das funções executivas dos Comitês serão estabelecidas em regimento aprovado pelo Comitê Central.

Parágrafo 2º – os Secretariados prestam contas regulares de suas atividades à Comissão Política respectiva.

## **Artigo 17 -**

As organizações partidárias em todos os níveis têm liberdade de iniciativa política no âmbito de sua jurisdição, desde que não contrariem a orientação geral do Partido. O Partido promove a ampla descentralização da atividade de suas organizações; estimula o planejamento bienal da estruturação partidária e o controle regular dos planos; combate tendências espontaneístas, setorialistas e corporativistas. As organizações partidárias em todos os níveis funcionam sob regime de trabalho coletivo e responsabilidade individual de cada um de seus integrantes. O Partido estimula a prática da crítica e autocrítica, como fator de aprimoramento constante do trabalho partidário. Combate tendências autoritárias e o culto à personalidade. Estimula igualmente a prática de alternância no desempenho das funções executivas e de representação do Partido.

### **Artigo 18 -**

As organizações partidárias deliberam quando houver quorum de maioria de seus integrantes, mediante voto aberto, único e intransferível, e pelo voto da maioria dos presentes, salvo para matérias com disposição expressa em contrário neste Estatuto. Para eleger os(as) integrantes dos organismos e órgãos dirigentes e delegados(as), é realizado um intenso e democrático trabalho de construção coletiva no âmbito das instâncias que os(as) elegem, a partir de proposição inicial da direção, seguida de ampla consulta e debate, a fim de constituir proposta unitária que melhor represente as exigências da orientação geral do Partido em cada jurisdição. Nesse processo, a votação final será por intermédio de voto secreto, único e intransferível, em votações nome a nome. Para ter direito a eleger e ser eleito(a), é obrigatório que o membro do Partido esteja em dia com sua contribuição financeira, devidamente comprovada pela direção da instância partidária.

## **CAPÍTULO VII - AS INSTÂNCIAS E ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS**

### **I - AS INSTÂNCIAS E ORGANISMOS SUPERIORES DE DIREÇÃO DO PARTIDO**

#### **Artigo 19 -**

O Congresso é o órgão supremo de direção do Partido. É a instância mais democrática de deliberação sobre a orientação partidária e eleição do Comitê Central, envolvendo o conjunto dos quadros, militantes e filiados, desde a base. As decisões do Congresso são válidas e obrigatórias para todo o Partido e não podem ser modificadas, substituídas ou revogadas senão por outro Congresso.

O Congresso do Partido é convocado pelo Comitê Central e, com pelo menos 3 (três) meses de antecedência, serão publicados nos órgãos de imprensa partidária a pauta, data e local, bem como os projetos de resolução a serem discutidos pelos organismos partidários. Deve realizar-se a cada 4 (quatro) anos e, extraordinariamente, quando deliberado por maioria de dois terços do Comitê Central.

Parágrafo 1º – O Congresso do Partido é constituído por delegados(as) eleitos(as) nas Conferências Estaduais, segundo normas estabelecidas pelo Comitê Central e tendo por base o número de membros reunidos em Assembléias de Base.

Parágrafo 2º – os membros do Comitê Central são membros natos do Congresso, com direito a voz e voto, desde que seu número não ultrapasse 10% (dez por cento) do número de delegados(as) nacionais; se isso ocorrer, o CC elege os membros com direito a voz e voto no Congresso, até aquele limite, assegurado aos demais o direito a voz.

### **Artigo 20 -**

ompete ao Congresso:

- a) aprovar a ordem do dia dos trabalhos, o regimento interno e eleitoral; eleger sua Mesa Diretora, bem como a Comissão de Resoluções e Comissão Eleitoral; a direção do Congresso, na duração deste, exerce as funções de Comitê Central;
- b) discutir e deliberar sobre os projetos de resolução do Comitê Central, e apreciar propostas apresentadas pelos(as) delegados(as), nos termos do regimento;
- c) modificar o Programa e o Estatuto do Partido, quando constante da ordem do dia;



- d) determinar a linha política sobre as questões fundamentais da atualidade política;
- e) eleger o Comitê Central, apreciar o balanço de sua atividade e fixar o número de seus integrantes;
- f) julgar os recursos interpostos contra decisões do Comitê Central ou das direções intermediárias.

### **Artigo 21 -**

O Comitê Central é o organismo dirigente máximo do Partido entre dois Congressos ordinários, salvo disposição expressa na pauta de convocação de Congressos extraordinários. Suas resoluções têm sentido obrigatório para todas as organizações partidárias. O Comitê Central se reúne ordinariamente no mínimo a cada 4 (quatro) meses. Extraordinariamente, reúne-se sempre que convocado pelo(a) seu(sua) Presidente, pela Comissão Política ou, ainda, pela maioria dos membros do Comitê.

### **Artigo 22 -**

Compete ao Comitê Central:

- a) convocar o Congresso do Partido e fixar as suas normas;
- b) eleger, dentre seus membros, o(a) Presidente, a Comissão Política Nacional, o Secretariado Nacional e a Comissão de Controle;
- c) traçar a orientação partidária de âmbito nacional;
- d) defender a integridade partidária, exercendo ação disciplinar sobre os Comitês Estaduais quando necessário e, na omissão destes, sobre os Municipais,

inclusive convocando Conferência extraordinária dessas instâncias; orientar, estimular e avaliar a atividade dos Comitês Estaduais no cumprimento das deliberações políticas e organizativas, dos planos e campanhas nacionais, do trabalho sistemático junto aos trabalhadores, na promoção de atividades de finanças, propaganda e formação;

- e) estabelecer as normas e procedimentos referentes à escolha dos(as) candidatos(as) aos cargos públicos, eletivos ou comissionados indicados(as) pelo Partido, em todos os níveis; referendar os nomes dos(as) candidatos(as) às eleições de âmbito estadual indicados(as) pelas respectivas Convenções Eleitorais Estaduais;
- f) dirigir as bancadas federais do Partido na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e aprovar seu regimento;
- g) dirigir a atividade dos membros do Partido que estiverem no exercício de cargos públicos eletivos ou comissionados indicados pelo Partido, ou em funções de confiança do Legislativo ou do Executivo, na esfera federal;
- h) dirigir a atividade dos membros do Partido que estiverem no exercício de cargos de representação em entidades de massas e movimentos sociais na esfera federal;
- i) orientar e controlar os órgãos de comunicação nacionais do Partido, e decidir sobre seus editores;
- j) expedir anualmente a Carteira Nacional do Militante;
- k) aprovar anualmente resolução sobre a utilização dos recursos do Fundo Partidário; estipular anualmente os

percentuais para a distribuição dos recursos arrecadados das diversas fontes entre as diversas instâncias partidárias;

- l) promover, junto aos órgãos competentes, o registro do Estatuto e do Programa; julgar os recursos interpostos contra decisões da Comissão Política Nacional ou de Comitês Estaduais; aprovar Regimento dispendo sobre composição e funcionamento das Comissões Políticas e dos Secretariados dos diversos níveis.

Parágrafo Único – O Comitê Central pode prorrogar o mandato dos organismos dirigentes intermediários do Partido por até 6 (seis) meses.

### **Artigo 23 -**

São órgãos do CC:

- a) a Comissão Política Nacional, como órgão da direção geral entre uma e outra reunião;
- b) o Secretariado Nacional, como órgão executivo da atividade partidária, subordinado à Comissão Política Nacional;
- c) as Bancadas parlamentares na Câmara dos Deputados e no Senado Federal;
- d) a Comissão de Controle.

### **Artigo 24 -**

As Conferências Nacionais são convocadas pelo Comitê Central, sempre que este julgar necessário o debate, a elaboração e o posicionamento em torno de temas ligados à linha política de intervenção e estruturação partidárias, de temas gerais ou específicos de interesse e relevo político e social, e de desenvolvimento da elaboração

programática e de ação política nos diversos âmbitos de atividade.

Parágrafo 1º – As Conferências Nacionais são constituídas pelos membros do Comitê Central e por delegados(as) indicados(as) pelos Comitês Estaduais, segundo normas estabelecidas pelo Comitê Central.

Parágrafo 2º – para que as resoluções das Conferências Nacionais sejam válidas e obrigatórias para todo o Partido devem ser ratificadas pelo Comitê Central.

### **Artigo 25 -**

A Convenção Eleitoral Nacional realizar-se-á por convocação do Comitê Central para deliberar sobre alianças e coligação com outros Partidos e sobre os candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República. É constituída pelos membros do Comitê Central e por delegados(as) indicados(as) pelos Comitês Estaduais, segundo normas estabelecidas pelo Comitê Central. Suas decisões são válidas para todo o Partido.

## **II - AS INSTÂNCIAS E ORGANISMOS DE DIREÇÃO INTERMEDIÁRIA DO PARTIDO**

### **Artigo 26 -**

As Conferências são os órgãos superiores de direção nos âmbitos estadual e municipal. Devem realizar-se a cada 2 (dois) anos, convocadas pelos Comitês respectivos e, extraordinariamente, quando convocadas por maioria de dois terços do Comitê ou pelo Comitê Central, para discutir os temas constantes da pauta.

### **Artigo 27 -**

As Conferências são constituídas por delegados(as) eleitos(as) nas Conferências de instâncias precedentes

e/ou Assembléias de Base, de acordo com normas aprovadas pelos Comitês de instância imediatamente superior e as complementares aprovadas pelo Comitê que as convoca.

Parágrafo Único – os(as) integrantes dos Comitês são membros natos das respectivas Conferências, com direito a voz e voto, desde que seu número não ultrapasse 10% (dez por cento) do número de delegados(as) eleitos(as); se isso ocorrer o Comitê elege os membros com direito a voz e voto, até aquele limite, assegurando aos demais o direito a voz.

### **Artigo 28 -**

Às Conferências Estaduais e Municipais, compete: analisar a situação política no âmbito de sua competência, estabelecer as diretrizes da ação partidária de acordo com a orientação do Congresso do Partido e dos organismos partidários superiores;

- a) eleger o Comitê respectivo, estabelecendo o número de seus membros observados os limites estabelecidos no artigo 31;
- b) eleger os(as) delegados(as) ao Congresso e às Conferências de instância superior, nos termos das normas de convocação estabelecidas;
- c) julgar os recursos interpostos contra as decisões do respectivo Comitê.

### **Artigo 29 -**

As Convenções eleitorais realizam-se pelas mesmas normas gerais previstas para as Conferências. Cabe a elas decidir sobre alianças e coligação com outros Partidos para as eleições e sobre os(as) candidatos(as) aos postos

eletivos no âmbito de sua competência, *ad referendum* dos Comitês de instância superior.

### **Artigo 30 -**

Os Comitês Estaduais e Municipais têm mandato de até 2 (dois) anos. Dirigem a atividade de todas as organizações partidárias existentes no território sob sua jurisdição. Os Comitês Estaduais reúnem-se no mínimo a cada 3 (três) meses e os Comitês Municipais no mínimo a cada 2 (dois) meses. Extraordinariamente, reúnem-se sempre que convocados pelo seu(sua) Presidente, pela Comissão Política ou, ainda, pela maioria dos membros do Comitê.

Parágrafo 1º – Os Comitês Estaduais são eleitos onde se realizem Conferências Municipais em pelo menos 5% (cinco por cento) dos municípios do estado, e no Distrito Federal.

Parágrafo 2º – os Comitês Municipais serão eleitos nos municípios onde exista um mínimo de 15 (quinze) filiados e mais 1 (um) filiado para cada mil eleitores ou fração. No Distrito Federal, as regiões administrativas equiparam-se a municípios.

### **Artigo 31 -**

A composição dos Comitês Estaduais e dos Comitês Municipais observará os seguintes limites máximos, com base no número de militantes registrados nos cadastros partidários:

- a) até 100 militantes: limite de 15 integrantes para Comitês Municipais e 19 para Comitês Estaduais;
- b) de 101 até 500 militantes: limite de 23 para Comitês Municipais e 27 para Comitês Estaduais;



- c) de 501 até 1000 militantes: limite de 27 para Comitês Municipais e 39 para Comitês Estaduais;
- d) de 1001 até 3000 militantes: limite de 35 para Comitês Municipais e 51 para Comitês Estaduais;
- e) de 3001 até 5000 militantes: limite de 43 para Comitês Municipais e 59 para Comitês Estaduais;
- f) mais de 5000 militantes: limite de 51 para Comitês Municipais e 63 para Comitês Estaduais.

### **Artigo 32 -**

São competências e deveres gerais dos Comitês Estaduais e Municipais:

- a) convocar as respectivas Conferências;
- b) aplicar as decisões dos organismos superiores do Partido, assegurando seu cumprimento pelos órgãos partidários que lhe são subordinados; reunir-se regularmente, ter iniciativa e traçar a orientação política no âmbito de sua jurisdição, informando sobre suas decisões e atividades a todo o coletivo partidário;
- c) apoiar, estruturar e fortalecer as organizações partidárias que se encontram sob sua direção, designadamente na atuação entre os trabalhadores, o povo e suas lutas;
- d) distribuir tarefas entre seus membros e acompanhar a sua atividade; incentivar a participação, fomentar o debate, aprofundar a democracia interna, ouvir e levar em conta as opiniões dos membros do Partido; estimular a crítica e a autocrítica; conhecer, formar,

avaliar com rigor e isenção os quadros que se encontram sob sua direção, tendo em conta o melhor aproveitamento das suas qualidades e aptidões;

- e) difundir e estimular a leitura de *A Classe Operária* e de outras publicações partidárias; organizar a contribuição financeira dos membros do Partido e outras formas de apoio financeiro; enviar regularmente contribuições financeiras ao organismo de instância superior; fomentar a elevação do nível político-cultural dos(as) militantes, promover o estudo do marxismo-leninismo e dos documentos do Partido;
- f) dirigir, por intermédio de sua Comissão Política, a bancada parlamentar no âmbito de sua competência e indicar suas lideranças; aprovar o nome dos(as) candidatos(as) indicados(as) pelas instâncias sob sua jurisdição; promover o registro dos(as) candidatos(as) aos postos eletivos no âmbito de sua jurisdição;
- g) dirigir, por intermédio de sua Comissão Política, a atividade dos membros do Partido que estiverem no exercício de cargos públicos eletivos ou comissionados indicados pelo Partido, ou em funções de confiança do Legislativo ou do Executivos;
- h) dirigir a atividade dos membros do Partido que estiverem no exercício de cargos de representação em entidades de massas e movimentos sociais nas respectivas esferas;
- i) eleger a Comissão de Controle; acompanhar a atividade dos Comitês sob sua direção e exercer ação disciplinar sobre os mesmos, zelando pela integridade partidária; julgar recursos interpostos contra decisões da

respectiva Comissão Política e dos organismos sob sua direção imediata.

Parágrafo Único – Ao menos uma vez por ano os Comitês Municipais devem promover assembléias plenárias com os(as) filiados(as) da respectiva área que não estejam integrados(as) a Organizações de Base, a fim de debater a orientação política do Partido, bem como integrá-los(as) aos cursos partidários.

### **Artigo 33 -**

Os Comitês Municipais podem constituir comitês auxiliares visando a estruturação e direção das Organizações de Base, sob a forma de Comitês Distritais, de empresas, de universidades, de categorias, setores ou ramos de atividade, conforme as necessidades da ação política no município, desde que haja um mínimo de 3 (três) Organizações de Base e/ou 30 militantes atuantes em cada um desses âmbitos.

Tais Comitês exercerão as mesmas competências enumeradas no artigo 32, excetuadas as alíneas “a”, “f”, “g” e “i”. Nas Conferências Municipais, facultar-se aos Comitês normatizar a realização de Conferências desses Comitês auxiliares sob sua direção ou eleger delegados(as) diretamente por intermédio das Assembléias de Base ou Plenária de filiados. Os(as) integrantes dos Comitês auxiliares serão eleitos(as) em Conferências convocadas especificamente para esse fim, segundo normas do Comitê Municipal.

### **III - AS ASSEMBLÉIAS E ORGANIZAÇÕES DE BASE DO PARTIDO**

#### **Artigo 34 -**

A Organização de Base (OB) é o esteio da ação partidária cotidiana. É o principal elo entre o Partido, os trabalhadores e o povo, auscultando seus anseios e aspirações, contribuindo para a elaboração da orientação e a intervenção política do Partido. É participando regularmente delas que os(as) militantes materializam os critérios de compromisso com a vida partidária e desenvolvem sua consciência teórica e política.

As OBs são constituídas por um mínimo de 3 (três) militantes do Partido, em fábricas, empresas e demais locais de trabalho; em escolas e universidades; em locais de moradia; em assentamentos rurais, fazendas e empresas rurais; em setores profissionais; em organizações de massa e movimentos sociais.

Os critérios para a constituição das Organizações de Base são os que melhor permitam a participação ativa dos(as) militantes na elaboração e ação política do Partido. Os Comitês devem levar em conta as condições concretas existentes para a definição do âmbito de atuação das OBs e das formas de funcionamento que assegurem sua melhor atividade, tendo em vista enriquecer a atividade própria do(a) militante, enquanto cidadão ou cidadã, com as orientações do projeto político do Partido e estimular o enraizamento da atividade partidária na vida política, social e cultural.

Parágrafo 1º – O Partido prioriza a organização dos(as) militantes em OBs a partir das suas relações de trabalho, como medida para fortalecer a presença do Partido entre



os trabalhadores e trabalhadoras, bem como a força deles na vida partidária.

Parágrafo 2º - excepcionalmente, podem organizar-se *Coletivos*, diretamente vinculados aos Comitês Estaduais ou ao Comitê Central, por decisão destes, para membros do Partido que atuem em áreas específicas afins, como forma de aproveitar seu saber e experiência na elaboração e implementação da orientação partidária. Nos Congressos e Conferências Estaduais, tais *coletivos* equiparam-se a OBs e elegem delegados(as) diretamente à instância respectiva.

### **Artigo 35 -**

O funcionamento regular das OBs, com reuniões periódicas e adequadamente preparadas, é instrumento indispensável ao cumprimento de seu papel e para enraizar o trabalho partidário no local ou setor de sua atuação. Elas devem se reunir ordinariamente no mínimo a cada 60 (sessenta) dias e devem eleger uma direção de no mínimo 3 (três) secretários(as) coordenadores(as) da OB, para dirigir o seu trabalho nos âmbitos político, ideológico e organizativo, sendo um(a) deles(as) o(a) secretário(a) político(a).

### **Artigo 36 -**

As tarefas fundamentais da OB se vinculam diretamente a garantir os preceitos básicos dos membros do Partido quanto a militar regularmente na OB, estudar, divulgar e contribuir, assim compreendidos:

- a) aplicar a política do Partido, recolher junto à população opiniões e críticas para a elaboração dos programas de ação e da linha política; manter estreita ligação com o povo, atuar para sua unidade, mobilização e organização na luta em defesa dos seus interesses; apoiar e orientar a participação dos(as) militantes nas entidades e movimentos sindicais e populares,

fortalecendo-as e respeitando sua autonomia; organizar e dirigir a campanha do Partido e de seus(suas) candidatos(as) nos períodos eleitorais;

- b) desenvolver regularmente campanhas de filiação de novos(as) integrantes para o Partido; organizar campanhas próprias e regulares, com vistas a difundir a legenda e as bandeiras políticas do Partido;
- c) promover a leitura, campanhas de assinaturas e a difusão do jornal *A Classe Operária* e de outras publicações, meios de comunicação e propaganda do Partido;
- d) incentivar o estudo e a formação dos seus membros, promovendo cursos básicos do Partido, atividades culturais, estudos dos documentos partidários, integrando-se ao programa de formação definido pelo Comitê ao qual pertence;
- e) garantir a contribuição financeira dos seus membros, de acordo com as normas estipuladas pelas direções partidárias, participar de campanhas de arrecadação de fundos extraordinários, promover iniciativas para a sustentação das atividades próprias do seu organismo;
- f) zelar pela unidade do Partido, não permitindo em seu seio atividade desagregadora.

### **Artigo 37 -**

A Assembléia de Base é o momento especial de todo o coletivo da OB, que realiza o balanço de suas atividades, define o plano de trabalho, elege a sua direção. É convocada obrigatoriamente por ocasião das Conferências partidárias e elege os(as) delegados(as) de acordo com as normas estabelecidas.

A Assembléia de Base é convocada no mínimo uma vez por ano. Dela participam todos(as) os(as) militantes que integram o Organismo de Base, com direito a voz e voto, bem como os(as) filiados(as) de seu âmbito de atuação, com direito a voz, convocados(as) com antecedência mínima de 7 (sete) dias. Podem ser convidados(as), excepcionalmente e sem direito a voto, amigos(as) do Partido, a fim de proporcionar-lhes acesso ao debate e à orientação política partidária.

## CAPÍTULO VIII - DA DISCIPLINA PARTIDÁRIA

### **Artigo 38 -**

O Partido assegura sua unidade de ação política por meio da disciplina consciente, livremente aceita, igual e obrigatória para todos os seus membros e todas as suas organizações, baseada no Programa e Estatuto do Partido. O coletivo partidário deve ser vigilante com respeito à disciplina, aplicá-la judiciosamente e defendê-la, no mais estrito respeito à institucionalidade da vida partidária fixada neste Estatuto e nas normas e regimentos do Comitê Central.

### **Artigo 39 -**

O membro do Partido que infringir os princípios programáticos, a ética, a disciplina e os deveres partidários expressos neste Estatuto, deve ser criticado no âmbito do organismo a que pertença, com espírito de educá-lo – bem como ao coletivo –, para com as obrigações e salvaguardar os interesses partidários. O mesmo poderá sofrer, segundo a gravidade da falta, sanções disciplinares.

As sanções têm como objetivo reforçar a unidade, a disciplina e a ética revolucionária do coletivo. São adotadas com base nas circunstâncias de cada caso, com razoabilidade e proporcionalidade à gravidade das faltas e



ao grau de responsabilidade do membro do Partido, aplicando de forma isolada ou combinada as seguintes medidas:

- a) advertência, de caráter interno, deliberada no organismo a que pertence o(a) filiado(a) e comunicada ao imediatamente superior;
- b) censura de conhecimento público, divulgada pelos órgãos de comunicação;
- c) suspensão das funções nos órgãos partidários ou na bancada parlamentar por tempo determinado, por um período máximo de 9 (nove) meses, sem prorrogação, durante o qual fica o(a) sancionado(a) impedido(a) de se manifestar em nome do Partido;
- d) destituição de funções nos órgãos partidários ou destituição dos cargos públicos de representação do Partido e desligamento da bancada parlamentar;
- e) desligamento do Partido;
- f) expulsão do Partido.

Parágrafo 1º – As sanções serão sempre adotadas pelo organismo a que pertença o membro do Partido ou, na omissão deste, pelo organismo imediatamente superior.

Parágrafo 2º – para membros integrantes dos Comitês partidários, qualquer sanção só pode ser aplicada por maioria de dois terços dos votos dos presentes, assegurado o quorum.

Parágrafo 3º – nos casos de desligamento ou expulsão, a decisão deve ser ratificada pelo organismo imediatamente superior.



Parágrafo 4º – em caso de desligamento ou expulsão de membro do Comitê Central, a decisão só pode ser adotada por maioria de dois terços de seus integrantes e deve ser ratificada pelo Congresso.

Parágrafo 5º – desligamento corresponde à desfiliação compulsória do(a) filiado(a), procedendo-se à devida comunicação à Justiça Eleitoral, ficando o(a) sancionado(a) impossibilitado(a) de retornar à legenda pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo 6º – a expulsão se aplica aos casos de infração grave ou reiterada, onde houver ostensiva hostilidade ou atitudes desrespeitosas em relação ao Partido e a seus(suas) dirigentes, ou em casos de crimes infamantes ou práticas administrativas ilícitas.

#### **Artigo 40 -**

O organismo a que pertence o(a) presumível infrator(a) da disciplina partidária comunicar-lhe-á por escrito as faltas que lhe forem imputadas e instaurará o processo disciplinar por intermédio da Comissão de Controle. Esta deverá ouvi-lo(a), bem como convocar testemunhas cabíveis, recolher provas preliminares, produzir relatório em até 30 (trinta) dias – contados após o encerramento da instrução do procedimento –, e levar suas conclusões à deliberação do respectivo organismo.

O(a) imputado(a) terá amplo direito de defesa, que deve compreender:

- a) prazo de 7 (sete) dias para apresentar sua defesa perante a Comissão de Controle;
- b) apresentação de contra-razões sobre o relatório da Comissão de Controle;

- c) participação pessoal, assegurada a defesa oral, a apresentação de provas e de até 3 (três) testemunhas, na reunião do organismo que tenha decidido a respeito das sanções.

Parágrafo Único – Onde não houver Comissão de Controle, o organismo a que pertence o(a) imputado(a) indica uma comissão responsável pelo processo disciplinar.

#### **Artigo 41 -**

O(a) dirigente partidário(a) que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas de seu Comitê ou 5 (cinco) alternadas, sem justificativa acatada pelo coletivo, será considerado(a) dele destituído(a), sem prejuízo de outras sanções pertinentes, podendo ser readmitido(a) por decisão do organismo imediatamente superior, ou destacado(a) para atuar com diminuição de responsabilidades. No caso de membro do Comitê Central, só poderá ser readmitido(a) por aprovação de maioria de dois terços de seus integrantes.

#### **Artigo 42 -**

Excepcionalmente, organizações partidárias podem adotar a suspensão preventiva de militantes, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias - sem caráter de sanção disciplinar -, diante de questões que afrontem a ética partidária e que representem repercussão negativa para o Partido. Tal medida é improrrogável, adotada por maioria de dois terços dos integrantes da organização a que pertence o(a) imputado(a) e ratificada pelo organismo imediatamente superior. Até o final do prazo da suspensão, o organismo a que pertence o(a) imputado(a) deverá instaurar o processo disciplinar que for pertinente. Durante o período em questão, o(a) militante fica impedido(a) de se manifestar em nome do Partido.



**Artigo 43 -**

Excepcionalmente, o membro do Partido pode solicitar licença das tarefas partidárias pelo período máximo de 1 (um) ano, sem prorrogação, em respeito a questões de foro íntimo. Em tais casos, fica impedido de se manifestar em nome do Partido, mas permanece sujeito à disciplina partidária, respeitando publicamente a sua orientação, e às obrigações financeiras junto ao Partido. A licença só pode ser concedida se ratificada pelo organismo imediatamente superior e a readmissão está sujeita à sua aprovação.

**Artigo 44 -**

Qualquer organismo do Partido que infringir os princípios programáticos, a ética, a disciplina e os deveres partidários expressos neste Estatuto, em particular o disposto no inciso II do artigo 11, bem como sua orientação política nacional, sofrerá, segundo a gravidade da falta, e sem prejuízo de sanções individuais pertinentes a seus membros, uma das seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) censura pública;
- c) dissolução do organismo.

Parágrafo Único – As sanções serão aplicadas pelo organismo imediatamente superior ou, na omissão deste, pelo subsequente.

**Artigo 45 -**

O organismo acusado receberá do organismo superior comunicação por escrito das faltas que lhe forem imputadas, nos mesmos termos do *caput* do artigo 40, assegurando-lhe amplo direito de defesa, que deve compreender:

- a) prazo de 15 (quinze) dias para apresentar sua defesa perante a Comissão de Controle;
- b) apresentação de contra-razões sobre o relatório da Comissão de Controle;
- c) participação de comissão composta por até 5 (cinco) membros do organismo a que se imputam as faltas, assegurada a defesa oral e a apresentação de provas e até 3 (três) testemunhas, na reunião que decidir a respeito das sanções.

**Artigo 46 -**

Excepcionalmente, Comitês partidários podem adotar a medida de intervenção preventiva sobre organismos que lhe são subordinados, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias - sem caráter de sanção disciplinar -, diante de questões que afrontem a orientação política nacional e a ética partidária e que representem repercussão negativa para o Partido. Tal medida é improrrogável, adotada por maioria de dois terços dos integrantes do Comitê e ratificada pelo organismo imediatamente superior. Durante o período da intervenção, é dissolvida a direção do organismo e nomeada uma direção provisória. Até o final do prazo da intervenção, o Comitê deverá instaurar o processo disciplinar que for pertinente.

**Artigo 47 -**

De qualquer sanção disciplinar, bem como da suspensão e intervenção preventivas ou licença concedida, pode haver recurso perante a instância de nível superior, inclusive o Congresso, por parte de membros do Partido ou de qualquer organização partidária.

Parágrafo Único - Os membros ou organismos punidos com sanções disciplinares têm prazo de 15 (quinze) dias após a sentença para recorrerem por escrito ao

organismo imediatamente superior, o qual deve solicitar parecer da Comissão de Controle e responder ao recurso no prazo de 60 (sessenta) dias.

## CAPÍTULO IX - DAS COMISSÕES DE CONTROLE

### **Artigo 48 -**

As Comissões de Controle são órgãos dos Comitês partidários e têm por atribuição: promover a verificação regular do cumprimento da legalidade estatutária e dos preceitos éticos nas atividades partidárias, instaurar e instruir processos disciplinares e de recursos das várias instâncias partidárias e fiscalizar as contas do Partido. Serão eleitas pelo Comitê respectivo, compostas por 3 (três) a 5 (cinco) de seus membros. Cumprirão suas funções conforme regimento aprovado pelo Comitê Central.

Parágrafo 1º - É obrigatória a constituição de Comissão de Controle no âmbito do Comitê Central e dos Comitês Estaduais.

Parágrafo 2º - é facultativa a constituição de Comissão de Controle no âmbito dos Comitês Municipais. Na ausência dela, suas funções serão exercidas pela Comissão Política ou por comissão indicada pelo Comitê para cumprir suas funções, quando pertinente - sendo isto obrigatório para a fiscalização das contas do Partido.

Parágrafo 3º - a Comissão de Controle elege dentre seus membros um(a) Secretário(a), e presta contas regularmente de suas atividades perante o Comitê respectivo.

Parágrafo 4º - a Comissão de Controle reúne-se ordinariamente a cada reunião do respectivo Comitê;



extraordinariamente reúne-se por convocação de seu(sua) Secretário(a), do(a) Presidente do Partido ou da Comissão Política.

## **CAPÍTULO X - ATUAÇÃO DOS COMUNISTAS NAS ENTIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS**

### **Artigo 49 -**

Os trabalhadores da cidade e do campo, aliados às amplas massas populares, à juventude e à intelectualidade avançada são as forças-motrizes centrais do projeto político do Partido. O Partido prioriza a ação entre os trabalhadores, tendo presente também o movimento juvenil e estudantil, comunitário e demais movimentos das camadas populares, entre eles os das mulheres, dos negros, dos indígenas, movimentos culturais, artísticos, de defesa ambiental, de liberdade de orientação sexual, de promoção dos direitos humanos, dos aposentados, das crianças e adolescentes, de minorias oprimidas e discriminadas, das causas democráticas e progressistas em geral, pela paz e pela solidariedade internacional entre os povos. Combate tendências corporativistas e articula a prática desses diversos movimentos com a luta política, conforme a orientação do Partido.

A ação política de massas, em ligação com a ação nas diversas esferas institucionais, é o elemento central da intervenção e estruturação do Partido. A identidade dos(as) comunistas se legitima com o enraizamento entre os trabalhadores e o povo, atuando cotidianamente nos mais diversos domínios da vida política, social e cultural, tendo por objetivo obter conquistas para o povo e infundir consciência ao movimento no rumo do projeto político do Partido.



### **Artigo 50 -**

Os membros do Partido atuam obrigatoriamente na organização e mobilização do povo fortalecendo as entidades associativas e movimentos sociais. Contribuem para a defesa dos interesses dos associados e das massas, respeitando, defendendo e observando a autonomia, o caráter unitário e a vida democrática dessas entidades e movimentos.

Parágrafo Único – os(as) comunistas que são dirigentes de entidades associativas ou movimentos devem atuar em uma Organização de Base do Partido, dirigidos(as) pelo Comitê respectivo.

### **Artigo 51 -**

Quando a entidade ou movimento tiver caráter nacional ou abrangência em mais de um município, os membros do Partido que atuam em sua direção constituem uma *fração*, dirigida pelo Comitê Central e Comitê Estadual, respectivamente.

A fração é órgão auxiliar para coordenar a intervenção dos(as) comunistas na direção da entidade ou movimento. Não tem prerrogativas de organismo partidário e não é órgão dirigente das organizações partidárias. Indica um(a) coordenador(a) e presta regularmente contas de suas atividades ao organismo ao qual está subordinada.

Parágrafo 1º – A fração será organizada sempre que houver 3 (três) ou mais membros do Partido na direção da entidade ou movimento.

Parágrafo 2º – a atividade dos(as) comunistas na fração não exime seus(suas) integrantes de pertencer a uma Organização de Base ou Comitê partidário.

## O PARTIDO E OS TRABALHADORES

### Artigo 52 -

O Partido prioriza a ação e estruturação entre os trabalhadores, atuando em seus movimentos e organizações de massa de todo tipo, desde o interior das empresas até os sindicatos e centrais sindicais, nos locais de moradia, estudo e vivência.

Parágrafo Único – Todo(a) militante comunista que atua na esfera sindical participa obrigatoriamente da Corrente Sindical Classista, esforçando-se por difundir sua plataforma de ação e para fortalecê-la, ao mesmo tempo respeitando sua autonomia orgânica.

## O PARTIDO E AS MULHERES

**Artigo 53** – A luta contra a discriminação das mulheres tem prioridade na atuação do Partido e em sua vida interna. O Partido promove a luta pela emancipação das mulheres, pela igualdade de direitos entre gêneros, estimula a participação nas entidades comprometidas com esta causa e a preparação e formação dos quadros e militantes mulheres, definindo políticas de ampliação da sua participação nas diversas instâncias partidárias e na sua direção.

### Artigo 54 -

O Comitê Central convocará periodicamente uma Conferência Nacional sobre a Questão da Mulher para elaborar e implementar políticas sob a ótica de gênero, consoante com as demandas da emancipação da mulher e sua participação na luta transformadora, bem como na vida partidária.



### **Artigo 55 -**

A Conferência Nacional sobre a Questão da Mulher constituirá um Fórum Nacional Permanente, coordenado por uma Secretária do Comitê Central, que será palco da construção da política emancipacionista das mulheres e de acompanhamento de sua aplicação nas diversas esferas de ação do Partido. O mandato do Fórum será exercido entre uma e outra Conferência, ou até o Congresso partidário subsequente.

## **O PARTIDO E A JUVENTUDE**

### **Artigo 56 -**

O Partido apóia a luta da juventude brasileira, defendendo seus interesses e direitos, lutando pela concretização das suas aspirações, estimulando o desenvolvimento do movimento e da luta juvenis, contribuindo para a dinamização e o fortalecimento político, ideológico e orgânico da União da Juventude Socialista (UJS).

Todo(a) jovem comunista atua na UJS até completar 25 (vinte e cinco) anos de idade e, excepcionalmente, até os 30 (trinta) se exercer cargos em sua direção.

### **Artigo 57 -**

Todo(a) jovem comunista se vincula regularmente ao Partido por intermédio de Organizações de Base ou, excepcionalmente, participando de Assembléias de Base de jovens comunistas convocadas para fins determinados pelos respectivos Comitês, sempre com o objetivo de debater a orientação partidária e promover sua educação ideológica, observado o critério de sua atuação prioritária no movimento juvenil por intermédio da UJS.

Parágrafo 1º - É estimulada a eleição de jovens comunistas para os Comitês e Comissões Políticas, como



forma de sua maior participação na vida partidária, não devendo ser indicados(as) a funções executivas no organismo partidário de que fazem parte.

Parágrafo 2º – os Comitês Estaduais podem definir situações excepcionais em que jovens comunistas tenham sua tarefa principal fora do movimento juvenil.

## **O PARTIDO NA LUTA CONTRA A OPRESSÃO RACIAL**

### **Artigo 58 -**

O combate ao racismo é parte integrante do projeto de emancipação social e nacional pelo qual luta o Partido, e envolve não apenas os(as) militantes que atuam nessa frente específica mas todo o coletivo partidário.

Os(as) comunistas visam desenvolver uma análise marxista sobre a especificidade da opressão racial em ligação com a luta de classes em nosso país. Apóiam e participam do movimento negro e das suas organizações, contribuindo com a formulação de políticas de combate ao preconceito e às discriminações e com a promoção da igualdade de direitos, para a superação do racismo.

## **CAPÍTULO XI - ATUAÇÃO DOS COMUNISTAS EM CARGOS PÚBLICOS DE REPRESENTAÇÃO DO PARTIDO**

### **Artigo 59 -**

A atuação dos(as) comunistas no exercício de cargos públicos, eletivos ou comissionados indicados pelo Partido, ou em funções de confiança do Legislativo ou do Executivo, em todas as instâncias de governo de que o Partido participe, constitui importante frente de trabalho e está a serviço do projeto político partidário, segundo norma



própria do Comitê Central. Nesses postos, os(as) comunistas devem pautar a atividade de acordo com as normas e deliberações dos entes que integram, bem como das instâncias partidárias a que estejam subordinados(as), não podendo se sobrepôr a elas. Os mandatos eletivos alcançados sob a legenda do PCdoB pertencem ao coletivo partidário soberanamente.

Em tais funções os(as) comunistas devem empenhar-se por todos os meios para:

- a) defender e difundir a orientação política e as deliberações do Partido, aplicar as decisões emanadas do órgão de direção a que estão subordinados(as);
- b) zelar pelo nome do Partido, desempenhando suas funções com probidade, respeito à causa pública e aos direitos do povo, e delas prestando contas regularmente ao seu organismo;
- c) participar ativamente da vida partidária, por intermédio de seus organismos;
- d) empenhar-se no combate a práticas pragmáticas e burocratizantes próprias da atuação no seio do Estado vigente, manter hábitos, padrão de vida e laços sociais próprios de seu meio de origem;
- e) auxiliar o Partido, com seus conhecimentos, de dados e informações a que venha a ter acesso, a compreender a realidade e desenvolver soluções inovadoras para os problemas contemporâneos;
- f) efetuar as contribuições financeiras ordinárias e as especiais, referentes ao cargo que ocupam, conforme o artigo 9º deste Estatuto e as normas das direções partidárias.



**Artigo 60 -**

Os membros do Partido no exercício de cargos públicos eletivos ou comissionados indicados pelo Partido, devem manter sua militância nas organizações partidárias a que pertençam ou integrar um coletivo, nos termos do parágrafo 2º do artigo 34. Em regra, os(as) Presidentes do Partido não devem exercer cargos nos Executivos, salvo autorização expressa por parte da instância imediatamente superior; nesses casos, devem licenciar-se da Presidência.

**Artigo 61 -**

As bancadas parlamentares em cada nível são órgãos dos respectivos Comitês partidários, mesmo no caso em que os(as) detentores(as) dos mandatos não integrem os respectivos Comitês. Serão dirigidas pela Comissão Política do Comitê respectivo, segundo regimento do Comitê Central, sob acompanhamento direto da Presidência e serão coordenadas pelos(as) respectivos(as) líderes. As lideranças são indicadas pela Comissão Política, após consulta aos membros da bancada.

**Artigo 62 -**

As bancadas parlamentares em cada nível funcionam sob as regras gerais que norteiam o funcionamento dos órgãos partidários, sem desobrigar seus titulares de militarem em uma organização partidária própria. Deverão se reunir periodicamente para debater a política do Partido, as proposituras legislativas, a definição de posicionamento a ser adotado nas votações, bem como para propor os(as) parlamentares que representarão o Partido em comissões, responderão por temas definidos ou participarão de eventos nacionais e internacionais. As deliberações da Comissão Política são de cumprimento obrigatório para todos(as) os(as) seus(suas) integrantes; as deliberações da bancada devem ser ratificadas pelas respectivas Comissões Políticas. As funções de assessoria devem ser

compostas em comum acordo entre o(a) parlamentar e a Comissão Política respectiva.

## **CAPÍTULO XII - OS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO PARTIDÁRIA**

### **Artigo 63 -**

Os veículos de comunicação partidária são constituídos por um conjunto de órgãos de divulgação que se destinam ao trabalho de informação, orientação política e propaganda da orientação partidária e do socialismo. São imprescindíveis para as tarefas cotidianas de ação política, organização, formação política e ideológica, bem como para o debate e elaboração sobre temas candentes nacionais e internacionais.

O jornal *A Classe Operária*, fundado em 1925, é o órgão central do Partido. O Portal do Partido na internet é o veículo que possibilita a comunicação diária com os membros do Partido e com a sociedade em geral. A revista teórica é o instrumento de interação do Partido com a intelectualidade avançada do país e de difusão da sua produção intelectual. Difundir a imprensa do Partido é dever de todos os seus membros e de todas as suas organizações.

Parágrafo 1º - A direção dos órgãos nacionais de divulgação do Partido será nomeada pelo Comitê Central.

Parágrafo 2º - Os Comitês Estaduais e Municipais poderão, sem prejuízo da responsabilidade pela circulação dos órgãos centrais do Partido, editar publicações no âmbito das respectivas jurisdições.

## CAPÍTULO XIII - INSTITUTO MAURÍCIO GRABOIS

### Artigo 64 -

O Instituto Maurício Grabois (IMG), dotado de personalidade jurídica, direção e estatuto próprios, é órgão de cooperação do Partido para as atividades de pesquisa, elaboração e formação teórica e política. É associação de caráter teórico, científico e cultural, instrumento para a participação dos(as) comunistas na luta de idéias e para o diálogo e relacionamento com a intelectualidade marxista e progressista.

A intelectualidade avançada do país tem relevante papel no processo de transformação da sociedade, na elevação do nível de consciência dos trabalhadores e do povo brasileiro, no desenvolvimento sócio-econômico, cultural, científico e tecnológico da nação, na luta pela soberania nacional. Os comunistas atuam junto a ela visando ao desenvolvimento do marxismo e ao fortalecimento da luta pelo seu Programa Socialista para o Brasil.

O IMG é constituído por membros do Partido e personalidades da esfera acadêmica, cultural e intelectual, filiados(as) ou não, que se disponham a colaborar com o seu propósito, entre os quais:

- a) promover e patrocinar estudos, pesquisas e análises sobre a realidade brasileira e internacional, nas áreas política, econômica, social, cultural, tecnológica e ambiental, entre outras, por atribuição do Comitê Central; organizar, por sua iniciativa, ciclos de estudos, conferências, seminários e simpósios e outras atividades, de acordo com seu programa de trabalho; pesquisar e divulgar a história do povo brasileiro, do movimento operário e do Partido Comunista do Brasil;
- b) interagir com a Escola Nacional do Partido, para promover o trabalho de formação política e teórico-



ideológica dos membros do Partido por intermédio de cursos teóricos e de atualização política; assessorar, quando for solicitado, a direção do Partido e as bancadas parlamentares no desempenho de suas atribuições; prestar outros serviços técnicos ou de consultoria e assessoria aos órgãos do Partido;

- c) celebrar e manter acordos, convênios e intercâmbios com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais; editar publicações, programas de TV, vídeo, cine, Internet, áudio e outros meios necessários para implementar a divulgação dos ideais partidários e as atividades de formação teórico-política.

Parágrafo 1º – Além de outras medidas que possa adotar, o Comitê Central destinará ao Instituto Maurício Grabois, anualmente, um percentual mínimo de 20% (vinte por cento) dos recursos financeiros recebidos do Fundo Partidário.

Parágrafo 2º – O Comitê Central indica os membros do Partido para atuarem na direção do IMG, respeitados os termos do Estatuto próprio da entidade.

Parágrafo 3º – Os Comitês Estaduais podem propor a criação de seções do Instituto Maurício Grabois, nos termos do Estatuto próprio da entidade.

## CAPÍTULO XIV - PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

### Artigo 65 -

Constituem patrimônio do Partido os direitos e as obrigações que adquirir, bem como todos os valores, renda



patrimonial, bens móveis e imóveis adquiridos com recursos próprios, por doações, legados ou por outras formas permitidas em lei.

### **Artigo 66 -**

Constituem as receitas financeiras partidárias:

- a) os recursos arrecadados com a contribuição militante, nos termos do artigo 9º;
- b) as contribuições voluntárias, esporádicas ou não, de membros ou simpatizantes do Partido;
- c) as campanhas e os eventos de arrecadação financeira realizadas pelo Partido;
- d) a venda de publicações e materiais promocionais;
- e) as rendas decorrentes de contratos ou convênios de natureza comercial, permitidos em lei;
- f) os recursos do Fundo Partidário;
- g) as outras contribuições não vedadas em lei, como doações em espécie, bens, serviços ou trabalho estimáveis em dinheiro, seja de pessoas físicas ou jurídicas.

### **Artigo 67 -**

Os Comitês do Partido têm autonomia para arrecadar e bem aplicar os recursos financeiros no âmbito de sua jurisdição, provendo as condições necessárias à boa estruturação e ao funcionamento eficiente das organizações do Partido. Em todos os níveis, as Comissões

Políticas prestarão contas de sua receita e despesa aos respectivos Comitês e à Justiça Eleitoral. Devem ser observados ainda os princípios da auto-suficiência econômica e financeira do Partido, da descentralização e desconcentração das receitas; da legalidade, ética, probidade, transparência e prestação periódica das contas e controle coletivo.

Parágrafo 1º - O Comitê Central disporá em norma própria os percentuais para a distribuição dos recursos arrecadados das diversas fontes entre as diversas instâncias partidárias. Os recursos recebidos do Fundo Partidário serão distribuídos na proporção de 80% (oitenta por cento) para o Comitê Central e 20% (vinte por cento) para os Comitês Estaduais, respeitada a destinação de recursos prevista no artigo 64, parágrafo 1º.

Parágrafo 2º - os Comitês, em cada nível, decidem sobre a administração do patrimônio social sob a sua titularidade, podendo inclusive adquirir, alienar, locar, arrendar, ou hipotecar bens, bem como receber doações e legados.

Parágrafo 3º - a administração financeira do Partido é feita pela Comissão Política em cada nível, sob responsabilidade da Presidência e da Secretaria de Finanças, que prestará contas ao Comitê respectivo uma vez ao ano, e ao conjunto do Partido por ocasião do Congresso Nacional e das Conferências Estaduais e Municipais destinadas à eleição dos Comitês.

Parágrafo 4º - quando houver, a Comissão de Controle tem a atribuição de fiscalizar e dar parecer sobre as contas prestadas pela Comissão Política; podendo exigir justificativas e notas explicativas, com livre acesso a toda documentação necessária para bem desempenhar suas

funções. O parecer do Comitê respectivo é condição prévia para a apresentação da prestação de contas ao Comitê do Partido e à Justiça Eleitoral.

Parágrafo 5º – os membros do Partido não respondem subsidiariamente pelas obrigações contraídas em nome do Partido, mas poderão ser responsabilizados juridicamente por malversação dos recursos e patrimônio partidário, ou por danos causados ao Partido, se violarem os princípios da legalidade e probidade, os preceitos deste Estatuto, bem como as normas das direções partidárias.

### **Artigo 68 -**

O Partido não arcará com ônus de quaisquer transações financeiras efetuadas em seu nome ou com número de seu CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) por quaisquer pessoas, filiadas ou não, salvo com expressa autorização da Secretaria de Finanças ou do(a) presidente da Comissão Política respectiva.

Parágrafo 1º – Cada instância partidária deverá dispor de CNPJ próprio.

Parágrafo 2º – constitui falta grave a utilização, por parte de instância ou de filiado(a), do CNPJ de qualquer instância partidária sem autorização expressa dos responsáveis - sendo passível de sanções disciplinares pertinentes.

### **Artigo 69 -**

A prestação de contas do Partido obedecerá aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade, especialmente às disposições gerais constantes da NBCT-10.19 (entidades sem finalidade de lucros) e a demais regras inscritas em lei, inclusive:

- a) a realização de escrituração contábil sob a responsabilidade de profissional habilitado em contabilidade, de forma a permitir a aferição da origem de suas receitas e a destinação de suas despesas, bem como a aferição de sua situação patrimonial;
- b) a obrigatoriedade de prestação de contas à Justiça Eleitoral, até o dia 30 de abril de cada ano, referente ao exercício findo;
- c) a utilização do Plano de Contas das agremiações partidárias, fornecida pela Justiça Eleitoral, em seus balanços anuais e nos balancetes dos anos eleitorais, bem como outras determinações de lei;
- d) a vedação da contabilização de qualquer recebimento ou dispêndio referente ao Instituto Maurício Grabois, ressalvados os investimentos que nele fizer, que integrarão a contabilidade própria do Instituto.

## CAPÍTULO XV - DISPOSIÇÕES FINAIS

### **Artigo 70 -**

O Partido Comunista do Brasil utiliza a sigla PCdoB e o número eleitoral 65. Seu emblema é constituído por uma foice e um martelo, cruzados, simbolizando a aliança dos trabalhadores da cidade e do campo. A bandeira compõe-se de um retângulo horizontal vermelho, tendo ao centro o símbolo em amarelo e a sigla em branco.

### **Artigo 71 -**

O PCdoB tem sede nacional, domicílio e foro em Brasília, Distrito Federal.



**Artigo 72 -**

Este Estatuto entrará em vigor após sua aprovação em Congresso e publicação no *Diário Oficial da União* e na imprensa partidária. Será registrado no Ofício Civil competente e encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral para o mesmo fim.

Parágrafo Único – Qualquer diligência, retificação ou modificação que porventura venha a ser determinada pela Justiça Eleitoral será decidida e encaminhada pelo Comitê Central.

**11º Congresso do Partido Comunista do Brasil** Brasília,  
22 de outubro de 2005.

## REGIMENTO INTERNO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

*Regulamenta o funcionamento dos órgãos de direção do Partido e dispõe sobre as atribuições das Secretarias e dos dirigentes.*

### **Artigo 1º -**

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil - PCdoB -, no uso de suas atribuições, e em cumprimento ao que dispõe os artigos 12, 15, 16, 18, 21, 22, 23 e 48 do Estatuto partidário, aprova o presente Regimento Interno:

### **Artigo 2º -**

Os Comitês, em cada circunscrição, elegerão dentre seus membros os integrantes da Comissão Política.

Parágrafo único - O número de membros da Comissão Política será sempre menor que o correspondente à metade dos membros do Comitê.

### **Artigo 3º -**

A Comissão Política no âmbito de sua circunscrição tem as seguintes atribuições:

- a) Exercer o trabalho permanente de direção entre as reuniões do Comitê;
- b) Exercer todas as atribuições legais conferidas ao Comitê, entre uma e outra reunião deste;
- c) Cumprir e fazer cumprir as normas e decisões partidárias, zelar pela unidade partidária;
- d) Constituir, manter e administrar o patrimônio do Partido;
- e) Executar a atividade financeira do Partido;



- f) contratar e demitir funcionários do Partido;
- g) prestar contas dos seus atos ao Comitê respectivo;
- h) constituir comissões auxiliares, com responsabilidades executivas, que responderão pelas tarefas cotidianas perante a Comissão Política;
- i) examinar o balanço e pareceres da Comissão de Controle.

**Artigo 4º -**

Os comitês, ao elegerem as Comissões Políticas, deverão indicar dentre os membros destas:

- a) Presidente;
- b) Vice-presidente(s);
- c) Secretário(a) de Organização;
- d) Secretário(a) de Finanças.

Parágrafo 1º - No caso do Comitê Central, a Secretaria de Relações Internacionais integrará a Comissão Política, obrigatoriamente.

Parágrafo 2º - O Comitê Central terá até 3 vice-Presidentes; nos Comitês Estaduais e Municipais, será eleito apenas um(a) vice- Presidente.

Parágrafo 3º - Os Comitês podem indicar ainda responsáveis pelas Secretarias de Comunicação, Formação e Propaganda, Sindical, da Juventude, dos Movimentos Sociais e Populares, de Ação institucional e Políticas Públicas e outras que julgarem necessárias.

**Artigo 5º -**

Compete ao(à) Presidente em âmbito nacional, estadual, do Distrito Federal e municipal:

- a) Representar o Partido, seu respectivo Comitê e sua Comissão Política, ativa ou passivamente, em juízo ou perante a sociedade;
- b) Convocar e preparar as reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão Política e do Comitê;
- c) Assinar, conjuntamente com o(a) Secretário(a) de Finanças, os contratos gravosos em nome do Partido;
- d) Assinar, conjuntamente com o(a) Secretário(a) de Finanças e/ou o(a) Secretário(a) de Organização, cheques e outros documentos referentes à movimentação financeira do Partido;
- e) deliberar, excepcionalmente e em caráter emergencial, sobre questões políticas e administrativas ad referendum da Comissão Política;
- f) Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pela Comissão Política.

**Artigo 6º -**

Compete ao(à) vice-Presidente:

- a) substituir interinamente o(a) Presidente em suas ausências e impedimentos temporários;
- b) Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pela Comissão Política.

parágrafo 1º - No Comitê Central, o(a) Primeiro(a), Segundo(a) e Terceiro(a) Vice-presidentes substituirão



o(a) Presidente na ordem em que foram eleitos.

Parágrafo 2º - em caso de vacância do cargo de Presidente o respectivo Comitê, em prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, elegerá novo(a) Presidente.

**Artigo 7º -**

Compete ao(à) Secretário(a) de Organização:

- a) Organizar e manter o arquivo dos documentos partidários;
- b) Manter sempre atualizado o arquivo de filiados, bem como preparar a relação de filiados e outros documentos a serem encaminhados à Justiça Eleitoral;
- c) Manter em arquivo a legislação pertinente à vida partidária;
- d) Assinar, conjuntamente com o(a) Secretário(a) de Finanças, os contratos gravosos em nome do Partido;
- e) Assinar, conjuntamente com o(a) Secretário(a) de Finanças e/ou o(a) Presidente, cheques e outros documentos referentes à movimentação financeira do Partido;
- f) Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pela Comissão Política;
- g) Providenciar que sejam lavradas em ata as decisões, resoluções e as reuniões do Comitê e da Comissão Política.

**Artigo 8º -**

Compete ao(à) Secretário(a) de Finanças:

- a) Apresentar, para aprovação, a política de finanças e a



proposta orçamentária anual do Partido;

- b) planejar e coordenar a execução da política de finanças; organizar campanhas, promoções, eventos, venda de materiais e outras atividades de arrecadação de fundos para o Partido;
- c) Assinar, conjuntamente com o(a) Presidente e/ou o(a) Secretário(a) de Organização, os contratos gravosos em nome do Partido;
- d) Assinar, conjuntamente com o(a) Presidente e/ou o(a) Secretário(a) de Organização, cheques e outros documentos referentes à movimentação financeira do Partido;
- e) Manter sob sua guarda e responsabilidade o patrimônio móvel e imóvel do Partido, bem como os documentos e livros de contabilidade;
- f) Controlar a receita e a despesa, receber contribuições e doações, fazer pagamentos e depósitos;
- g) Manter atualizada a contabilidade do Partido, bem como fazer a prestação de contas, nos termos da lei e do Estatuto partidário, apresentando balancetes trimestrais e a prestação de contas referente a cada exercício financeiro, que, uma vez aprovada pela Comissão de Controle, deverá ser encaminhada à Justiça Eleitoral;
- h) Gerir, admitir e demitir os funcionários do partido, ouvida a Comissão Política.

### **Artigo 9º -**

Os Comitês poderão eleger, dentre seus membros, responsáveis pelas diversas secretarias, integrantes ou não das Comissões Políticas, designando suas atribuições

políticas. Poderá ser constituído um Secretariado, como órgãos de coordenação executiva do conjunto de secretarias.

Parágrafo Único - O número de membros do Secretariado que também pertençam à Comissão Política, deverá ser inferior à metade dos membros desta.

**Artigo 10º -**

Os Comitês Central, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais elegerão dentre os seus membros, nos termos do Estatuto, os integrantes da Comissão de Controle, com as seguintes atribuições no âmbito de sua circunscrição:

- a) verificar a legalidade das atividades partidárias em respeito ao Estatuto e demais normas internas;
- b) zelar permanentemente pela ética partidária, por parte de seus organismos e membros;
- c) receber, instruir e relatar processos disciplinares internos ou recursos das instâncias inferiores;
- d) fiscalizar as contas partidárias, exarando parecer ao Comitê respectivo.

Parágrafo Único - É facultativa a constituição de Comissão de Controle no âmbito dos Comitês Municipais. Na ausência dela, suas funções serão exercidas pela Comissão Política ou por comissão indicada pelo Comitê para cumprir suas funções, quando pertinente - sendo isto obrigatório para a fiscalização das contas do Partido.

**Artigo 11 -**

As Comissões de Controle serão constituídas por 3 a 5 membros do Comitê respectivo, e elegerão um(a) Secretário(a). Suas reuniões realizam-se, ordinariamente,

a cada reunião do Comitê ou, extraordinariamente, quando convocadas pelo(a) Secretário(a) ou pela maioria de seus membros. Suas deliberações são tomadas por maioria simples de votos.

Parágrafo Único - As Comissões de Controle poderão, no exercício de suas atribuições, requisitar do Comitê Central, Estaduais e Municipais toda e qualquer informação necessária à instrução dos processos sob sua responsabilidade.

### **Artigo 12 -**

Os pareceres, decisões e encaminhamentos das Comissões de Controle devem ser submetidos à aprovação do Comitê respectivo.

### **Artigo 13 -**

É obrigatório o parecer da Comissão de Controle sobre o orçamento anual da direção nacional e os balancetes de atividade financeira do Comitê Central e dos Comitês Estaduais e do Distrito Federal. Ela pode solicitar dados, realizar auditorias e propor outras providências sobre as contas partidárias.

### **Artigo 14 -**

Os Comitês provisórios de que trata o parágrafo 8º do artigo 15 do Estatuto Partidário exercem, para todos os fins, as mesmas atribuições e responsabilidades dos comitês partidários.

### **Artigo 15 -**

Este Regimento entrará em vigor a partir da sua aprovação.

***José Renato Rabelo***

*Presidente Nacional do PCdoB*

*São Paulo, 11 de dezembro de 2005.*



**NORMA COMPLEMENTAR DE FINANÇAS  
AO ESTATUTO DO PCdoB**

*Regulamenta a contribuição partidária  
e a carteira nacional de militante.*

**Artigo 1º –**

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil nos termos do artigo 22 e obedecendo aos artigos 9º, 10º e 67 do Estatuto Partidário normatiza a contribuição financeira de membro do partido, a partilha de recursos entre os comitês partidários e regula a carteira nacional de militante.

**Carteira Nacional Militante**

**Artigo 2º –**

Todos os membros do partido terão direito à Carteira Nacional de Militante.

**Artigo 3º –**

A Carteira Nacional de Militante será expedida pelo Comitê Central e distribuída até o mês de março aos Comitês Estaduais.

Parágrafo único - Os Comitês Estaduais devem fazer a solicitação formal das Carteiras Nacional de Militante até o mês de janeiro.

**Artigo 4º –**

Anualmente o Comitê Central estabelecerá o valor a ser pago pelos Comitês Estaduais para obtenção da Carteira Nacional Militante. Este valor corresponde à contribuição anual destinada ao Comitê Central mais as despesas de produção e distribuição da Carteira Nacional de Militante.

Parágrafo único - Para o ano de 2006 fica estabelecido o valor de R\$ 4,00 (quatro reais).

**Artigo 5º -**

Os Comitês Estaduais devem estabelecer através de resolução própria:

- a) o valor da Carteira Nacional a ser pago pelos(as) militantes, respeitado o previsto no artigo 9º do Estatuto Partidário, podendo incorporar os custos de emissão da Carteira Nacional de Militante;
- b) a partilha dos recursos com os Comitês Municipais.

Parágrafo único - Compreendem os custos de emissão: a digitação, impressão e entrega da Carteira Nacional de Militante.

**Artigo 6º -**

A emissão da Carteira Nacional de Militante é de responsabilidade do Comitê Estadual e será gerada a partir do cadastro nacional militante - "Rede Vermelha". Terá numeração nacional e nela constará: o nome do militante, o município de militância, o número do título de eleitor e o número de seu cadastro no "Rede Vermelha".

Parágrafo único - Para os militantes que realizam as contribuições previstas no artigo 9º, alínea "b" do Estatuto Partidário - contribuição mensal - a emissão da Carteira Nacional será realizada pelo Comitê Central por intermédio da Secretaria Nacional de Finanças.

**Artigo 7º -**

Anualmente será definido um tema para compor a Carteira Nacional Militante.

Parágrafo único - Para 2006 o tema será: "Brasil Soberano, Partido Renovado, Futuro Socialista".

## **Contribuição Anual**

### **Artigo 8º -**

A contribuição anual de que trata a alínea "a" do artigo 9º do Estatuto é obrigatória para todos os militantes do Partido.

Parágrafo 1º - O valor da contribuição anual é equivalente a pelo menos 1% (um por cento) do salário ou renda mensal, sendo o piso estabelecido com base no salário mínimo.

Parágrafo 2º - A contribuição nos termos da alínea "b" do artigo 9º do Estatuto Partidário - contribuição mensal - é equivalente e atende ao previsto no caput.

### **Artigo 9º -**

A contribuição anual será operacionalizada e gerenciada pelos Comitês Estaduais tendo como instrumento de arrecadação a Carteira Nacional de Militante.

## **Contribuição Mensal**

### **Artigo 10º -**

A contribuição mensal de que trata a alínea "b" do artigo 9º do Estatuto é obrigatória para todos os militantes partidários que:

- a) são eleitos para as funções de direção de Comitês partidários, ou atuam junto aos órgãos de direção partidária, como membros de comissões auxiliares ou em outras funções de apoio;



- b) exercem atividades de representação política eletiva ou por indicação do Partido, na atividade institucional e na direção de organizações de massas;
- c) atuam por tarefa partidária no âmbito das atividades estatais, acadêmicas, científicas e culturais, em funções técnicas de assessoria no legislativo, no executivo, nas entidades de massa, em autarquias e à direção partidária.

Parágrafo único - A contribuição mensal é facultativa para os demais membros do Partido.

### **Artigo 11 -**

A contribuição mensal será operacionalizada e gerenciada pelo Comitê Central, por intermédio da Secretaria Nacional de Finanças que instalará o Sistema Nacional de Contribuições, utilizando-se de todos os mecanismos de captação de créditos disponíveis junto às instituições bancárias, como débito em conta, débito em cartão de crédito, e carnê de pagamentos, dentre outros.

Parágrafo único - O valor da contribuição mensal é equivalente a pelo menos 1% (um por cento) do salário ou renda mensal, tendo como piso o valor de R\$ 15,00 (quinze reais).

### **Artigo 12 -**

Os Comitês Estaduais e Municipais tem a responsabilidade de providenciar o cadastramento no Sistema Nacional de Contribuições de todos os quadros partidários que atuam em sua jurisdição nos termos do artigo 9º desta norma e dos militantes que optem pela contribuição mensal.

### **Artigo 13 -**

Anualmente o Comitê Central estabelecerá a partilha dos recursos obtidos através do Sistema Nacional de



Contribuições, descontadas as despesas operacionais e taxas bancárias.

Parágrafo 1º - Para 2006 esses recursos serão partilhados obedecendo a seguinte proporcionalidade: 20% destinam-se ao Comitê Central e 80% aos Comitês Estaduais, distribuídos conforme o volume arrecadado em cada Estado.

Parágrafo 2º - os Comitês Estaduais devem estabelecer através de resolução própria a partilha com os Comitês Municipais.

## Contribuições Especiais

### Artigo 14 -

Para os militantes partidários que estiverem no exercício de cargos públicos, eletivos ou comissionados indicados pelo Partido, ou em funções de confiança do Legislativo ou do Executivo é obrigatória a contribuição especial que trata a alínea "c" do artigo 9º do Estatuto Partidário é obrigatória para todos. A contribuição especial dos Parlamentares federais é regulamentada no Regimento da Bancada.

Parágrafo 1º - Para os cargos da esfera federal a contribuição especial deverá ser calculada conforme tabela a seguir:

Valor líquido	% de Contribuição
R\$ 1,081,63	5%
R\$ 1.210,24	5%
R\$ 1.338,84	5%
R\$ 3.814,80	14%
R\$ 4.866,05	17%
R\$ 5.736,05	20%
Cargos de natureza especial	20%

Parágrafo 2º - A base de incidência é sobre o salário líquido. É vedado deduzir valores correspondentes com planos de saúde, empréstimos, seguros, etc.

Parágrafo 3º - o valor da contribuição que trata o caput será corrigido conforme os índices de correção salarial.

Parágrafo 4º - os cargos federais exercidos nos Estados enquadram-se nos termos do caput.

### **Artigo 15 -**

Os Comitês Estaduais e Municipais devem regulamentar através de resolução própria a aplicação do previsto no artigo 9º alínea "c" do Estatuto Partidário no âmbito de sua jurisdição.

### **Artigo 16 -**

Fica estabelecido que 10% (dez por cento) dos recursos arrecadados pelos Comitês Estaduais e Municipais com base no artigo 9º alínea "c" do Estatuto Partidário devem ser encaminhados ao Comitê Central a título de contribuição especial.

## **Fundo Partidário**

### **Artigo 17 -**

Os recursos recebidos do Fundo Partidário depois de destinados 20% para o IMG - Instituto Maurício Grabois - serão distribuídos na proporção de 80% (oitenta por cento) para o Comitê Central e 20% (vinte por cento) para os Comitês Estaduais. O Comitê Central poderá propor aos Comitês Estaduais a título de contribuição extraordinária que renunciem ao direito de repasse dos 20% (vinte por cento) líquidos dos recursos do Fundo Partidário.

***Comitê Central do Partido Comunista do Brasil***  
*São Paulo, 11 de dezembro de 2005.*



## **PARTIDO COMUNISTA RENOVADO**<sup>1</sup>

**É** nesse quadro contraditório e de grande complexidade que o Partido Comunista do Brasil desenvolve um esforço especial de construção e afirmação de sua opção revolucionária. O Partido, como força ativa do movimento que assegurou a importante viragem histórica que foi a vitória de Lula em 2002, é beneficiário das condições criadas para a construção de um novo projeto nacional. Assumiu maior protagonismo político e social, adquiriu projeção com sua participação em funções da administração federal, aumentou seus laços com o povo, ampliou suas fileiras, interiorizando-se e reforçando sua estrutura nacional. Passou a viver uma nova fase e a enfrentar novos desafios para a sua construção.

O período histórico atual de defensiva - no qual predominam, para as forças revolucionárias do Brasil, as formas pacíficas de luta de classes - impõe a busca de novos fatores de acumulação para a aproximação dos objetivos estratégicos do Partido. Essa busca se orienta pelas lições da prática passada e é assentada na realidade do capitalismo contemporâneo. O Partido Comunista é um partido para a viragem, para as rupturas transformadoras, para a revolução, não um partido apenas para as reformas. Por isso, seu coletivo necessita compreender as condições em que atua e como construir um caminho particular para a luta de resistência ao neoliberalismo, visando a abrir caminho ao socialismo. Durante esses anos, parte das energias do movimento revolucionário foi investida no esforço de entender as causas da derrota e na busca de

---

<sup>1</sup> Trecho da resolução política aprovada no 11º congresso do PCdoB



definir o melhor caminho para a acumulação de forças, através de novas formas de atuação.

No centro desse esforço colocou-se a necessidade do fortalecimento dos partidos revolucionários, da reafirmação do seu papel histórico, condição primordial para a continuidade da luta pela nova sociedade. Reafirmar a indispensabilidade do partido revolucionário, bem como a necessidade de sua adequação aos novos tempos, passou a ser um importante desafio. Colocou-se como premente difundir a compreensão da centralidade do partido como instrumento articulador das exigências da luta anticapitalista, um partido de vanguarda do proletariado, centro estratégico definidor da luta pelo poder político de Estado, indispensável ao processo transformador.

O Partido deve procurar ser a consciência avançada do nosso tempo, Partido da vocação política transformadora que não recusa os embates do cotidiano, mas os canaliza para um projeto político global; Partido que dá prioridade à ação política de massas, como forma principal de luta; Partido que busca apresentar-se à sociedade de forma contemporânea defendendo um socialismo renovado, marcado por seu caráter de classe, patriótico e antiimperialista e por ampla democracia popular; Partido que não quer repetir as experiências tradicionais e tem, no compromisso militante de seus membros, seu mais precioso patrimônio; Partido da amizade entre os irmãos proletários do mundo, concretizando intensa solidariedade internacionalista.

O esforço por reafirmar a indispensabilidade de um partido revolucionário passa pela compreensão de que, nas condições particulares em que se atua no Brasil, é necessário saber articular a ação de construção de amplas frentes políticas atuando na esfera institucional, governos e parlamentos, com a luta social e intensa luta de idéias em

prol da perspectiva transformadora. Nesse sentido, impõe-se reforçar a compreensão do papel dos novos setores sociais na luta social e da centralidade do movimento dos trabalhadores na luta contra o neoliberalismo e pelo socialismo. A orientação política do Partido confere papel essencial à mobilização popular. Uma das lições tiradas dos processos revolucionários dos povos indica que as massas não apreendem uma orientação política automaticamente. Elas têm de confrontá-la com sua própria experiência. É necessário, no entanto, combater a fragmentação e a "despolíticação" na ação dos movimentos específicos, deixar claros os limites de tendências "movimentistas" que se manifestam entre forças revolucionárias no mundo. Ao mesmo tempo, um partido que compreende, também, as novas características dos conflitos sociais da atualidade de onde se plasmam os sujeitos históricos da transformação e novas formas de consciência e luta. Um partido que acompanha o movimento espontâneo das massas, sobretudo a luta dos trabalhadores contra a exploração, em cujo leito deve se construir a consciência por um novo projeto político antineoliberal como aproximação para a construção da alternativa socialista futura.

O novo patamar de maior protagonismo do PCdoB colocou a necessidade da construção de um partido revolucionário grande, de ampla militância, apoiado em quadros dirigentes avançados. Um partido que compreende a exigência da ruptura para um novo poder político, o que traz a exigência de se assumir como direção estratégica da luta, e com unidade na ação política, com base nos fundamentos ideológicos do marxismo e do centralismo democrático como princípio orientador de sua organização e de sua vida interna.

O processo de realização do 11o Congresso do PCdoB buscou fincar a consciência militante sobre os objetivos estratégicos de reconstrução da alternativa socialista e

sobre a fase atual da luta revolucionária no mundo e no Brasil, de resistência ao neoliberalismo. Resultante desse esforço e das exigências postas pelo novo momento vivido no país, o Partido avança na formulação de seu pensamento político, desenvolve sua tática e sua ação política nas condições de legalidade que perduram já por vinte anos. Deve reforçar sua opção de partido revolucionário, renovado, partido extenso em militância para responder às necessidades da luta pela hegemonia, voltado para o pensamento avançado, para os trabalhadores, para a luta política e social em curso e para a construção de uma alternativa socialista futura. Tal é a versão atual das defasagens da construção partidária.

### **1. Partido para as novas condições da luta política**

O novo ciclo político, iniciado com a eleição do presidente Lula, teve impacto positivo na construção da corrente comunista em nosso país. Ao mesmo tempo, impôs novas exigências no terreno da política que deve ter uma característica de amplitude; no terreno ideológico, exigindo maiores convicções dos objetivos estratégicos; e no terreno organizativo, forjando-se um partido mais estruturado, mais enraizado, mais representativo. Essas exigências entram em contradição com a situação atual de um partido que, embora tenha se expandido, é de militância ainda pequena, pouco estruturada e com forte marca de espontaneísmo na ação política e social.

Responder a essa nova situação, por um lado, impõe a compreensão das condições do momento brasileiro e de suas características particulares. Hoje, há um nível razoável de liberdade política, em comparação com outros períodos da história do Brasil. Há um número grande de partidos, com forte fragmentação entre aqueles que se apresentam no campo da esquerda. A disputa pela diferenciação junto à sociedade assume um patamar

superior. Os anos de neoliberalismo, que limitaram o debate em torno de alternativas para o país, não permitiram que avançasse a elaboração de um projeto unificador das diversas forças políticas e sociais interessadas na mudança. E o processo de construção desse novo projeto enfrenta a existência de variados centros de pensamento, ainda não tendo surgido um pólo aglutinador desse esforço.

Por outro, nas condições do Brasil, a luta pela construção e fortalecimento de um partido revolucionário impõe uma vigilância permanente contra as manobras das elites políticas conservadoras que querem limitar o espaço de representação das forças populares. Um país, que tem a diversidade social e a riqueza cultural da população brasileira, necessita muito mais ampliar e aperfeiçoar a presença desses diferentes segmentos nas instituições democráticas. Ao longo desses últimos anos, o que se vê é uma ofensiva antidemocrática que usa o enganoso discurso de aperfeiçoamento das instituições para propor sucessivas "reformas políticas" de conteúdo restritivo. Conseguiu aprovar a cláusula de barreira de 5% para o funcionamento parlamentar, impedindo os partidos que não alcancem esse percentual de votos de ter acesso aos horários de rádio e TV, entre outras restrições. Várias iniciativas para impedir o instituto da coligação e para implantar o voto distrital se encontram no Congresso Nacional. São manobras que buscam reduzir a representação parlamentar a 4 ou 5 grandes partidos, excluindo, do debate maior, aqueles que têm maiores vínculos com o povo.

O PCdoB tem hoje o desafio de buscar ser o fator de unidade das forças progressistas e o fator de mobilização de amplas massas sequiosas de transformação. Ao mesmo tempo tem de assegurar sua diferenciação na atuação política e social para que suas idéias alcancem um nível



mais amplo de influência na disputa pela hegemonia da sociedade. Por isso, necessita conquistar maior protagonismo político e social. Sua orientação deve ter caráter propositivo e crítico, capaz de influenciar os rumos do governo e do Estado. Em decorrência dessa compreensão, as exigências atuais da construção partidária colocam a centralidade da contribuição dos comunistas na formulação de uma plataforma que possa unificar as forças interessadas num novo modelo de desenvolvimento com valorização do trabalho. Este não é um objetivo simples de ser alcançado. O esforço em torno da elaboração de um novo projeto nacional confronta-se com tendências que vão da inevitabilidade do caminho atual até a ilusão de que as transformações necessárias se farão independentemente da correlação de forças existente no país. Há os que, diante das dificuldades do quadro mundial, marcado pela intervenção do imperialismo em todos os países, tentam limitar seus objetivos a avanços pontuais do atual modelo.

Ao mesmo tempo, algumas correntes ou personalidades, numa visão sectária que desconhece a correlação de forças e a necessidade de formulação clara de um novo caminho, assumem uma atitude de desencanto, partindo para o criticismo mais exacerbado. Uns e outros tendem a desertar das fileiras da luta transformadora. Há, também, aqueles que assumem uma posição principista só vendo saída para a situação numa atividade artificialmente radicalizada, auto-proclamada revolucionária.

Superar a defasagem entre a intervenção política e a edificação do PCdoB e elevar sua estruturação entre os trabalhadores e trabalhadoras é hoje um dos maiores desafios da construção partidária. A retomada de maior participação do proletariado no processo histórico brasileiro é marca dos recentes avanços de natureza progressista. A eleição de um operário para a Presidência da República é parte desse movimento. A hegemonia do sistema



neoliberal, marca da época atual, vem provocando a exacerbação da exploração capitalista com a depreciação do trabalho e dos valores a ele associados, o retrocesso de direitos, o avanço do desemprego estrutural. Esses fatores objetivos têm impactado negativamente na resistência e na organização do movimento operário e sindical. Ao mesmo tempo, têm ampliado as fileiras daqueles que, com a precarização de suas condições de vida, vêm percebendo que seus interesses entram em contradição com os interesses daqueles que exploram o seu trabalho. Nesse processo, seus movimentos de resistência criam condições para que possam ampliar sua contribuição na luta por um novo projeto nacional de desenvolvimento. Ao realizar o seu 2º Encontro sobre Questões de Partido, tendo como centro sua construção junto ao proletariado, o Partido expressa sua compreensão de que este é o setor estratégico para a acumulação de forças na perspectiva socialista.

Elevar a incorporação dos comunistas no debate político é uma tarefa indissociável de ampliar sua participação na luta de idéias. O Partido precisa ser a consciência avançada do tempo presente. Tem de colocar a luta de idéias num patamar superior de preocupações e ações. Essas novas exigências de natureza ideológica impõem maior aproximação com a intelectualidade e a parcela avançada da classe operária fabril. Isto significa intensificar a relação com os intelectuais do meio acadêmico, científico, cultural e artístico; atuar nos centros de formação profissional de onde saem inúmeros quadros operários; criar novas formas de aproximação com esses dois setores, incluindo aí instâncias especiais de discussão nas organizações de base e formas de funcionamento que estejam em consonância com as características das atividades desses setores.

O PCdoB compreende que o movimento espontâneo contra a exploração do capital, nas suas mais variadas formas, é

fonte indispensável para impulsionar a luta pelas mudanças estruturais de que tanto o Brasil precisa. E sua incorporação à luta por um projeto político nacional soberano e democrático, com valorização do trabalho, é a possibilidade de sua viabilização concreta. Por isso, acentua-se a exigência de que a militância partidária intensifique a ligação com o movimento real em curso no país, contribuindo para a elevação de sua unidade e de sua consciência política. A necessidade de unificação e ampliação da ação política dos movimentos sociais enfrenta, hoje, uma profunda fragmentação, certo grau de institucionalização e a diminuição do papel do PT das atuais movimentações, força esta que anteriormente tinha importante atuação junto a eles. Este é um obstáculo a mais para o avanço da luta política no país.

O fortalecimento da Corrente Sindical Classista (CSC), que atua no interior da CUT, deve se tornar instrumento destacado para introduzir o debate em torno do projeto político no seio dos trabalhadores, tanto do campo como da cidade. A União da Juventude Socialista (UJS), que vem jogando papel decisivo na elevação do debate político nas organizações estudantis e nos movimentos juvenis, inclusive de jovens trabalhadores, deve ser compreendida, pelas direções partidárias nas suas particularidades. Os jovens têm se destacado na luta antiimperialista e nas mobilizações de nosso povo. A organização juvenil vem se mostrando uma poderosa ferramenta para ampliar a influência e para construir o Partido. A UJS está em nova fase, superado o relançamento, e parte para a sua consolidação e construção massiva.

A Coordenação dos Movimentos Sociais, uma proposta justa e oportuna, deve ser reforçada como pólo aglutinador dos movimentos populares, inclusive do movimento comunitário, dos movimentos de luta contra o racismo, pela paz e pelos direitos dos indígenas, entre vários outros.

Atenção especial merece a retomada do trabalho dos comunistas para estruturar a corrente emancipacionista no seio do movimento de mulheres. Necessita, ainda, de melhor tratamento a luta contra o racismo, que entra também em nova fase, sob o governo Lula.

A legalidade e, em especial, a conquista de espaços governamentais, por parte das forças democráticas e de esquerda, levaram o Partido a aumentar sua atuação em órgãos executivos e nos parlamentos. Ele, além de eleger 11 prefeitos e 29 vices, passou a participar de governos em mais de uma dezena de estados e capitais, além de centenas de municípios de regiões metropolitanas e do interior. A ação política, nessa área, representa importante instrumento de acumulação de forças. Ao ocupar posições em administrações municipais, estaduais e em órgãos federais o Partido toma conhecimento, a partir de um novo ponto de vista, da precariedade em que passaram a viver as populações, sobretudo as urbanas, após a ofensiva neoliberal do último período. Tem oportunidade de discutir, diretamente com o povo, alternativas de políticas públicas que minimizem suas dificuldades. E busca desenvolver, junto com as outras forças que integram os governos, uma articulação permanente para levar às organizações da sociedade civil o debate e a mobilização em defesa de um novo projeto para o país.

Apesar da realização recente de seminários nacionais e locais sobre o tema, as instâncias de direção não têm dado atenção à sistematização da experiência. Trata-se de formular projetos políticos bem definidos para nortear essa participação em cada situação concreta, compreendendo o exercício do poder como serviço aos trabalhadores, ao povo, ao país, aos objetivos estratégicos do Partido e sob seu controle político. Nesse desenvolvimento apreende-se a necessidade de inovar na definição do trabalho de direção, constituindo secretaria própria para essa



atividade. Entre outras atribuições, esta secretaria deve atuar para que se concretize o objetivo de elaborar e implementar políticas públicas que identifiquem claramente junto ao povo a intervenção do Partido. Essas políticas devem ser construídas necessariamente pelos órgãos de direção correlatos, com envolvimento dos quadros que atuam diretamente nesta frente.

## **2. Forjar um partido revolucionário renovado, de ampla militância, apoiado em quadros avançados**

Decorrente da nova situação criada no mundo e no país, e de avanços no amadurecimento político e ideológico da corrente comunista, intensificou-se o esforço por desenvolver o pensamento de Partido. O 10º Congresso, a 9ª Conferência, os 1º e 2º Encontros sobre a Questão de Partido, mais os Encontros sobre o Partido e os movimentos sociais, e o Partido e a frente institucional são momentos especiais desse esforço. Representaram a continuidade do movimento que vinha se realizando e agregando novas formulações, particularmente durante a preparação do 11º Congresso. Esta foi uma fase em que se buscou fixar a consigna "Cuidar mais e melhor do Partido", tratando de forma mais realista e dialética a relação entre construção e estruturação nos planos político, ideológico e organizativo, sempre tendo a política no comando do processo de fortalecimento do Partido. A chave para os futuros desafios do Partido é, agora, formar larga estrutura de quadros, de nível superior, intermediário e mesmo de base, assentada numa profunda compreensão da exigência de unidade de ação de todo o Partido.

O esforço por forjar um partido com essas características enfrenta alguns obstáculos que tanto dificultam o desenvolvimento da luta progressista e transformadora quanto provocam certa desorientação na ação de militantes, partidos e organizações. Ao mesmo tempo em

que se ampliaram as possibilidades de atuação política e social da corrente comunista tornaram-se mais evidentes as pressões tendentes a rebaixar o papel estratégico do Partido, em consequência da situação objetiva em que ele passou a atuar. Nas condições de relativa defensiva do movimento operário e de intensa institucionalização da atividade política, crescem as tendências ao pragmatismo que pode levar ao oportunismo, tanto pela direita como pela esquerda. Distanciando-se do debate teórico sobre os objetivos estratégicos e das instâncias da vida partidária, o militante começa a construir um projeto próprio, fruto de anseios pessoais, abandonando o projeto coletivo, às vezes aderindo a outros que lhe dão mais vantagens. Manifesta-se, também, a tendência à diminuição dos vínculos com as massas, à baixa organicidade do trabalho militante na base, até mesmo nos comitês, e o descompromisso com a sustentação material do Partido. Combater esses desvios passa por vincar valores ideológicos fundamentais - particularmente o de servir ao povo desinteressadamente e o de respeitar a inviolabilidade dos bens públicos - e reforçar a consciência sobre a identidade revolucionária do PCdoB no seio do coletivo partidário. Nesta perspectiva, a prática da crítica e da autocrítica, elemento constitutivo da concepção leninista de partido, é um instrumento essencial dos comunistas.

O novo quadro político provocou nítido crescimento das fileiras partidárias que precisa ser levado a um patamar superior. O Partido precisa ser massivo em sua força orgânica, com uma militância ampla, numerosa, extensa, estruturada, apoiada em quadros avançados para ser capaz de responder às novas tarefas assumidas. Esse processo em desenvolvimento é marcado por alguns fenômenos que precisam ser superados. O primeiro é o caráter espontâneo da ampliação de suas fileiras. O Partido precisa crescer de forma direcionada, sobretudo entre o proletariado, a juventude e a intelectualidade progressista,

realizando suas filiações no curso das lutas. O segundo é a dificuldade de a militância atual compreender a necessidade de uma estrutura de organizações de base diversificada que assuma novas características. Em certa medida, as direções intermediárias e as organizações de base são ainda frágeis em seu funcionamento para planejar, absorver e potencializar a ação dos novos filiados. Em muitas situações, falta a compreensão de que as organizações de base devem ser estruturadas para a luta, superando seu funcionamento burocrático, discutindo questões da vida cotidiana do povo, assegurando maior enraizamento em seu seio. O terceiro é a inexistência de uma política de quadros, garantia de uma direção firme, funcionando como uma espinha dorsal articuladora da ação militante.

Estruturar mais e melhor o Partido, superando as defasagens existentes é a palavra de ordem do atual estágio de desenvolvimento partidário. Ainda está em desenvolvimento o debate sobre a linha de estruturação que possa responder às novas exigências das transformações ocorridas. Importante avanço, no entanto, foi a compreensão do conceito de estruturação, como chave para a construção partidária no plano político, ideológico e organizativo. Por isso, os Planos de Estruturação Partidária continuam sendo a forma consciente e dirigida de implementar a linha de construção já acumulada. Eles têm como objetivo fundamental combater o espontaneísmo e as defasagens na esfera ideológica e organizativa.

Colocam-se como desafios da atual etapa de desenvolvimento partidário: construir um Partido voltado para a ação política, na luta e para a luta; ampliar as fileiras partidárias de modo direcionado; atuar efetivamente pelas bases; assegurar as quatro atitudes básicas na vida militante - militar, estudar, divulgar e



contribuir; consolidar comitês do Partido nos grandes municípios; elevar o nível teórico e político; enfrentar a flutuação da participação militante; garantir, em bases políticas, a sustentação material do partido; garantir a informação e ampliar a comunicação do Partido com as mais amplas parcelas do povo.

O fortalecimento orgânico do PCdoB passa pela construção de uma política de quadros dirigentes que se constitui, nas condições atuais, fator fundamental do desenvolvimento da intervenção e da organização partidária. A ação política e social, a estruturação e funcionamento das organizações de base, e a formação ideológica dos novos militantes dependem de uma ampla estrutura de quadros dirigentes, sintonizados com a identidade de um Partido Comunista, de classe, renovado. Estes são os homens e as mulheres que, no enfrentamento cotidiano das lutas em curso, adquirem certo nível teórico de consciência social, percepção mais elevada da tática política para o momento presente, apreensão dos valores morais de um militante comunista e contribuição para o trabalho de construção e direção partidárias.

A formulação de uma política de quadros compreende a necessidade de se desenvolver: a) o conhecimento, a avaliação e o acompanhamento dos quadros existentes; b) diretrizes para a sua formação e desenvolvimento; e c) definição de responsabilidades compatíveis com a situação e a área em que vivem e atuam. Na construção dessa política, alguns problemas precisam ser enfrentados. Há certa tendência à subestimação de quadros com real capacidade de desenvolvimento que não conseguem maior visibilidade nos fóruns mais gerais do Partido. É preciso ousadia na promoção, sobretudo dos quadros operários, forjados no front mais avançado da luta de classe.

Com a ampliação da intervenção partidária em diferentes

frentes, criou-se falsa polêmica em torno dos quadros que se tornam funcionários do Partido por exigência das tarefas cotidianas da atividade de construção. Algumas vezes seu aproveitamento se dá com base na disposição pessoal ou disponibilidade de tempo ou na possibilidade de profissionalização em tempo integral. É preciso compreender a importância desse núcleo de militantes que desempenha papel fundamental na dinâmica da atividade partidária e, por não terem maior visibilidade pública, não são valorizados na dimensão da importância de suas funções. Na definição de responsabilidades, é necessário estabelecer qual a tarefa principal de cada quadro: se na direção executiva do Partido, em determinado movimento social ou em função institucional - governo ou parlamento. Ao mesmo tempo, faz-se necessário superar a idéia de que os quadros que têm representação pública não podem assumir funções de direção executiva. A nova dinâmica da luta política e social, no país, compreende métodos diferenciados de direção que implicam maior intervenção direta nos processos em curso.

Há certas características que precisam ser valorizadas no desenvolvimento dos quadros dirigentes, como: capacidade de incorporação ao trabalho coletivo; compromisso do controle da execução e da prestação de contas das tarefas definidas; prática da crítica e autocrítica, da construção da unidade partidária e do respeito consciente à disciplina partidária; capacidade de iniciativa e esforço para o conhecimento da realidade onde atuam. A experiência e as novas condições de defensiva estratégica em que se dá, hoje, a atuação partidária impõem um cuidado maior com as condições materiais e as dificuldades pessoais por que passam os diferentes quadros dirigentes do Partido. É preciso ter uma política que acompanhe, absorva e responda a certas crises que se manifestam no terreno subjetivo dos mesmos, bem como que estabeleça uma



ormatização nas condições financeiras e materiais dos quadros que se transformam em funcionários do Partido. As tarefas ressaltadas de formação dos filiados, militantes e quadros e de intensa participação do Partido na luta de idéias apontam para que se persista no fortalecimento do trabalho ideológico, que empreendeu avanços. A concepção que regeu esta frente é de um sistema único que tem instrumentos que realizam ações para fora e para dentro do Partido. No âmbito da comunicação, destaca-se a criação e consolidação do portal Vermelho na Internet, hoje um dos principais referenciais da esquerda no espaço da comunicação eletrônica. Os programas de rádio e TV, instrumentos da comunicação para milhões, buscaram difundir com eficácia e criatividade a política partidária. O jornal A Classe Operária passou a ser quinzenal, teve sua redação reforçada que atua para melhorar sua qualidade. Todavia, precisa superar o gargalo da circulação via assinaturas. No âmbito da Formação e Propaganda, sublinha-se o relançamento da Escola Nacional de Formação que com sua rede realizou muitas iniciativas. Contudo, é uma tarefa ainda inconclusa que impõe ser consolidada. O Instituto Maurício Grabois (IMG) que elegeu nova diretoria, agregou intelectuais e constituiu seções em vários Estados, está chamado, portanto a materializar seus objetivos. A revista teórica Princípios, que passou a ser bimestral, persevera na busca de sua qualidade editorial, mas seu principal problema é a circulação ainda restrita. Quanto à editora impõe-se enfrentar o desafio de fortalecê-la.

### **3. Reforçar a unidade e desenvolver a legalidade partidária, renovando os estatutos**

A nova realidade em que atuam os comunistas vem impondo um intenso esforço para ampliar a prática democrática na vida interna do Partido. Nesses últimos 10 anos foram realizados dois Congressos (9º e 10º), duas



Conferências Nacionais (8ª e 9ª), dois Encontros Nacionais sobre questões de Partido, além do funcionamento regular do Comitê Central, da Comissão Política Nacional, incluindo também as reuniões extraordinárias para decisões emergenciais. Esta dinâmica vem respondendo à necessidade de construir a unidade política e ideológica no seio do coletivo partidário, num clima da mais ampla liberdade de pensamento e de opinião. Esta prática de profunda democracia interna se dá dentro da compreensão de que não há contradição entre a sua realização e a existência de uma única direção geral e um centro único de direção. O desenvolvimento criativo do centralismo democrático tem como base a convicção de que a unidade de ação do partido revolucionário é um instrumento essencial na luta transformadora da sociedade.

A discussão sobre o fortalecimento e a construção da unidade partidária passou a ter maior relevância no desenvolvimento da vida interna do Partido. Intensifica-se a luta política no país com base na ofensiva da oposição conservadora que cria mecanismos desestabilizadores contra o governo federal para acelerar seu retorno ao poder central. A complexidade da situação traz, em si, certo grau de desorientação na militância. Mais do que nunca se faz necessário desenvolver o mais amplo e livre debate dos problemas atuais, no interior do Partido para consolidar a adesão consciente dos militantes às suas orientações táticas e estratégicas. Num momento como este, a justa política do Partido só ganhará força se for realizada de forma unitária. O desafio é, exatamente, fincar a consciência de que o fortalecimento da unidade partidária é uma das principais condições de sua força e um requisito imprescindível para a disputa pela hegemonia na sociedade.

Passou a ser um tema emergente na estrutura partidária a reafirmação da atualidade do centralismo democrático -



obrigatório para todos os organismos, organizações e militantes do PCdoB -, da necessidade de sua aplicação em respeito e compromisso com as decisões do Partido. Em primeiro lugar, pela grande renovação ocorrida com a adesão de novos filiados, em decorrência da expansão do último período. Em segundo, pela necessidade de garantir a unidade de ação do Partido, pois este de forma pública enfrentou a situação de quebra do centralismo democrático, com o voto dissidente de parte da bancada federal, por duas vezes. O fato impactou de forma negativa não apenas o coletivo, como a imagem do Partido junto à sociedade que sempre o diferenciou dos demais partidos pela sua ação unitária. A condução dada no período pelos organismos dirigentes levou em conta as novas circunstâncias políticas surgidas e a necessidade de sua apreensão pela militância. Passado o período, a tarefa atual é estabelecer com mais precisão as normas da construção da unidade partidária às quais devem estar submetidos todos os seus filiados, com especial responsabilidade aqueles que têm cargos ou funções de representação pública.

As normas de funcionamento, materializadas nos estatutos e aprovadas nos fóruns democráticos dos congressos, representam a forma pela qual o Partido se organiza para cumprir suas tarefas táticas e estratégicas. A adesão ao Partido tem como pressuposto a concordância consciente de cada militante. Por isso, as normas estabelecidas não se orientam por um mero exercício de práticas burocráticas de organização, mas pela apreensão da concepção de um partido revolucionário estruturado e da experiência da luta de classe acumulada no período de hegemonia neoliberal, levando em conta, também, as novas formas de resistência ao capitalismo contemporâneo.

Decorrente dessa orientação, o 11º Congresso tem na sua pauta a aprovação de um novo Estatuto que organize a



atuação de um partido revolucionário grande, que compreenda a exigência da ruptura para um novo poder político, atuando nas condições presentes de acumulação de forças. O novo Estatuto expressa a variada experiência política realizada pelos comunistas no recente processo brasileiro. Por isso, ele apresenta normas inovadoras para a ação política e social dos militantes, incluindo a ação nas organizações de massa e no exercício de cargos públicos, que respondem às profundas modificações ocorridas. Aprimora os mecanismos de construção da unidade partidária realizada através do centralismo democrático, assentada em ampla liberdade de opinião e na defesa obrigatória das decisões partidárias. O Estatuto atualiza a noção de militância como um fator distintivo da prática partidária em relação aos demais partidos e valoriza os quadros dirigentes como elemento fundamental, articulador da ação militante. O novo Estatuto busca ampliar a institucionalidade, preparando o Partido na sua fase atual de expansão para disputar a hegemonia do processo político e revolucionário do Brasil.

**11º Congresso do Partido Comunista do Brasil.**  
*Brasília, 22 de outubro de 2005.*

## RESOLUÇÃO DO 1º ENCONTRO NACIONAL SOBRE QUESTÕES DE PARTIDO

**“Um partido comunista de massas, estruturado pelas bases, sobretudo entre os trabalhadores, unido e coeso a partir de direções consolidadas em especial nos maiores municípios, com intenso protagonismo político na luta dos trabalhadores e do povo”**

### Introdução

Com a viragem do quadro político brasileiro, oriunda da vitória eleitoral em 2002, o Partido Comunista do Brasil é alçado a novo e mais elevado patamar de responsabilidades políticas perante o povo e a nação. A resolução da 9ª Conferência Nacional, de junho de 2003, sintetiza a consciência dos comunistas com respeito a isso, e traça as linhas para empreender em condições mais favoráveis o fortalecimento do PCdoB.

Ao implementar as orientações da 9ª Conferência impõe-se recolher lições da experiência sistematizada de nossa trajetória de construção partidária. A essência dessa experiência indica que se trata de um processo de caráter perene e duradouro, características decorrentes do próprio propósito político do PCdoB que é a luta pelo socialismo. As tarefas da construção partidária são condicionadas pelo grau de amadurecimento da luta de classes no país, e pelo grau de amadurecimento político, ideológico e organizativo da corrente comunista. Isso assume caráter menos ou mais prolongado para superar determinadas etapas e construir mudanças de qualidade.

Com o novo impulso que se verifica na vida política brasileira e sua extensão à vida partidária em todos os



setores de atividades, notadamente a participação em alto escalão do governo central, o PCdoB ingressa na esfera da alta política do país, sua embarcação está em alto mar. Isto constitui poderosa alavanca para o fortalecimento e melhor estruturação do PCdoB e confirma, de fato, que se abre uma nova etapa de acumulação estratégica de forças destinada a se transformar numa dessas mudanças de qualidade.

A condição para isso será superar condicionamentos objetivos e subjetivos da etapa anterior, enfrentar as defasagens verificadas e preparar-se para enfrentar novos problemas, dinamicamente repostos num Partido de maior porte e complexidade de ação. Em suma, lutar pelo papel do Partido e de seu projeto político, combater as pressões tendentes a rebaixar seu papel estratégico.

Essa luta emana da linha apontada na 9ª Conferência, que recolheu os ensinamentos concentrados do 8º, 9º, e 10º Congressos. Vistos de conjunto, eles constroem o pensamento político que está na base da vitória alcançada em 2002 e nisso reside uma das experiências mais consolidadas da trajetória de construção partidária, a de ter a política no posto de comando. Mas eles historicam também a trajetória pela construção de um pensamento de Partido consentâneo com os desafios políticos e os tempos contemporâneos.

O 8º Congresso foi fundamental para que hoje se possa ingressar em nova etapa de forças do Partido. Nele se reafirmou o caráter e a identidade dos comunistas, assegurando o sentido de permanência. A crise do marxismo e do socialismo posta em evidência com a queda do Leste encontrou firmes convicções sobre a necessidade de perseverar na construção do instrumento fundamental para a luta pelo socialismo – o Partido Comunista. Ao mesmo tempo, pôs em questionamento uma determinada

visão modelada do socialismo e da própria organização do Partido. A dialética de *renovação e permanência* frutificou, levando a um novo Programa Socialista aprovado em 1995, e a um ingente e prolongado esforço de atualização de concepções e práticas de Partido, vigente até hoje.

Coube ao 9º Congresso, com o Partido já vivendo uma expansão notória, cunhar a expressão “Partido Comunista de princípios, revolucionário, de feições modernas”, presente politicamente como um Partido de porte médio no cenário brasileiro. Partido capaz de realizar a grande política destinada a mudar os rumos do país, Partido de lutas, mas também disposto a assumir responsabilidades de governo, se se criam as condições para isso. Significou avançar no fator renovação. Seu corolário foi aprimorar a concepção da construção do Partido integrando os planos político, ideológico e organizativo, reconhecendo a existência de um descompasso ideológico (convicções, unidade, disciplina) e organizativo (falta de vida organizada nas bases). As conseqüências foram quatro planos nacionais de estruturação partidária, destinados a *cuidar mais e melhor do Partido* e superar o espontaneísmo na construção partidária.

O 10º congresso preparou diretamente as bases da vitória eleitoral de 2002. Às vésperas dessa possibilidade histórica, progrediu a expansão partidária e prosseguiu o esforço por superar defasagens. Nele afirmou-se a crítica aos fenômenos negativos da vida partidária, à qualidade do trabalho de direção na esfera ideológica e se apontou, também, a necessidade de encontrar formas mais consentâneas de ligar o Partido à ação política de massas e ao proletariado. Fazia-se mais evidente a exigência de atualizar o pensamento de Partido, seu papel, funções, feições e formas organizativas.

Hoje, estrategicamente, a luta pela estruturação partidária

precisa alcançar novo patamar. Exige-se uma nova consciência dos membros do Partido e de todas as suas organizações com respeito à centralidade de ser posta na ordem do dia uma linha política avançada para essa estruturação, desenvolvê-la e consolidá-la de alto a baixo no Partido. Essa linha de concentra e concretiza em torno dos seguintes pontos:

### **1. Apreender a linha fundamental da 9ª Conferência Nacional**

A assimilação e a justa aplicação das orientações políticas da 9ª Conferência é o centro das possibilidades de êxito do Partido Comunista do Brasil para a nova etapa que se abre.

A 9ª Conferência desenvolve o pensamento político do Partido para as novas condições de luta no país. Dá nova e maior abrangência à idéia de uma política ampla – unir forças políticas e sociais vastas -, que vai à raiz dos problemas da atualidade – superar o modelo neoliberal e sustentar a bandeira do desenvolvimento, com soberania e maiores direitos sociais -, e que seja ao mesmo tempo flexível. Em síntese, uma política com firmeza de propósitos e flexibilidade quanto aos caminhos de persegui-los.

A transição brasileira em curso vai acirrar o processo político e exigir elevados embates, sob a forma de intensa luta de idéias, luta política e social, mobilização de massas. Nesse curso, as eleições também surgem como espaço político irrecusável, que concentra a cada dois anos a politização e disputa do povo brasileiro. Nesse cenário, a tática do Partido tem o sentido de abordar embates mais elevados, aproximar as questões estratégicas vinculadas ao seu Programa Socialista.

Com essa concepção, o Partido pôs como centro da atual

etapa da luta política a questão do êxito do governo Lula na condução das mudanças reclamadas pelo país. Formamos na primeira linha entre os construtores dessa vitória, coroando uma prolongada luta política, teórica e ideológica para fazer compreender as exigências de aliança de amplas forças e a centralidade de um projeto nacional para dar rumo à luta dos brasileiros. É com base nisso que o PCdoB ocupa seu lugar próprio na política em nosso país, lugar derivado de nosso pensamento político próprio, original, que demarca nossa fisionomia e ação no cenário nacional.

A opção fundamental do PCdoB foi não se furtar ao desafio de atuar dentro e fora do governo para fazer frente à questão essencial do tempo presente, a do desenvolvimento brasileiro com distribuição de renda, superando o modelo neoliberal, e abrir caminho para transformações de maior monta na sociedade brasileira. A política do PCdoB é a ferramenta destacada para maior protagonismo na luta dos trabalhadores e de todo o povo, concebida não apenas como uma atuação crítica mas também propositiva, correspondendo ao desafio que nos foi posto nas mãos pela confiança de 52 milhões de eleitores de Lula em 2002.

Tal tática possibilita e exige pôr na ordem do dia simultaneamente o fortalecimento do PCdoB em novo grau, a partir de um impulso renovado de crescimento e estruturação do Partido. Para isso, a 9ª Conferência, ao lado de fundamentar e afirmar a necessidade de pôr a política no comando, como o mais destacado instrumento de intervenção do Partido, aponta a necessidade de pôr como objeto da acumulação de forças a construção da hegemonia política e ideológica no âmbito das forças avançadas, recuperando essa rica categoria leninista, como antídoto ao pragmatismo e imediatismo na construção partidária. Em decorrência disso, propõe definir com maior



acuidade o projeto político do Partido, referência para a sua acumulação de forças, visibilidade e independência. Aponta para o reforço dos laços com os movimentos sociais, em primeiro lugar do movimento operário, repondo a compreensão da relação espontaneidade-consciência no movimento transformador, em diálogo crítico com o espontaneísmo e confronto com a estratégia política dos movimentos. Compreende tal exigência como antídoto ao burocratismo e para equilibrar a tendência de crescente institucionalização da luta política no país. Por fim, indica a concepção organizativa de um PC de massas, essencial para o Partido incorporar em suas fileiras novos e extensos contingentes militantes. Com base na experiência real do Partido, isso implica a necessidade de renovar visões sobre o perfil e caráter de militância, perfil e caráter das organizações partidárias, a vida dos comitês, a unidade e disciplina no Partido, e aspectos cruciais de política de quadros.

Enfim, tais rumos e desafios estão diretamente ligados à consecução do projeto político do PCdoB na atualidade.

## **2. Implementar linhas renovadas para a acumulação de forças no rumo de um PC de massas**

Antigos condicionamentos da construção partidária podem ser superados a partir da nova realidade, e novas energias podem ser postas em ação para fortalecer o PCdoB. Em síntese, cinco eixos centrais expressam a renovação de linhas de acumulação de forças na atual etapa, manifestados no consenso construído na 9ª. Conferência.

Em primeiro lugar, pôr a política no comando. Abre-se uma luta de proporções históricas para tornar vitoriosa a orientação política traçada na 9ª Conferência. O PCdoB precisa assegurar o seu lugar político determinado, a partir de seu pensamento político próprio, que precisa ser

assimilado em profundidade e desenvolvido nos marcos de cada realidade política concreta. Também em cada Estado, município e base esse espaço político próprio precisa ser construído, em compasso com o maior domínio da realidade local, para conferir maior protagonismo e dimensão de massa mais ampla à atuação do Partido.

Em segundo lugar, empenhar maior energia em participar da luta por um movimento de idéias avançadas, qualificando o papel do Partido, de suas organizações, quadros e militantes para a luta de idéias, a fim de conferir maior confiança nos rumos estratégicos da luta por um Brasil desenvolvido, soberano e socialmente justo. Esforçar-se por desenvolver e difundir a teoria marxista, buscando constituir uma corrente socialista nas parcelas avançadas da sociedade. A âncora essencial para essa luta está no projeto socialista defendido pelo Partido, e que precisa ser desenvolvido, em correlação com a crise estrutural de nosso país.

Em terceiro lugar, urge ampliar a base eleitoral do PCdoB. A luta eleitoral no país representa um vetor avançado das disputas políticas e dos caminhos para fazer vingar a alternativa pela qual se batem os trabalhadores e o povo e, a cada dois anos, mobiliza o povo e exige enormes esforços dos comunistas. O Partido precisa assimilar a necessidade de não considerar eleições nem como fim em si mesmas, nem como um estorvo. São uma forma de luta indispensável para se relacionar com o povo. Como nas demais, implica estruturar o Partido na própria batalha e atuar estruturadamente no seu transcurso, compreendendo os candidatos como poderosos instrumentos para o objetivo não só de conquista eleitoral, mas simultaneamente de fortalecimento da estrutura partidária.

Em quarto lugar, base central para esse esforço político, é o de mergulhar os comunistas na complexa dinâmica da



realidade social brasileira, na vida dos trabalhadores e do povo, em particular dos movimentos sociais, como componente tático e estratégico fundamental para construir uma hegemonia de forças avançadas no processo de luta política de classes em curso no país.

Em quinto lugar, intensificar o aproveitamento da participação institucional e adequar a utilização dos espaços institucionais ocupados pelos comunistas para empreender o reforço da atuação política própria, da sua fisionomia perante a sociedade e da maior pujança do Partido.

Essa síntese encerra em si os desafios de coordenar e integrar esses movimentos, num esforço persistente, como alavancas para caminhar rumo a um Partido Comunista amplo, numeroso e de massas.

### **3. Assegurar o princípio do centralismo democrático**

Uma essência da experiência comunista é a necessidade de sua unidade. A força do Partido Comunista reside em sua unidade. Divisão não leva ao crescimento; dividido em tendências e frações não se constitui uma organização política forte e vigorosa.

Ao trilhar o rumo por uma concepção organizativa de um Partido Comunista de massas, novos fenômenos deverão ser enfrentados na vida partidária, que se faz mais complexa. Mais complexa se faz, em consequência, a construção permanente da unidade das fileiras comunistas através do amplo debate de idéias.

A etapa que se abre, nos marcos de uma viragem política no país, exige alcançar maior coesão na atuação das fileiras partidárias com respeito à orientação da 9ª Conferência. A coesão implica confiança e unidade. A



confiança não é imposta, mas construída com labor e perseverança, com a persuasão paciente, a discussão e o aprofundamento crítico em torno da orientação política emanada dos órgãos de direção, a comprovação do acerto dessa orientação, de sua justeza pela experiência prática dos militantes e do próprio movimento social, e o controle crítico e coletivo de seus resultados.

A unidade, por sua vez, é fruto desse mesmo esforço de construção persuasiva. Mas ela se apóia em normas e regras democráticas e institucionalizadas na vida partidária, tendo por base seu Estatuto, ancorado em concepções leninistas. A viga mestra dessa concepção é o centralismo democrático, princípio organizativo que expressa a idéia de uma única ideologia amalgamando o Partido, da necessidade de unidade de ação uma vez decidido coletivamente o rumo a seguir. Tal princípio implica um único centro de direção para todo o Partido, assentado na consulta democrática a todo o coletivo, subordinando a opinião da minoria à da maioria, as organizações inferiores às organizações superiores de direção. Em síntese, assegura os mecanismos do debate livre no interior do Partido sobre as questões em pauta, da decisão democrática sobre o rumo coletivo a seguir, da aplicação judiciosa do que foi decidido pela maioria.

Ao ingressar nesta nova etapa de sua construção, repõe-se como nunca, no centro da contenda estratégica da luta dos comunistas, o sentido de permanência de um Partido de princípios, classista, marxista-leninista, reafirmados desde o 8º Congresso. Por isso, eleva-se a necessidade de combater tendências a relativizar o princípio do centralismo democrático, ao mesmo tempo em que se combate os desvios, erros e estigmas que se constituíram sobre ele, para desaprisioná-lo de uma compreensão reducionista e práticas burocráticas, e resgatar seu papel de *princípio ativo* que permite forjar unidade dos comunistas com base



na consciência avançada de seus militantes.

Por isso, na nova etapa que se abre, segue o esforço por assegurar a aplicação do centralismo democrático como base para a nova força a ser alcançada pelo Partido.

#### **4. Desenvolver e aprimorar a institucionalidade partidária**

A atuação de um PC de massas, extenso e numeroso, presente em esferas mais amplas e complexas da vida nacional, gera um ambiente naturalmente mais preñado de conflitualidade em sua vida interna. Eleva-se a outro patamar de exigências a luta por manter o caráter e características da vida partidária.

A concepção leninista que rege a construção do PCdoB, expressa em Estatuto enquanto lei fundamental da vida interna, desdobra-se em normas, regimentos e mesmo regras de conduta que lhes dão vigor e substância. Estes são os instrumentos para regular o caráter democrático e participativo para toda a militância. Sendo pouco desenvolvidos esses instrumentos, se eles respondem com pouca precisão aos fenômenos da vida interna, entrava-se a dinâmica partidária e resulta pouco transparente o caráter essencialmente democrático do Partido.

É preciso assegurar integral legalidade e transparência na vida partidária, indispensável para garantir integralmente o respeito aos direitos e deveres dos militantes e dos organismos de Partido, de todas e quaisquer de suas instâncias. Isso é fator de educação e disciplina dos novos militantes, e fator de coesão da nossa atuação. É ainda um importante componente da melhoria geral dos métodos e estilos da vida partidária, em geral muito variada e até mesmo improvisada, fruto de concepções espontaneístas.



A base para isso é desenvolver a institucionalidade partidária, por meio de normas e regimentos consolidados que reflitam a sistematização de nossa experiência, dando desenvolvimento às leis fixadas no Estatuto. Trata-se de unificar critérios e procedimentos das conferências e vida dos comitês partidários, da eleição dos órgãos e instâncias dirigentes, do funcionamento e direção das bancadas e frações de atuação do Partido nas entidades de massa e nos entes públicos, do controle da atividade do Partido, de seu patrimônio e suas finanças.

Muito ingente hoje é a exigência de responder com precisão e responsabilidade à questão de quem são os efetivos de militantes, quadros, comitês e filiados partidários, fator material de sua força política no país. Os Censos Partidários deverão se transformar numa ferramenta fundamental a cada Conferência ordinária, para dotar as direções de um efetivo conhecimento sobre o Partido e, conseqüentemente, das tarefas de sua construção.

### **5. Quadros para o novo tempo**

Quadros seguem sendo o tesouro mais precioso do PCdoB, o fator humano principal e decisivo de seu papel e perspectiva. A eles deve se dedicar o melhor dos esforços da ciência e arte de descobrir seu potencial, cultivar sua dedicação à luta em múltiplas facetas, destacar para postos ajustados e desafiadores, formar pelo exemplo e pelo esforço de estudo individual e cursos, emular e promover suas funções com maior afluência, estimular a crítica e autocrítica, planejar, acompanhar e controlar seu desempenho nas suas funções.

A dialética do desenvolvimento do trabalho partidário indica que quanto maior e mais extensas são as fileiras partidárias, mais se exige direções sólidas e coesas. É

grande a experiência do PCdoB nesse terreno, comprovando integralmente que sem quadros comunistas formados e dedicados, não se constrói tais direções. A maior parte dessa experiência, entretanto, foi realizada em condições de clandestinidade estrita ou relativa. Nos 19 anos de vida legal, novas experiências foram se acumulando, marcadas ainda em algum grau pela vivência anterior.

Sendo universais os ensinamentos acumulados pelo Partido nesse terreno, uma política de quadros precisa hoje responder mais diretamente à realidade atual, nas características próprias da vida política e social, e ao atual grau de maturação da corrente comunista, às voltas com o desafio de abrir nova etapa estratégica de acumulação de forças do PCdoB.

Com perto de 400 quadros dirigentes muito experientes - à frente do Comitê Central e de Comissões Políticas Estaduais -, que já vão acumulando também alta expressão em diversos terrenos da atividade política e social da vida nacional; mais um milhão de quadros de grande expressão na vida partidária - integrantes dos Comitês Estaduais; e perto de uma dezena de milhão de dirigentes formalmente eleitos pelos Comitês Municipais em todo o país, tem-se um ponto de partida rico e frutífero para dar vazão a uma nova política de quadros.

As linhas apontadas na 9ª. Conferência dão a direção desse movimento. Precisam ser desenvolvidas para a elaboração de uma política renovada de quadros, tarefa das mais importantes hoje no terreno da organização. O vetor central de uma política renovada de quadros é sua formação e promoção em maior intensidade. A chave decisiva para isso é ampliar a visão do papel dos quadros, de sua formação e aproveitamento em prol do projeto político do Partido. Ao lado disso, outro vetor é conferir



maior afluência ao papel dos quadros, estimulando seu maior protagonismo na vida política, social e cultural do país, e maior alternância de papéis na vida partidária.

Está em pauta renovar visões e práticas estabelecidas, em ampliar a aposta com confiança na capacidade do PCdoB, em expansão, assegurar a formação de nova geração de quadros, advindos de experiências diversas do duro e prolongado aprendizado que fez a geração anterior. O novo e o veterano conviverão em mútuo aprendizado, com generosidade, e essa é a base para ampliar a fileira de quadros necessárias para um PC de massas.

Isso será indispensável para a extensão que alcança a estrutura do PCdoB, que já vive a experiência de implantar centenas de novos comitês municipais a partir de homens e mulheres que farão seu aprendizado no Partido a partir de agora, provindos de outras formações e outras experiências políticas.

### **6. Estruturar mais e melhor o partido, superando as defasagens existentes.**

Ao longo de cinco anos, entre 1999 e 2003, o Partido inovou com a introdução de planos nacionais de estruturação, implicando a construção política, ideológica e organizativa. Eles decorreram do diagnóstico da existência de um descompasso ideológico e organizativo, com respeito à influência política da atuação do Partido. Visavam a superar o espontaneísmo na construção partidária e representaram uma consciência mais elevada na luta tenaz e persistente pela construção partidária.

Nesses anos, sob a consigna de *"cuidar mais e melhor do Partido"*, foram frutíferos esforços, que se estenderam aos comitês partidários mais avançados, incorporando não só as frentes internas de atuação, mas também a ação



política e de massas, e melhorando as técnicas de planejamento. Os PEPs incorporaram-se à cena partidária, praticamente já correspondendo aos programas de trabalho das direções eleitas para o período de dois anos.

Entretanto, as defasagens são dinâmicas e vão repondo suas manifestações conforme os desafios que enfrenta o Partido. Hoje, ao lado dos fenômenos já diagnosticados desde o 10º Congresso, outros se acrescentam. O vigoroso crescimento do Partido, que em 2003 alcançou mais de 30 mil novos filiados, acelera e concentra a tendência de crescimento já verificada anteriormente. O Partido se abriu para fora, tirando benefícios do lugar político que ele hoje ocupa na cena brasileira, estendeu sua presença para perto de 1700 municípios do país e está atuante em praticamente todos os municípios com mais de 100 mil habitantes. Poderá confirmar e até ampliar essa onda de expansão com uma vitória nas eleições de 2004.

Esse impulso reclama aumentar o enfrentamento dos desvios que conduzem a sérias insuficiências na construção partidária - apontados no 10º Congresso e reiterados na 9ª Conferência -, e também dos novos fenômenos oriundos do vigoroso aporte de novos contingentes militantes, que trazem concepções espontâneas ou estranhas ao Partido, ainda pouco conhecedores que são das características distintivas da atuação na condição de militantes comunistas.

A abordagem desses desafios na nova realidade concreta que vive o Partido exige soldar mais a concepção de estruturação partidária, transformando o tema em pauta política destacada dos comitês partidários. Será preciso aprofundar o esforço em torno dos eixos centrais da estruturação, que sendo perene e duradoura, assume hoje uma forte nova centralidade na vida partidária. Esses eixos devem constituir uma síntese que precisa ser disseminada



e assimilada de alto a baixo no Partido, um fundamento de nosso trabalho partidário cotidiano. Eles concentram em si o desafio de combater qualquer tendência ao rebaixamento estratégico do papel do Partido e avançar na maturidade de sua construção. E se expressam por intermédio dos Planos de Estruturação Partidária, instrumento essencial a ser aperfeiçoado e consolidado na cultura política partidária.

### **6.1. Partido voltado para a ação política:**

O Partido mais estruturado não é um fim em si mesmo, mas instrumento para perseguir em nível mais elevado o projeto político transformador do PCdoB, construir sua hegemonia. O Partido avançará a partir do seu maior protagonismo político nas condições mais favoráveis de hoje. Isso pressupõe pôr a política no comando, atuar com larga iniciativa criadora dos militantes e organismos partidários no seio da luta dos trabalhadores e de todo o povo, a partir de uma justa orientação, comprovada na própria experiência de luta. E Impõe maior formulação acerca das formas de organização e luta que o povo brasileiro tem desenvolvido em momentos decisivos da nossa história. Portanto, o esforço de maior e melhor estruturação corre em **dois trilhos**: a ação política institucional e a ação política de massas, em íntima ligação. Elas se assentam no leito comum de intensa elaboração política que tem por base a luta de idéias travada pelo Partido em prol de seu projeto político.

### **6.2. Ampliar as fileiras partidárias de modo direcionado:**

Sobre esses dois trilhos, a estruturação partidária precisa superar o espontaneísmo e ser direcionada rumo à base social definidora do êxito de nosso projeto político. Os **três eixos** desse esforço são: os trabalhadores e trabalhadoras,



das cidades e do campo, sobretudo o proletariado das grandes empresas do país; a juventude, sobretudo a juventude trabalhadora e estudantil; a intelectualidade, sobretudo os estratos científicos, da pesquisa, técnicos e profissionais, do meio artístico e cultural, do meio acadêmico. Em cada um desses eixos, é preciso dimensionar a incorporação das mulheres, com seu crescente papel social e político. Isso precisa ser conscientemente perseguido, com planejamento e iniciativa, de curto e médio prazo. Uma política consolidada de organização para o trabalho operário do Partido deve ser elaborada, à luz das conclusões do *Encontro Sindical Nacional* de 2001, sistematizando a variada experiência adquirida pelo Partido. No campo, seja nas concentrações de trabalhadores proletarizados, seja nas áreas de conflito fundiário, é preciso sistematizar mais nossa experiência e dar maior apoio ao trabalho na base. A política de organização para a juventude, aplicada pela UJS sob direção do Partido, precisa ser aprimorada, sobretudo para o ainda melhor aproveitamento dos quadros que vão sendo formados na atividade juvenil para que cumpram seu percurso como quadros partidários e para intensificar a presença do Partido nas Universidades. Quanto à intelectualidade, é necessário fazer convergir o trabalho cultural dos comunistas, direto ou no âmbito das organizações de massas, mais a atuação institucional do Partido na área de ciência e tecnologia, nas Universidades, inclusive em estratos do meio militar, e a ação intensificada do Instituto Maurício Grabois em todo o país, para sistematizar uma política de atuação e organização partidária nesse terreno.

### **6.3. Partido para a luta, e na luta estruturar o partido:**

O Partido em ação significa levar sua política para o meio onde se atua, articulando e estabelecendo a síntese



política entre o movimento real e o projeto do PCdoB. Quer seja ação de massa, gerais ou específicas, quer seja luta política institucional e eleitoral, o imperativo é o de politizar a luta do povo, elevar seu nível de consciência e organização. Para isso não basta *estar presente* na luta, mas ter uma postura ativa, visando infundir nelas o protagonismo no rumo do projeto político do Partido.

A forma mais elevada de consciência social é a luta política, e a forma mais elevada e revolucionária de organização é o Partido Comunista. Por isso, na luta, visa-se sempre construir e estruturar o Partido. É o imperativo dos comunistas: o Partido, forte e estruturado, é indispensável ao movimento transformador.

Trata-se de um movimento em **duas mãos** de direção, indissociáveis na prática avançada dos comunistas. É o que precisa ser assegurado na intensa ligação que têm os comunistas com os trabalhadores e todo o povo. Por isso, as funções de direção do Partido para as frentes de luta de massas não são apenas as de dirigir a luta, mas dirigir efetivamente o Partido na luta e, nelas, fortalecer a estruturação partidária.

### 6.4. Atuar efetivamente pelas bases:

O **objetivo permanente** da nossa política de estruturação partidária no plano organizativo é construir de fato as Organizações de Base e conferir-lhes estabilidade no funcionamento. É um dos aspectos mais cruciais para maior solidez em nossa organização e atuação entre os trabalhadores e o povo, enfrentar a dispersão e disputa ideológica na luta dos trabalhadores pelo socialismo, própria deste momento histórico da luta de classes. Não se poderá falar efetivamente de um PC de massas extenso sem considerar a essencialidade de sua organização em bases. Elas são fator de fortalecimento da ação política do

Partido e potencializadoras do mergulho no movimento social.

As linhas centrais desse esforço consistem em: a) o principal é o de constituir e organizar bases nos locais de trabalho; b) transformar as bases em centros de atividade política, que atuam sobre os problemas candentes da vida dos trabalhadores e de todo o povo, a partir da realidade local; c) lutar por dar vida regular às OBs, como centros de vivência de pessoas avançadas, parte da paisagem local onde se atua; d) desenvolver a multiformidade quanto ao caráter e perfil das bases, respondendo à dinâmica concreta de cada situação militante e realidade sobre a qual se atua.

As OBs são a peça chave da atuação política, de massas e eleitoral. Por isso, devem se transformar paulatinamente no centro de gravidade do trabalho organizativo partidário. Hoje o esforço essencial não é apenas filiar, mas constituir bases estáveis e enraizadas, vinculadas a Comitês Municipais estruturados e também estáveis. O documento “Nenhum militante comunista sem Organização de Base” precisa ser uma consigna permanente na vida partidária. Elas representam **um dos dois elos determinantes** para pôr em efetivo movimento a militância que ingressa no Partido, capaz de dar tarefas e diretivas de ação a essa militância, ajudá-la em sua formação, mantê-la no Partido e controlar sua atividade.

### **6.5. Assegurar as quatro atitudes básicas na vida militante:**

A condição de maior estruturação é assegurar **quatro atitudes básicas** da condição de militante comunista. A luta por forjá-las deve ser compreendida como permanente e prolongada e pressupõe a atitude paciente e perseverante dos dirigentes. Os comunistas devem



**militar**, isto é, pertencer a uma das organizações partidárias, debater e deliberar sobre os rumos a adotar, assumir tarefas e prestar contas dela ao coletivo. Os comunistas devem **estudar**, ter amor ao saber, para conhecer as opiniões e orientações partidárias e forjar uma concepção larga e avançada de mundo, adquirir conhecimentos e cultura. Os comunistas devem **divulgar** as orientações do Partido entre as massas, através dos seus órgãos de agitação e propaganda. Os comunistas devem **contribuir** para sustentar a atividade do Partido, como expressão do compromisso que assumem com sua luta.

Tais atitudes têm um elo em comum: servir à luta dos trabalhadores e de todo o povo. Por isso pressupõe que os militantes se orientem com a política do Partido no seio dos trabalhadores e de todo o povo, levando-a para o seu cotidiano de atuação por intermédio das campanhas de massa do Partido e da obrigatória atuação nas entidades associativas de representação de seu meio ou condição – sindical, juvenil, comunitária, popular, de afirmação de gênero e etnia, de orientação sexual, na questão ambiental, cultural, filantrópica, associativa em geral.

#### **6.6. Consolidar comitês do partido nos grandes municípios do país:**

Constituir um sólido sistema de direção é uma chave destacada da estruturação partidária pela base.

Esse esforço tem hoje um foco central na consolidação do papel de Comitês Municipais, em especial nos municípios com mais de 100 mil habitantes, centro decisório da luta política e de massas no país, dando destaque aos municípios com grande concentração fabril. Concentram-se, em 239 municípios, 70% do eleitorado do país e da votação nacional obtida pelo PCdoB em 2002. Sem esses

comitês não se estabelecem os laços entre a orientação política ajustada do PCdoB e a militância na base. Eles são o **outro elo determinante** para pôr em efetivo movimento a militância que ingressa no Partido, por intermédio de bases organizadas. Registramos que apenas 169 Comitês Municipais, perto de 10% do total, possuem tais bases.

Perseguir esse papel exige elevar a compreensão do papel e funcionamento de tais comitês. Em primeiro lugar, o de situar a linha política da 9ª Conferência no ambiente concreto do município, o que pressupõe situar a atuação partidária com base no conhecimento aprofundado da situação econômico-social, política e cultural do município. Em segundo lugar, o de compreender que quanto mais amplo e numeroso é o Partido, mais se necessita de direção firme, coesa, capaz de pôr em movimento unitário o conjunto do Partido. Já é madura a experiência partidária no sentido de que tais direções são uma construção coletiva de todos os comunistas, à base de um projeto político coletivamente formulado. Em terceiro lugar, o aspecto propriamente do papel da direção municipal. Elas não dirigem um coletivo amorfo, mas um coletivo *organizado* de comunistas. Para cumprir seu papel, portanto, se exige bases partidárias ou comitês distritais, sem o que não se aprofundam os laços com os trabalhadores e o povo onde se travam as relações de conflito social, político, cultural. Ao lado disso, é necessário assimilar que o processo de direção deve inter-relacionar a esfera política, ideológica e organizativa. Uma sem a outra não conduz ao amadurecimento da estruturação partidária. Por isso deve-se fortalecer o caráter orgânico (não apenas organizativo) do trabalho de direção, e melhorar a planificação da atuação, fazendo interagir essas três dimensões. Por último, a composição e funcionamento das direções precisam se adequar às novas exigências postas pelo crescimento, dotando os comitês de efetivas



secretarias executivas, capazes de fazer fluir as diretivas emanadas de seus órgãos superiores em todas e cada uma das frentes de atuação.

### **6.7. Enfrentar a flutuação da participação militante:**

A luta permanente por ativar a participação dos que aderem ao PCdoB, para transformá-los em militantes, exige maiores esforços conscientes. É parte indissociável do processo de fortalecimento do Partido. O instrumento principal hoje para essa luta é conferir estabilidade à vida partidária pelas organizações de base, que representa a rede capaz de reter e ativar os aderentes. Vida que pressupõe ação política e presença na luta do povo; atividades de formação política, teórica, cultural e em valores éticos e morais; medidas organizativas apropriadas para abarcar o contingente militante e refletir com mais precisão as condições mais variadas de graus de compromisso militante.

É um fenômeno próprio e recorrente da tradição política do país a flutuação dos efetivos militantes. De um lado, é resultante da tradição cartorial que decorreu dos controles antidemocráticos exercidos pelo Estado sobre os partidos políticos, impedidos de auto-regularem sua vida interna com base em suas concepções e normas próprias, além dos largos períodos de completa ausência de liberdade de organização partidária. De outro, reflete a tradição *movimentista* e pouco orgânica do movimento popular e social no país, que influencia as organizações políticas. Na realidade atual, de dispersão ideológica na luta dos trabalhadores pelo socialismo, afeta-se a perspectiva militante transformadora, e com isso também se afeta a estabilidade das fileiras partidárias. Reflexo de conjunto dessa realidade é a existência de uma militância conjuntural, sazonal, irregular ou inconstante. Os esforços que a direção tem feito para incluir os militantes em uma



Organização de Base partidária vêm resultando ainda em índices inferiores a 40% do total de efetivos que participaram das Conferências de 2003.

O Partido hoje contabiliza cerca de 200 mil aderentes, na condição de filiados registrados em cartórios eleitorais em todo o país. Devido a suas concepções leninistas, contabiliza 60 mil militantes, isto é, filiados efetivamente mobilizados pelas conferências partidárias de 2003, com atuação em graus variados. A militância vem sendo cadastrada a cada dois anos, em cada processo de Conferência.

O Partido já tem um fluxo de crescimento há vários anos. Em 2003, esse fluxo intensificou-se e concentrou-se mais. Deverá permanecer e até se ampliar. A questão central é que – repita-se – não basta filiar –este não é mais o gargalo –, mas reter tais filiados, ativá-los, formá-los, dar-lhes tarefas e diretivas, educá-los para os quatro princípios básicos de todo militante, para que se integrem ao grande esforço organizado da luta por mudar o país. Isso não ocorre sem o trabalho dedicado de Organizações de Base, que sejam estáveis, isto é, com funcionamento regular, para incorporar mais e mais militantes, com métodos e estilos de trabalho próprios da tradição de nosso povo. As direções partidárias terão igualmente que renovar seu repertório de métodos e estilos de trabalho adequados a um Partido Comunista de massas, pautado pela atitude pedagógica, persuasiva, firme e consciente, respeitando os diferentes níveis de consciência dos militantes. O Partido, que se abriu para fora, deve se abrir também para dentro, saber lidar com essas formas variadas de militância, adequar sua vida interna para aproveitar todo esse potencial que emana da luta popular e que busca o PCdoB. Faz isso sem abrir mão de suas concepções e normas, mas renovando o repertório de trabalho ideológico e de organização, para dar conta dessa nova potencialidade.

## **6.8. Garantir em bases políticas a sustentação material do partido:**

As novas esferas de responsabilidades assumidas pelo PCdoB tornam defasados os esforços dedicados ao trabalho de sustentação material. O fortalecimento atual do Partido pode beneficiar nova consciência desse desafio, ou será entravado se não for superado. O avanço nesse terreno implica em assimilar mais agudamente que a sustentação material tem na política o vetor dominante, e na combinação de fontes sua base de apoio.

A política atual do PCdoB tem bases sociais amplas, definidas pela união de amplas forças por um projeto nacional-desenvolvimentista, de caráter democrático, portanto voltado à melhoria da situação de vida dos trabalhadores, com distribuição de renda.

Tendo por principais interessados os trabalhadores em geral, e as largas camadas do povo brasileiro às voltas com estagnação de renda, desemprego e miséria, esse projeto interessa também a forças sociais empreendedoras – parcelas do empresariado, setores profissionais e técnicos, camadas médias. Será fruto desse amplo relacionamento, estabelecendo relações de compromisso e confiança na luta pela mudança do modelo econômico, que se deve realizar um amplo esforço por sustentar a atividade e luta do Partido. Isso implica em pôr a preocupação com finanças na esfera do esforço de direção política, em transformar a questão num importante elemento do trabalho de direção executiva.

Sendo central, esse vetor não é exclusivo. Os objetivos de fundo do PCdoB implicam em combinar as demais fontes de financiamento de atividade. A contribuição financeira militante – alvo do Sistema Nacional de Contribuição Militante, SINCOM –, é indispensável não apenas como



aporte de recursos, mas como fator de educação dos comunistas. Deve-se caminhar para, de fato, assegurar os direitos militantes de elegerem e serem eleitos ao dever de estar em dia com suas contribuições. As contribuições obrigatórias dos que alcançam representação pública pela legenda do Partido, eleitos ou nomeados, são a garantia de efetiva direção do Partido sobre esses mandatos, e constituem uma fonte cada vez mais expressiva, na medida em que se ingressa em numerosas esferas de atuação institucional tanto em Legislativos como em Executivos. Por fim, as atividades de massa para finanças – festas, campanhas, eventos, promoções, etc -, são não apenas fontes de recursos, mas também instrumentos de ação política e influência partidária nos meios em que se atua.

Por isso, as secretarias de finanças são indispensáveis em todos os níveis da organização partidária, para um trabalho ativo e criativo, de caráter essencialmente político, ao lado de sua dimensão educativa do compromisso militante na sustentação material do Partido. Precisam estar dotados de técnicas próprias e modernas, para a realização e implementação efetiva de orçamentos dos projetos da atividade partidária e prestação de contas regular ao coletivo, sem o que se enfraquece a batalha para ganhar todo o coletivo para a urgência de superar esse gargalo estratégico.

### **6.9. Garantir a informação e ampliar a comunicação do partido com mais amplas parcelas da sociedade:**

Informação é fator fundamental de conhecimento, da democracia na vida interna e da visibilidade do Partido perante a sociedade. Por isso, é muito mais elevado e complexo o trabalho de comunicação do Partido em todos os níveis da estrutura partidária.



O trabalho da frente de comunicação nos Estados e municípios precisa assimilar a exigência de fortalecer o sistema nacional de comunicação, a fim de potenciar os esforços por fazer mais conhecidas as idéias e bandeiras do PCdoB. Por outro lado, é indispensável para construir sua unidade em bases democráticas em torno de sua política. Isso implica em adotar vetores dominantes e integrar esforços nacionais e estaduais para superar a pesada barreira imposta pela monopolização dos meios de comunicação.

O vetor dominante é o Portal do Partido – seu diário “Vermelho” e o “Partido Vivo”. A ampla difusão do endereço eletrônico, a consulta cotidiana e regular de todos os militantes e organismos, a criação de sucursais como meio de comunicação do trabalho que se realiza em todos os Estados, municípios e bases onde atuamos, é o pivô para o enriquecimento do trabalho de comunicação do PCdoB. Quase inesgotável em termos de recursos tecnológicos, é com base no Portal que se fortalecem os demais instrumentos de comunicação oficiais em todos os níveis.

Do ponto de vista do militante partidário, o órgão oficial do PCdoB, A CLASSE OPERÁRIA, é o instrumento central para sua informação. Precisa ter seu acesso estimulado e facultado a todo o coletivo, e assegurado a todo dirigente. Meios e instrumentos para isso precisam ser renovados, tendo em vista seu novo caráter quinzenal e o grande crescimento da base militante. Envolve recursos que, no caso, serão bem aplicados.

Do ponto de vista da ampla opinião pública, os programas de TV e rádio são momento de diálogo com milhões, e precisam estar associados com ações locais amplas quando de sua transmissão.



A integração de esforços combina-se, mas não suprime a iniciativa local. A comunicação de cada Estado e município – ou mesmo base – com as massas precisa de instrumentos próprios, particularmente meios de divulgação especificamente voltados aos trabalhadores das grandes empresas, para direcionar o esforço de crescimento e estruturação do Partido. Nesse rumo, precisam integrar também os demais instrumentos existentes, como os que dispõem os parlamentares e as frentes de massa do Partido. Do mesmo modo, pressupõe iniciativa com respeito a jornais, boletins de massa e boletins internos, para melhorar a comunicação com a militância de sua jurisdição.

### **6.10. Elevar o nível político e teórico dos militantes:**

É um compromisso do PCdoB dotar o militante partidário de experiência política, de uma concepção de mundo marxista, e de elevados valores éticos e morais. Ele o faz por intermédio do trabalho partidário na luta de idéias em curso no país, da formação e estímulo à autoformação do militante e, sobretudo, de sua vida interna organizada, através do exemplo de dedicação à luta dos trabalhadores e de construção permanente do Partido.

A estruturação partidária precisa garantir isso que é hoje uma das exigências mais elevadas de militância. Precisa se ampliar e renovar o repertório de meios e instrumentos voltados ao trabalho ideológico, e integrar mais esses meios e instrumentos sob uma direção coordenada pelo projeto nacional.

Quadros precisam ser destacados para os cursos nacionais do Partido, descentralizados pelo país. Dirigentes municipais precisam passar pelos cursos intensivos de formação. Militantes devem aproveitar o Curso Básico.



Novos aderentes precisam receber organizadamente os primeiros rudimentos, o *Bem-vindos(as) camaradas!*

Mas formação não deriva apenas nem principalmente dos cursos. Implica a autoformação, o esforço perseverante de cada um para escalar as escarpadas montanhas do saber. Implica em tomar parte ativa nos eventos partidários, nos momentos maiores das definições de rumos, e no cotidiano de sua atividade, assumindo e cumprindo responsabilidades, praticando a crítica e autocrítica do trabalho partidário e pessoal. Implica em inseminar a pauta de atividade partidária com temas teóricos enriquecendo a linha política, através de palestras, seminários, debates, etc. Implica em aproveitar intensamente a excelente e longeva revista teórica PRINCÍPIOS e as publicações da Editora Anita Garibaldi, e se beneficiar do amplo trabalho de informação propiciado pelo Portal *Vermelho*.

Por isso, a frente de formação e propaganda adquire enorme complexidade e precisa constituir um sistema integrado entre os instrumentos nacionais e as secretarias estaduais. No cerne desse sistema está posta a estruturação e dinamização da Escola Nacional do Partido e do Instituto Maurício Grabois.

\*\*\*

Esses são os pontos que conformam a nossa atual e renovada linha política de estruturação partidária. A luta por impulsionar sua aplicação vai ser ingente e prolongada. Precisa do concurso de todos os quadros partidários, a começar dos membros do CC, e todos precisam assumir um papel mais integral, ou seja, combinar em sua atividade o componente político, ideológico e organizativo.

Isso vai envolver uma luta de idéias, em torno destas concepções, e ao mesmo tempo uma maior capacidade realizadora, para aproveitar todo o potencial que se abre para o PCdoB, manifestos no 5º PEP. Para isso, de imediato, as presentes idéias precisam chegar aos estratos médios e de base do Partido.

**1º Encontro Nacional sobre Questões de Partido.**  
*Brasília, março de 2004.*

## RESOLUÇÃO DO 2º ENCONTRO NACIONAL SOBRE QUESTÕES DE PARTIDO

**“Implementar a política do partido entre os trabalhadores e trabalhadoras e por intermédio deles - fator estratégico para o projeto do PCdoB e para o futuro do Brasil”**

### Introdução

#### O 2º Encontro e suas tarefas

Nosso encontro foi convocado para debater e abordar, à luz da atualidade, um tema vital para a vida partidária: a intervenção política e estruturação do PCdoB entre os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. É uma questão que, embora recorrente em nossa história, assume maior relevância com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República em 2002, apoiado por uma coligação de partidos progressistas contra as forças conservadoras e de direita, que abriu novo ciclo político, inédito, na vida nacional. Lula é um líder político de origem operária, com longa militância no movimento sindical e na direção de um partido que, desde o nascimento, tem forte base no seio dos trabalhadores e trabalhadoras. Os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros se identificaram com Lula, enxergando nele um defensor dos seus interesses, de forma que sua eleição valoriza o papel do proletariado brasileiro na luta política nacional. É o momento de renovarmos respostas sobre o papel que os trabalhadores e as trabalhadoras brasileiros estão desempenhando e podem desempenhar no novo cenário nacional; como estão respondendo à necessidade de lutar para conduzir o governo Lula na direção das mudanças que a nação reclama, pela alteração da política econômica conservadora, superação do modelo neoliberal e afirmação



de um novo projeto nacional de desenvolvimento, fundado na soberania e na valorização do trabalho.

É justo indagar qual o peso que o PCdoB deve atribuir à classe operária e ao conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras em seu projeto, na sua estratégia e tática política para a atualidade. Sendo certo que seguem, enquanto classe, como um sujeito central do processo histórico, em que se traduz e como se concretiza hoje essa centralidade política? São questões que não comportam respostas abstratas e tampouco podem ser resolvidas com a proclamação de princípios. Pressupõem um conhecimento mais concreto e científico sobre quem é o trabalhador e a trabalhadora brasileiro da atualidade; o estudo da classe social concreta, real, em contraposição àquela que é representada em nossa imaginação, muitas vezes, de forma distorcida, romântica e idealista; saber como se comporta o trabalhador e a trabalhadora comum, o que pensa, onde se concentra, como vive, como vota etc. O tema tem de ser abordado e situado no leito da luta política de classes e no contexto da sociedade brasileira. Particularmente nesta fase de nova acumulação estratégica de forças do PCdoB, nossa 9ª Conferência e o 1º Encontro Nacional sobre Questões de Partido evidenciaram a necessidade de aprofundar o estudo da questão em variados aspectos: ampliar a compreensão sobre o perfil do proletariado brasileiro, renovar a identidade do Partido com a classe que quer representar, bem como planejar e executar um rigoroso e paciente trabalho de recrutamento, organização e conscientização dos trabalhadores e trabalhadoras na perspectiva socialista. Tal esforço tem caráter estratégico, deve priorizar as grandes empresas e ramos da economia nacional e envolver o conjunto do Partido.



## Debilidades e desafios

O PCdoB nasceu e se criou no seio do proletariado brasileiro, em especial da classe operária industrial. Entretanto, uma sucessão de fatores conjugados levou a um relativo abrandamento deste laço original, embora o compromisso ideológico tenha sido sempre reiterado. As circunstâncias da reorganização em 1962 privaram o Partido da maior parte dos seus vínculos concretos na classe. Dois anos depois, o golpe militar de 1964 impôs grandes dificuldades para o trabalho operário. A divisão do movimento comunista internacional ampliou as adversidades. Sob a ditadura, o Partido passou a priorizar o trabalho no interior do país, enquanto a classe se ampliava fortemente nos centros urbanos. Quando o movimento voltou a se erguer, após 1978, o PCdoB se deparou com um forte concorrente na disputa da hegemonia na classe: o PT – um grande partido de esquerda, com vínculos efetivos entre os trabalhadores e trabalhadoras, uma base ideológica eclética e sem um norte programático nítido, que vem mostrando, em sua trajetória, tanto as suas potencialidades como os seus limites. E o PCdoB nem sempre acertou taticamente nesta relação complexa, que inclui unidade e luta; sérios erros na tática sindical nos afastaram da onda de renovação das direções sindicais. Por fim, em decorrência da derrota do socialismo soviético, da ofensiva neoliberal, entre outros fatores, uma crise de identidade vem castigando os trabalhadores e trabalhadoras ao longo das últimas décadas, o que impõe novos desafios à soldagem de fortes vínculos entre o Partido e sua classe.

Nas duas últimas décadas, o Partido mostra crescente e saudável preocupação em reconstruir esses vínculos. Atuou intensamente no movimento sindical, ingressou na Central Única dos Trabalhadores (CUT) e constituiu a Corrente Sindical Classista (CSC). Nos anos 90, a ofensiva neoliberal



contra os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, o desemprego, a precarização das relações de trabalho e a crise do movimento sindical dificultaram sobremaneira um maior avanço de nosso trabalho. Nos últimos anos, a partir da Conferência Nacional Sindical (junho de 2001) e do 10º Congresso (dezembro de 2001), procuramos elevar nossa compreensão crítica e autocrítica a respeito do empenho da ação partidária junto aos trabalhadores e trabalhadoras. Nesse ínterim, desenvolveu-se o seminário nacional sobre o proletariado brasileiro. Este nosso 2º Encontro Nacional sobre Questões de Partido, dedicado ao tema, é um desdobramento dos debates e resoluções da 9ª Conferência Nacional (2003) e do 1º Encontro Nacional sobre Questões de Partido (2004). Traduz a vontade política de novo empenho de energias para pôr esse trabalho à altura das exigências de nosso projeto político. No mesmo período, vem sendo realizado um esforço maior para intensificar a atuação dos comunistas entre os trabalhadores e trabalhadoras e observa-se certo avanço nesta direção. A presença de comunistas nas presidências das CUTs estaduais do RJ, MG e BA e de importantes sindicatos metalúrgicos é fruto desse avanço. Não saímos do nada nem estamos de mãos vazias. Apesar dos obstáculos que persistem, as condições concretas da atualidade propiciam e até reclamam a renovação destes esforços em um patamar superior. Será preciso reordenar as prioridades do trabalho prático do Partido, dando maior destaque à ação dirigida à classe, às suas organizações e lutas, nas esferas social e política. O Partido e a classe só têm a ganhar com isto.

Urge, entretanto, superar um conjunto de subestimações em nosso trabalho. Elas invocam, em primeiro lugar, a necessidade de enfrentar a batalha, no plano das idéias, contra os que negam o papel do proletariado. Em segundo lugar, a de armar o movimento dos trabalhadores e trabalhadoras com uma linha política de intervenção que



lhes faculte um papel central na luta política em curso no país, papel essencial do Partido Comunista. Em terceiro lugar, compreender que para isso é indispensável avançar na percepção concreta do que é, o que pensa, como e onde vive o proletariado brasileiro e entender sua importância e seu papel na luta política por um novo projeto nacional de desenvolvimento. Por último, em quarto lugar, será preciso superar o espontaneísmo na construção partidária entre os trabalhadores e trabalhadoras, porque não separamos estruturação do Partido de sua intervenção política. É sobretudo na prática que o Partido conseguirá superar o referido problema de subestimação e a dicotomia entre teoria e prática. O PCdoB não pode ser o partido do proletariado na teoria e outra coisa na prática. Vistos de conjunto, tais fenômenos apontam para a subestimação do papel do proletariado para a consecução do projeto político do Partido. Subestimação que reflete pressões tendentes a rebaixar o papel estratégico do próprio Partido.



## Parte I – Superar a subestimação

### O conceito de proletariado

O enfrentamento dessa subestimação exige clareza sobre o conceito de proletariado e o papel do trabalho na história humana. É indispensável avançar neste terreno, tendo em vista a necessidade de uma definição atualizada de proletariado que reflita a compreensão das notáveis transformações já ocorridas e em curso no mundo da produção e que seja um bom guia marxista para a atuação dos comunistas nessa realidade. A análise do proletariado deve incorporar múltiplas determinações para abarcar a totalidade concreta da classe. Invoca, em primeira instância, a condição de despossuídos dos meios de produção que se vêem obrigados a vender sua força de trabalho em troca de salário, submetendo-se à exploração capitalista e contribuindo para a valorização do capital. Envolve uma situação social determinada, que inclui nível de renda, consciência social, ação política e outros fatores que provocam a diferenciação da classe em estratos e frações. É necessário fazer esse esforço de compreensão para entender o perfil e as aspirações dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, de forma a superar a subestimação neste terreno.

O proletariado abrange os trabalhadores e trabalhadoras desprovidos de meios de produção que são obrigados a vender sua força de trabalho em troca de salário. O conceito foi enunciado por Friedrich Engels no artigo intitulado “Karl Marx”, elaborado em junho de 1877, com as seguintes palavras: “O atual modo de produção capitalista tem como premissa a existência de duas classes sociais: de uma parte, os capitalistas, que se acham na posse dos meios de produção e de subsistência e, de outra parte, os proletários que, excluídos dessa posse, têm apenas uma mercadoria a vender: sua força de trabalho,



mercadoria que, portanto, não têm remédio senão vender para entrar na posse dos meios de subsistência”. A classe é definida concretamente pela posição dos indivíduos nas relações sociais de produção (que opõem proprietários e não proprietários dos meios de produção), fator que, por sua vez, determina a fonte de renda (que para o trabalhador é o próprio trabalho, enquanto para o capitalista é a mais-valia). Durante a maior parte do século XX, caracterizado pela centralidade da grande indústria fabril e pelo fordismo enquanto modelo de organização da produção, o movimento comunista internacional focou a noção de proletariado basicamente nos operários fabris. Tal procedimento tinha uma forte justificativa histórica, pois se tratava do proletariado organizado pela grande produção vinculada às forças produtivas avançadas e revolucionárias daquele tempo, que à época constituía a maioria dos assalariados e construiu um poderoso movimento sindical. Todavia, ao longo do tempo conformou-se uma visão reducionista do proletariado, restrito à produção direta de mercadorias e geração de mais-valia. A respeito do tema, cabe assinalar a dupla dimensão do trabalho produtivo no capitalismo, observada por Karl Marx: uma, representada pelo trabalho responsável pela produção direta de mais-valia e a outra que, embora não produza diretamente mais-valia, colabora de alguma forma para a valorização do capital. Os fundadores do marxismo incluíam na classe do proletariado, ao lado do operariado industrial, comerciários, professores e outras categorias. Marx escreveu o seguinte: “Nos estabelecimentos de ensino (...) os professores, para o empresário do estabelecimento, podem ser meros assalariados; há grande número de tais fábricas de ensino na Inglaterra. Embora eles não sejam trabalhadores produtivos em relação aos alunos, assumem essa qualidade perante o empresariado (...). O ator se relaciona com o público na qualidade de artista, mas perante o empresário é trabalhador produtivo” (Marx, Teoria da Mais Valia, vol. 1). Sobre os comerciários,



afirmou: “O trabalho não pago desses empregados, embora não crie mais-valia, permite-lhe (ao capitalista) apropriar-se de mais-valia, o que para esse capital é a mesma coisa (...) É produtivo, para o capitalista, não por criar mais-valia diretamente, mas por concorrer para diminuir os custos de realização da mais-valia, efetuando trabalho em parte não pago” (Marx, “O capital”, livro 3, Vol. 5). Ele também enfatizava a noção de trabalhador coletivo para a definição do que é ou não produtivo para o capital. “Com o desenvolvimento da subsunção real do trabalho ao capital ou ao modo de produção especificamente capitalista, não é o operário individual, mas uma crescente capacidade de trabalho socialmente combinada que se converte no agente real do processo de trabalho total. Como as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato da produção de mercadorias – este trabalha mais com as mãos, aquele trabalha mais com a cabeça, um como diretor, engenheiro ou técnico etc., outro como capataz, um outro como operário manual direto ou inclusive como simples ajudante – temos que mais e mais funções da capacidade de trabalho se incluem no conceito imediato de trabalho produtivo e seus agentes no conceito de trabalhadores produtivos, diretamente explorados pelo capital e subordinados em geral a seu processo de valorização e de produção. Se se considera o trabalhador coletivo (...) é absolutamente indiferente que a função de tal ou qual trabalhador – simples elo desse trabalhador coletivo – seja mais próxima ou distante do trabalho manual direto.” . (Marx, “O capital”, Livro I, Cap. VI – inédito).

Não ignoramos o papel proeminente do operariado industrial na luta de classes moderna (destacadamente no Brasil), e não perdemos de vista sua centralidade no processo de acumulação capitalista, sobretudo o



assalariado da grande produção fabril, disciplinado pelo capital e envolvido diretamente com a produção de trabalho excedente ou mais-valia. Ainda hoje, é o esteio principal da luta de classes, na qual ocupa, indubitavelmente, o papel de vanguarda em função tanto da disciplina a que é submetido pela empresa, quanto da posição que ocupa na reprodução ampliada do capital (gerando a mais-valia) e da tradição histórica no desenvolvimento da luta, da consciência e da organização proletária. Este operariado não está localizado apenas nas grandes indústrias; também marca presença em diferentes atividades classificadas como serviços. Porém, restringir o conceito de proletariado a este segmento social não corresponde à visão ampla de Marx e Engels e impede a percepção das transformações ocorridas no chamado mundo do trabalho. Sem negligenciar o papel proeminente do proletariado industrial, é preciso estar atento às mutações e ao desenvolvimento da classe que têm acompanhado as alterações imprimidas pelo capitalismo nas relações entre os diferentes setores e ramos da produção. As tendências nos países centrais capitalistas, determinada em boa medida pelo avanço da produtividade do trabalho, apontam para o declínio da participação relativa da indústria na economia e, em particular, na ocupação ou na oferta de emprego, donde advém a queda relativa do operariado industrial no conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras assalariados nesses países. É bom lembrar a este respeito que, em meados do século XIX, Karl Marx já previa que o capitalismo evoluiria nesta direção.

As mudanças ocorridas no chamado mundo do trabalho, ocasionadas por inovações tecnológicas e outros fatores, alteraram sensivelmente o perfil do proletariado. Ele se tornou mais diferenciado e heterogêneo em relação àquele que prevaleceu durante a maior parte do século XX - e também mais numeroso. Relativamente, avançou o

emprego nos setores de serviços e comércio, acompanhado pela generalizada precarização e informalização do mercado de trabalho, flexibilização de direitos, redução de salários e desemprego estrutural e massivo. Uma miríade de relações se constituiu, em formas intermediárias e mutantes, abarcando terceirização da produção mediante trabalho de "autônomos" ou "cooperativizados"; semi-proletarização e relações precárias ou vulneráveis de emprego. Avançou a feminização, elevou-se o grau de escolaridade média da força de trabalho, sobretudo no mercado formal, e registrou-se um maior ingresso de jovens no mercado de trabalho. Observou-se também o fenômeno da proletarização das chamadas classes médias. Na saúde e educação, por exemplo, grandes contingentes de trabalhadores e trabalhadoras assalariados têm elevado nível de organização e protagonismo sindical e político. Cabe notar ainda, como tendência objetiva do desenvolvimento das forças produtivas modernas, a enorme ampliação da esfera do trabalho produtivo, que alcança setores mais extensos do processo de produção e de seus prolongamentos. Ocorrem alterações nas relações e na proporção entre trabalho manual e trabalho intelectual, com o surgimento e crescimento de categorias que realizam majoritariamente trabalho intelectual, criando valor na produção de bens não-materiais, inclusive simbólicos, como fruto da progressiva transformação da ciência em força produtiva direta. Esse segmento é crescente no próprio processo produtivo material e abrange os que se ocupam de pesquisa e desenvolvimento, projeção de novos produtos, invenção de novos materiais, novos processos de produção, marketing, administração de vendas. O mesmo ocorre com a chamada indústria cultural, que fornece bens e serviços de fruição de massa, explorados por empresas capitalistas.

É claro que tudo isto influenciou negativamente a identidade de classe, assim como a sua consciência. Nem



todos assumem, subjetivamente, a identidade com o proletariado, a noção de pertencimento de classe, dependendo de sua inserção concreta nas relações de trabalho. Há expressivas diferenciações de renda e padrões de vida entre os que estão no mercado formal e os que dele estão excluídos, os que têm maior escolaridade, os que ocupam funções mais técnicas e gerenciais e os do trabalho manual etc. Para identificar estes fenômenos de forma mais precisa, é necessário estudar a formação e evolução das novas categorias assalariadas. A história recente tem evidenciado que os trabalhadores e trabalhadoras assalariados ocupados fora do setor industrial – às vezes mais explorados e pior remunerados que os assalariados da indústria fabril – são movidos por interesses que espontaneamente entram em choque com os do capital. Suas ações, por consequência, integram-se à luta imediata e histórica do proletariado contra o capitalismo e a opressão imperialista. Cabe destacar, por exemplo, a importância de categorias como trabalhadores em transportes, telecomunicações, energia, eletroeletrônica, além de bancários, comerciários (que Engels classificava de “proletariado comercial”), assalariados da saúde, educação, correios, telemarketing e serviços financeiros, entre outros. A nossa própria experiência revela, por exemplo, que na atualidade a paralisação dos trabalhadores e trabalhadoras em transportes funciona como uma espinha dorsal de uma greve geral moderna e isto significa que a organização das categorias desse setor tem uma grande importância política na luta de classes. Verificou-se igualmente, ao longo do século XX, um notável crescimento do serviço público, inclusive sobre ramos da economia anteriormente explorados diretamente pela iniciativa privada, ampliando-se conseqüentemente o número de trabalhadores e trabalhadoras ocupados no setor, fenômeno que merece um estudo mais aprofundado, particularmente sobre o pertencimento de classe desses assalariados.



Parece forçoso concluir que, neste novo contexto, restringir o proletariado ao assalariado industrial e agrícola que produz diretamente bens materiais e mais-valia não é um bom guia para a intervenção dos comunistas entre os trabalhadores e trabalhadoras. Não seria sensato negligenciar o fato de que o proletariado de nossa época tem, em todo o mundo, uma feição bem distinta do tempo em que viviam Marx, Engels ou mesmo Lênin. Uma visão mais ampla do conceito de proletariado precisa, portanto, ser recuperada e desenvolvida, para não excluir da classe parcelas cada vez mais amplas dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros e seus familiares, o que acabaria por justificar a idéia de que o proletariado seria uma classe em declínio ou mesmo em extinção, como pretendem alguns. Tal postura desarma a luta contra a ofensiva do capital, que se volta contra o conjunto da classe e seus direitos. Não seria correto colocar um sinal de igualdade entre proletariado e trabalhador gerador de mais-valia. Tampouco é justo identificar o proletariado à condição de assalariados em geral, independentemente do lugar que ocupam na produção e reprodução do capital, de sua situação social. Devem ser excluídos do proletariado os estratos assalariados executivos, técnicos e administradores a serviço direto dos interesses do capital, bem como a alta burocracia estatal. Retomar em escala ampliada o conceito de proletariado ajuda, assim, a repor na luta ideológica a idéia da centralidade do trabalho na história humana, seu papel essencial na formação da sociedade atual e a missão histórica dos trabalhadores e trabalhadoras na luta por uma nova sociedade, sem explorados nem exploradores. É necessário reiterar esta concepção perante os arautos do “fim do trabalho” e “declínio do proletariado”.

Ao abordar a questão teórica, devemos manter e intensificar o esforço de estudar, numa perspectiva marxista, as alterações no perfil do proletariado brasileiro,



as mudanças nos coeficientes de trabalho manual e intelectual, assim como entre trabalho produtivo e improdutivo, cujas fronteiras estão cada vez mais imbricadas. O estudo envolve, também, forte dimensão empírica, ou seja, investigação concreta dos contingentes de trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. Não basta analisar o tema apenas na dimensão política, ideológica e organizativa do movimento dos trabalhadores e trabalhadoras, será preciso pesquisar simultaneamente a realidade no interior das empresas, a tecnologia e organização do trabalho, suas conseqüências para a vida, relações na esfera da produção e subjetividade dos trabalhadores e trabalhadoras, nos marcos da formação econômico-social brasileira, levando em conta ainda as características regionais específicas derivadas do desenvolvimento desigual do capitalismo em nosso País. Por último, será necessário considerar o grau de consciência e de ação política do movimento dos trabalhadores e trabalhadoras na configuração do sujeito real que é o proletariado brasileiro na luta de classes.

### **Centralidade política do movimento dos trabalhadores e trabalhadoras**

Outro aspecto relacionado à superação da subestimação do empenho partidário junto aos trabalhadores e trabalhadoras diz respeito à centralidade política de seu movimento organizado. Isto é tanto mais necessário porque vivemos uma época de feroz ofensiva do capital contra o trabalho em todas as esferas da vida social. Nossa época é marcada pela crise do sistema capitalista e imperialista, que espontaneamente tende a desembocar na barbárie. É sensível, em decorrência disso, a depreciação do trabalho e dos valores a ele associados; o retrocesso dos direitos e das relações sociais; o avanço avassalador do desemprego estrutural. A derrota histórica do socialismo soviético fortaleceu tal ofensiva, traduzida em todo o globo



pela ideologia e política neoliberal, imposta pelos países capitalistas. Não seria sensato esperar que o pensamento e a ideologia do proletariado passassem incólumes por tudo isto. Com efeito, é preciso reconhecer que o movimento operário e popular também vive uma fase crítica e não tem conseguido reunir força, inteligência e vontade para apresentar uma alternativa transformadora exequível aos impasses da atualidade.

Em função de sua condição histórica e social, o proletariado tende naturalmente a exercer um papel central na política ou na moderna luta de classes. A importância da aliança do proletariado das cidades e do campo permanece atual e necessária para o êxito do projeto transformador. O proletariado pode alcançar seus objetivos de forma mais rápida e segura se for guiado por um partido revolucionário – o Partido Comunista, que adota o marxismo e procura se orientar por uma tática e estratégia fundada na idéia e na defesa da centralidade do proletariado na luta pela transformação radical da sociedade rumo ao socialismo. Mas é nossa própria experiência histórica que indica que os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros sempre desempenharam um papel relevante e progressista na luta em defesa da democracia, dos interesses nacionais e dos direitos sociais, constituindo, enquanto classe, a espinha dorsal do povo brasileiro e do movimento político de massas. Assim foi, por exemplo, nas campanhas pelo desenvolvimento do país – da Siderurgia Nacional às memoráveis jornadas do “Petróleo é Nosso”; nas inúmeras jornadas pelos direitos trabalhistas – desde as greves gerais de 1917 e 1953 até a conquista da liberdade e autonomia sindical; nas lutas políticas contra a ditadura e pelas *diretas já*; nas batalhas contra o neoliberalismo durante a década de 1990, pelo impeachment de Collor e contra as privatizações. Foi a luta dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros que produziu a CUT e o PT e conduziu Lula à Presidência da República. O próprio Lula



atribuiu, mais de uma vez, o resultado das eleições de 2002 à “consciência da classe trabalhadora”. O proletariado é, por isso, a base social fundamental que decide o projeto de Brasil que queremos e onde se decide a hegemonia das idéias avançadas de uma nova sociedade, socialista, objetivo programático dos comunistas.

A verdade é que os interesses e as reivindicações do movimento operário e popular têm, espontaneamente, um sentido político (além de um sentido histórico) progressista e é a partir desta constatação que se deve pensar o papel dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros na luta pela transformação social e por um novo projeto nacional de desenvolvimento. O desafio maior, neste sentido, é dotar as lideranças e as bases da classe de uma consciência mais nítida sobre este papel potencial. Ele só se tornará efetivo na medida em que a classe deixar a condição de *classe em si* e evoluir no sentido de ser uma *classe para si*. Isto pressupõe a elevação do nível de luta, a justa ligação do movimento espontâneo com a consciência avançada, a transformação de bandeiras econômicas em bandeiras políticas e uma ampla unidade das categorias, entre outros fatores. A luta dos trabalhadores e trabalhadoras segue tendo nos sindicatos sua expressão de massas mais elevada. É indispensável superar a visão corporativista, elevar a luta dos sindicatos ao patamar da luta política, intensificar a ação intersindical e ao mesmo tempo levá-la para a base, para o chão das empresas, incorporando parcelas maiores dos trabalhadores e trabalhadoras e procurando orientar e unificar a luta do movimento popular, em sua amplitude e variedade. Há um longo caminho a percorrer neste sentido. O certo é que uma nova geração de trabalhadores e trabalhadoras brasileiros fará sua própria experiência em tempos carregados de retrocessos, mas também de potencial transformador.



## **Projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho**

O terceiro aspecto da luta contra a subestimação é compreender a centralidade do proletariado em um novo projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho. Ou seja, a questão deve ser abordada também à luz dos desafios políticos da atualidade, investigando-se qual o papel que os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros podem desempenhar na luta por esse projeto, que espaços ocupam neste projeto e que relação tem este projeto com as demandas concretas do movimento sindical e popular. O novo projeto nacional de desenvolvimento deve ser pensado em oposição ao projeto neoliberal e, por consequência, em contradição com os interesses do capital financeiro que o neoliberalismo reflete. O movimento popular também vai se dando conta disto. Identifica na prevalência dos interesses da oligarquia financeira o principal obstáculo às reivindicações do povo brasileiro e adota como suas as bandeiras da redução imediata das taxas de juros, a não observância dos receituários do Fundo Monetário Internacional (FMI), a renegociação da dívida externa e mais investimentos públicos, em contraposição ao arrocho fiscal, entre outras. Os resultados práticos da política neoliberal (estagnação econômica, desemprego estrutural e massivo, desnacionalização, exacerbação da dependência e instabilidade monetária) revelam que os interesses do capital financeiro não conduzem ao progresso, não condizem com o desenvolvimento social. É esta, basicamente, a razão pela qual os povos vêm manifestando (de variadas formas) uma crescente oposição ao neoliberalismo e têm procurado uma alternativa progressista, como sugerem acontecimentos políticos recentes e os resultados de muitas lutas e eleições realizadas na América Latina ao longo dos últimos anos.

A história nos sugere também que o proletariado brasileiro

é a única classe que tem condições políticas de encabeçar a luta por um novo projeto nacional de desenvolvimento, visto que a grande burguesia brasileira abriu caminho ao neoliberalismo nos anos 1990 e ainda hoje busca impor a agenda neoliberal, em que pese existência de divergências em seu meio. Não se trata de negar a possibilidade de alianças entre o proletariado e setores da burguesia que colidem com determinados aspectos do projeto neoliberal, mas não perder de vista que essas alianças são sempre parciais, limitadas e instáveis. A burguesia brasileira não propõe a ruptura com a política neoliberal e seus interesses de classe constituem objetivamente um obstáculo ao progresso social. De outro lado, os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras e do povo, diferentemente do que ocorre em relação às elites dominantes, favorecem o desenvolvimento. Destacados economistas e pensadores brasileiros têm apontado que bandeiras como o aumento real do salário mínimo, por exemplo, tendem a estimular o crescimento do mercado interno, sobretudo a demanda por bens populares. Além disso, propicia o desenvolvimento nos pequenos municípios e em regiões mais pobres, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e regionais que marcam a história brasileira e escandalizam o mundo. A redução da jornada de trabalho sem redução de salários (nos termos propostos pelo projeto Arruda-Paim, com coibição das horas extras e do banco de horas) pode criar cerca de 2 milhões de novos empregos no Brasil, segundo estimativas do Dieese, elevar a massa salarial e fortalecer o mercado interno, amenizando as crises de superprodução. A bandeira do pleno emprego não tem apenas sentido social, de combater um flagelo de graves conseqüências para toda a sociedade. Significa também utilização mais eficiente das forças produtivas, incremento da renda nacional, fortalecimento do mercado interno e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). A elevação do nível de escolaridade da força de trabalho brasileira, associada à redução da jornada, é outra bandeira com



forte conotação desenvolvimentista. Isso significa, de um modo geral, que a redistribuição da renda nacional (principalmente entre capital e trabalho, a favor do último, revertendo o processo de concentração verificado ao longo das últimas décadas) deve ser encarada como uma condição para o desenvolvimento nacional, como por sinal sugeria o grande economista e pensador brasileiro Celso Furtado.

Por isso, as bandeiras, os anseios e as exigências dos trabalhadores e trabalhadoras não só não podem ser ignoradas em um novo projeto nacional, como devem ser encaradas como condições para o desenvolvimento. A vida vem mostrando que a depreciação da força de trabalho, vendida pelos ideólogos neoliberais como necessária ao desenvolvimento econômico, na prática agrava as contradições do capitalismo, sobretudo entre produção e consumo, e gera estagnação e crise, em vez de prosperidade e desenvolvimento. Na luta pelos seus interesses de classe, os trabalhadores e trabalhadoras assumem também o papel patriótico de lutar por um Brasil desenvolvido, soberano. Essa é a questão política central da atualidade, que articula, com base na centralidade da exigência de um projeto nacional, as demandas sociais e democráticas de um Brasil desenvolvido, soberano, livre e socialmente justo. É nesse rumo que a luta dos trabalhadores e trabalhadoras pode se aproximar de seu objetivo histórico maior.

### **As deficiências práticas do trabalho partidário**

É preciso também superar as deficiências práticas do labor partidário entre os trabalhadores e trabalhadoras e de sua estruturação no seio da classe, o quarto aspecto da luta contra a referida subestimação. Isto se manifesta, entre outras formas, na subestimação da composição social das fileiras partidárias e de suas direções, na frágil relação



entre os mandatos parlamentares com a luta dos trabalhadores e trabalhadoras e na falta de esforços para organizar o partido pelas bases a partir das relações de trabalho, bem como através da tendência à setorização do trabalho partidário neste terreno. As direções partidárias costumam encarar a intervenção junto ao proletariado como uma tarefa de determinada frente ou setor de trabalho, perdendo de vista o fato de que se trata de um desafio (e deve ser uma preocupação) central para o conjunto do PCdoB. Esta concepção anda de mãos dadas com uma visão corporativista da ação sindical.

Por outro lado, na atual luta política de classes em curso no Brasil, assumiram centralidade as formas eleitorais de conquista de cargos parlamentares e de espaços institucionais de governos, com o refluxo do movimento de massas, que vem desde 1989. É certo que não se deve recusar tal centralidade como fator de protagonismo e acumulação política de forças. Também é certo que não se deve erguer uma muralha da China antagonizando tais formas de luta com as do movimento de massas. Entretanto, contradições existem nessas opções e precisam ser tratadas. Eleições são altamente dispendiosas em termos de recursos materiais e humanos, drenam grandes energias do Partido. Durante o esforço eleitoral, o trabalho não se volta espontaneamente para os trabalhadores e trabalhadoras, senão que exige uma opção consciente. Elas condicionam sazonalmente o trabalho mais contínuo que se exige para cultivar o movimento dos trabalhadores e trabalhadoras. Também se verifica que, na frente parlamentar e institucional, nem sempre se nota maior preocupação em elaborar projetos e políticas voltadas para o mundo do trabalho. A experiência das propostas para atenuar a situação de vida dos desempregados (por exemplo, passe-desemprego, isenção de taxas de serviços públicos, entre outras) e sobretudo o projeto Arruda/Paim de redução da jornada de trabalho sem redução do salário



são iniciativas positivas. Mas isso ainda não marca na medida necessária a fisionomia dos mandatos do PCdoB frente aos trabalhadores e trabalhadoras.

Por isso, nosso Encontro precisa tomar nas mãos a resolução prática dessas deficiências no trabalho. As direções precisam empenhar-se diretamente na tarefa de organizar e ampliar a influência comunista na classe operária e no conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras, na mobilização da classe em defesa de um novo projeto de desenvolvimento nacional. Enfim, assumir a responsabilidade pela elaboração de uma estratégia e tática de intervenção do Partido junto à classe e da classe junto à sociedade. As diferentes frentes de trabalho (jovens, mulheres, negros, sindical, comunitária, institucional e de políticas públicas) devem planejar e atuar conjuntamente na organização e mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras de todas as faixas etárias, gênero e etnia, integrando-os ao projeto e à intervenção política concreta do Partido na sociedade brasileira. A tarefa de planejamento demanda o envolvimento de todas as instâncias de direção, o estudo da realidade concreta dos trabalhadores e trabalhadoras, a identificação dos setores e ramos de atividade que devem ser privilegiados na estratégia comunista, a localização (nos municípios, regiões e estados) das empresas e concentrações mais relevantes de trabalhadores e trabalhadoras, tanto nas cidades como no campo.

Desse modo, estudar em todos os âmbitos de atuação (nacional, estadual e municipal) a realidade do proletariado com o objetivo de elaborar uma tática justa de intervenção na classe deveria ser considerado como uma tarefa elementar das organizações comunistas. Todo o trabalho feito neste sentido deve estar sintonizado concomitantemente com a organização e o fortalecimento da CSC, pelo alto e pela base. Os meios de comunicação do



Partido precisam ter conteúdo e forma mais popular e refletir as lutas concretas da classe, as mudanças no mundo do trabalho, a crítica e denúncia concreta das mazelas do sistema capitalista e do neoliberalismo, envolvendo-se de forma mais efetiva no esforço para aperfeiçoar e aprofundar o nível de intervenção política do PCdoB entre os trabalhadores e as trabalhadoras brasileiros que – assim esperamos – o 2º Encontro Nacional sobre Questões do Partido há de deflagrar. É necessário construir instrumentos mais massivos de comunicação, como rádio e TV comunitária e concessão de TV comercial, visando difundir mais amplamente nossas idéias e políticas ao conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras.

Devemos intensificar e aperfeiçoar nossa intervenção junto à juventude trabalhadora, conferindo maior atenção às secretarias de jovens da CUT e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Nosso Partido também deve desenvolver, junto com a União da Juventude Socialista (UJS), uma política específica sobre a nossa abordagem desta frente. A influência que os comunistas já exercem sobre milhares de jovens estudantes, através da UJS, deve tomar especial relevo entre aquela parcela situada nas áreas tecnológicas como os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), institutos tecnológicos e cursos profissionalizantes. Esses jovens, que após a formação profissional se transformarão em trabalhadores e trabalhadoras de setores estratégicos, necessitam de uma política de quadros eficiente para que possam ser absorvidos no trabalho partidário, além de uma política sindical condizente com sua condição juvenil. A relativa influência que o Partido exerce poderá desdobrar-se num avanço organizativo maior no rumo de um movimento sindical classista verdadeiramente consciente do seu papel histórico, se for canalizada para o esforço de maior protagonismo político entre os trabalhadores e trabalhadoras.

Dirigentes e militantes comunistas devem entender que o proletariado brasileiro se constitui de homens e mulheres,



que têm bandeiras comuns mas também especificidades que precisam ser estudadas e compreendidas por todos. É imprescindível uma intervenção direcionada e qualificada junto às mulheres trabalhadoras, especialmente tendo em vista a crescente feminização do mundo do trabalho. Em 1985, elas representavam 30% dos assalariados que integram o mercado formal de trabalho; em 2002 já constituíam 37% deste universo. A luta pela emancipação das mulheres, assim como pela igualdade étnica e contra todo tipo de discriminação, faz parte da luta pela superação do sistema capitalista, que procura tirar vantagens da discriminação de mulheres e negros, entre outras, aumentando o grau de exploração da força de trabalho brasileira com a finalidade de maximizar seus lucros.

Maior atenção precisa ser dispensada à investigação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, que após a Constituição de 1988 têm vivido um crescente processo de formalização do emprego. É igualmente necessário aprofundar o conhecimento acerca dos trabalhadores e trabalhadoras do setor público em várias dimensões, visando esclarecer conceitualmente sua condição e elaborar uma política mais justa de intervenção no ramo.

Em síntese, esses quatro fatores articulados da luta contra a subestimação devem ser bem trabalhados para que o Partido possa alcançar a meta de ampliar expressivamente sua influência política e orgânica no proletariado brasileiro e empreender a luta pelo êxito do governo Lula no sentido das mudanças, indicada como central em nossa tática pela 9ª Conferência Nacional. Além disto, o Partido estará se aproximando mais de seu objetivo estratégico, reunindo melhores condições subjetivas e práticas para a luta pelo socialismo renovado, nosso objetivo programático máximo.



## Parte II – A linha de intervenção política e de estruturação do PCdoB

### **O governo Lula e o protagonismo do movimento dos trabalhadores e trabalhadoras**

A eleição de Lula à Presidência da República em outubro de 2002 foi o maior feito do movimento político do povo brasileiro, tendo por centro os trabalhadores e trabalhadoras, desde a ditadura de 1964. Foi o fruto de um percurso complexo de acumulação de forças e experiências políticas que está marcado por enormes potencialidades e claras limitações. A potencialidade está na luta por um novo projeto de desenvolvimento para o país, com distribuição de renda, sobretudo a renda do trabalho, como alavanca para uma nova onda de crescimento econômico. Os limites são dados pelas injunções da hegemonia política neoliberal, no país e no mundo, que restringem a margem de manobra para abrir caminho rápido e seguro a esse projeto.

A eleição de Lula foi a viragem política que permitiu levar ao governo as forças centrais da mudança, os trabalhadores e trabalhadoras e o povo brasileiro. Abre caminho a uma transição, mais ou menos prolongada e difícil, para superar a herança de uma economia de país dependente, profundamente desigual e injusto. Foi possível a vitória à base de compromissos, exigindo a construção de um governo de coalizão de forças que ponha em marcha uma ampla união nacional pelo desenvolvimento.

Superar o neoliberalismo e garantir a transição, entretanto, exigirão nova acumulação de forças e nova viragem política, com uma opção declarada por uma estratégia e modelo de desenvolvimento que superem a vulnerabilidade do país e ponham em tensão suas forças produtivas. Componentes indispensáveis a essa marcha estão sendo



construídos sob o governo Lula, nos marcos de uma política externa que amplia a margem de manobra do país no enfrentamento da hegemonia norte-americana, nos elementos de política industrial, energética, de ciência e tecnologia, de defesa e, particularmente, na ampla democracia que rege as relações políticas e sociais. São bastante insuficientes os esforços, todavia, pela maior distribuição de renda e atendimento a ingentes necessidades sociais do povo frente a uma herança de carências seculares.

Para esse percurso, os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros e suas organizações políticas e de massa terão papel central. Sem dúvida, seu movimento padece de limitações, expressos na diversidade de interesses, na atuação de correntes oportunistas e de direita no movimento sindical, na visão corporativa, na falta de representação pela base. Expressa-se, também, na debilidade do PCdoB entre os trabalhadores e trabalhadoras. Mas abriu-se um novo período político, onde novos contingentes de trabalhadores e trabalhadoras farão suas experiências de luta e isso é alvissareiro para aqueles que buscam dedicar suas energias a conscientizá-los e organizá-los.

O PCdoB tem clareza de que a primeira condição para isso é situar-se com justeza perante os atuais desafios políticos, marcadamente na luta pelo êxito do governo Lula no rumo das mudanças necessárias na política econômica. Ao lado disso, é imperioso lutar pela independência de perspectivas, seja do movimento dos trabalhadores e trabalhadoras seja do PCdoB. Portanto, pulso no estado de ânimo e luta dos trabalhadores e trabalhadoras e independência para representar esses interesses em evolução são as chaves políticas para o trabalho partidário. Por isso, nosso Encontro intitula-se *Implementar a política do Partido entre os trabalhadores e trabalhadoras e por*

*intermédio deles - fator estratégico para o projeto do PCdoB e para o futuro do Brasil.*

### **A intervenção política**

Armar os trabalhadores e trabalhadoras para essa intervenção na cena política do país é a principal missão do PCdoB. É preciso atuar desde a base até as organizações de massas e ao nível do protagonismo político buscando dotar o movimento dos trabalhadores e trabalhadoras de uma plataforma em torno da qual seja possível unificar as diferentes categorias, em especial os contingentes mais conscientes e mobilizados da classe. É preciso aguçar o senso de representação de nossa política, vinculando-a mais fortemente às aspirações dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

Uma plataforma essencial, básica, diz respeito ao movimento pela base. Desde aí, primeira escola de educação classista, os comunistas precisam organizar a luta pelos direitos básicos dos trabalhadores e trabalhadoras e suas famílias. Isso abrange a esfera dos direitos do trabalho e da elevação do padrão de vida, mas também a esfera espiritual, com as idéias da solidariedade, liberdade, elevação do nível cultural. Nossa experiência sempre indicou que se trata de um trabalho intenso e meticuloso para disputar a consciência dos trabalhadores e trabalhadoras com as idéias patronais dominantes. É necessário dar mais atenção ao papel das pequenas e cotidianas lutas reivindicatórias relativas às condições de trabalho - transporte, alimentação, saúde etc. Elas mobilizam as consciências primárias contra a exploração e alienação do trabalho e já Lênin ensinava que é preciso intervir nesses conflitos procurando ligar os acontecimentos isolados à denúncia mais geral do capitalismo e da opressão de classes, apontando a luta contra o neoliberalismo, por um novo projeto de



desenvolvimento e fazendo, ao mesmo tempo, a defesa do socialismo. As pequenas conquistas do cotidiano vão infundindo organização pela base, confiança na força do coletivo e destacam novos lutadores que vão desenvolvendo sua consciência. Tampouco se pode subestimar o papel que joga a presença permanente dos comunistas na luta daqueles trabalhadores e trabalhadoras, a partir de dentro e de fora do local de trabalho, como demonstração de interesse pela sua vida e trabalho. Os folhetos, jornais e outros materiais, se regularmente distribuídos, ajudam a criar vínculos mais estreitos com eles, sempre lembrando que o que ganha a consciência não é o papel escrito, mas ação da pessoa que o distribui e conversa com os trabalhadores e trabalhadoras. A vida do trabalhador não é só luta – principalmente nos dias de hoje –, mas uma extensa gama de vivências sociais, externas ao local e relação do trabalho. Também nisso é preciso uma atenção especial aos anseios e reivindicações diferenciadas, como valor das alíquotas de Imposto de Renda, elevação do nível de escolaridade e o alto custo das mensalidades de escolas particulares, carência de ensino técnico, necessidades diferenciadas quanto ao esporte, cultura, lazer e recreação, assistência à saúde, creches etc, terreno onde é o caso de defender políticas públicas progressistas. Devemos levar também em conta o fato de que vêm sendo constituídas novas formas de organização e de participação política popular. Isso ocorre inclusive por causa das debilidades do sindicalismo. Precisamos superar os preconceitos em relação a essas novas formas de organização, evidenciadas nas reuniões do Fórum Social Mundial (FSM), e estar atentos para influenciar esses movimentos com uma perspectiva revolucionária e organizá-los para as lutas concretas.

No movimento organizado de massas, do sindicato da categoria ou da central sindical, da Coordenação dos



Movimentos Sociais ou do próprio Partido, nossa atuação ganha conotação diretamente política. Trata-se de construir a unidade política dos trabalhadores e trabalhadoras, no rumo das mudanças que o Brasil necessita. A plataforma essencial do PCdoB é a de luta pela união nacional em defesa do desenvolvimento com valorização do trabalho. Presentemente essa plataforma exige grande debate político e de idéias, no rumo de garantir uma transição para um novo modelo de desenvolvimento, soberano. São bandeiras políticas nessa direção:

- a. Contra a política de juros altos, por uma nova política macroeconômica compatível com a forte elevação de investimentos públicos e privados para alcançar um desenvolvimento sustentado e multiplicar o número de postos de trabalho;
- b. Valorização do salário mínimo, com elevação crescente do seu poder de compra;
- c. Redução da jornada de trabalho sem redução de salário, para combater o desemprego e melhorar a qualidade de vida;
- d. Reforma agrária, contra o latifúndio improdutivo;
- e. Reforma sindical democrática, que eleve a representatividade das entidades, contribua para a unidade dos trabalhadores e trabalhadoras e a garantia dos seus direitos;
- f. Liberdade política para os trabalhadores e trabalhadoras e defesa da autonomia das organizações sindicais e populares;
- g. Não à independência do Banco Central, pela



regulamentação do sistema financeiro a serviço do desenvolvimento nacional; contra a Alca, em defesa do Mercosul e da integração da América do Sul;

- h. Políticas públicas que assegurem saúde, educação e saneamento como direito de todos; reforma universitária; reforma urbana;
- i. Reforma política democrática, que tenha como premissa a realidade partidária atual do país e a valorização e fortalecimento dos partidos, base para o aprimoramento da democracia;
- j. Assegurar a soberania do país sobre a Amazônia brasileira e a sustentabilidade ambiental;
- k. Apoio às iniciativas de afirmação da soberania e dos interesses nacionais na política externa: não às políticas do FMI;
- l. Reforma do sistema financeiro de forma a ampliar e baratear o crédito à população e às empresas, aumentando o controle público sobre o sistema financeiro estatal, particularmente sobre o Banco Central do Brasil;
- m. Modificações no Orçamento visando a redução da meta de superávit primário e aumento dos investimentos públicos;
- n. Renegociação da dívida externa; utilização do superávit comercial para elevar o nível das reservas e não, como vem sendo feito hoje, exclusivamente para pagamento de juros e dividendos; controle do fluxo de capitais;
- o. Reforço do controle de setores estratégicos, como produção de petróleo e energia pela nação e o Estado;



- p. Democratização e ampliação do Conselho Monetário Nacional;
- q. Reconstrução dos cargos públicos, com o fortalecimento dos serviços públicos e diminuição da terceirização;
- r. Reforma democrática do sistema judiciário.

Em todas as situações, o PCdoB se bate por uma plataforma classista, porque essencialmente lutamos no presente com vistas aos interesses futuros da classe operária e do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras. No vértice dessa luta classista se encontra hoje a redução da jornada de trabalho sem redução do salário, parte integrante do projeto de desenvolvimento com valorização do trabalho, mas que coloca em confronto interesses de classe bem determinados. Para a luta em torno desse objetivo classista estratégico sustentamos a batalha pela liberdade, autonomia e unicidade sindical na base, contra as tentativas de subjugar a atividade sindical aos interesses de quem aposta na fragmentação e na restrição de direitos. Por isso, o PCdoB e a CSC realizam esforços para unificar os interesses básicos dos trabalhadores e trabalhadoras e fazer frente aos conteúdos liberais e/ou social-democratas incluídos na proposta de reforma sindical em discussão no Congresso Nacional. É necessário articular a luta pela redução da jornada com a bandeira da erradicação do analfabetismo e elevação do grau de escolaridade dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, destacando-se uma parte da jornada remunerada para a educação.

Bandeira estratégica de luta dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, do campo e da cidade, é também a reforma agrária como parte integrante do projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho. A questão é política e está inserida no debate sobre os



rumos da nação brasileira. Para países de capitalismo dependente e ainda com grandes populações que vivem de algum trabalho agrícola, a reforma agrária no século XXI não é anacrônica; pelo contrário, é uma condição para a luta contra a pobreza. O Brasil é um dos maiores produtores de grãos do mundo, é o maior exportador de carne bovina e talvez o maior exportador líquido de alimentos. No entanto, apresenta um processo crescente de pobreza no campo e nas periferias urbanas, tem um elevado grau de concentração de propriedade e renda da terra e no ano de 2004 registrou um infame número de assassinatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais por causa da luta social pela terra e por direitos trabalhistas. Por isso, é necessária e possível uma agenda produtiva no campo que contemple a agricultura familiar e assentamentos junto com a agroindústria, ligada ainda à questão do emprego e seguridade social.

A forma mais elevada de consciência política a infundir ao movimento dos trabalhadores e trabalhadoras, própria de seu partido de classe, é a da luta por uma nova sociedade, o socialismo, regime dos trabalhadores e trabalhadoras, único capaz de superar a sociedade de explorados e exploradores. Presentemente, nos marcos de uma situação de defensiva estratégica, muitos esforços teóricos e de propaganda precisam se desenvolver nessa direção. Carecem de ser abordados sem idealizações, nem apegos acríticos ao passado, com os instrumentos apropriados de formação e propaganda voltados para os círculos mais ativos de trabalhadores e trabalhadoras conscientes. Trata-se de *emancipar a mente* com respeito a um suposto modelo único de socialismo, próprio de outro tempo. O modelo soviético, a par dos avanços históricos registrados, fracassou devido a erros na concepção e prática da nova sociedade, associados a fatores objetivos decorrentes da herança de atrasos legada pelo czarismo. Hoje se faz necessário pensar num socialismo renovado, com o



entendimento de que socialismo significa progresso, demanda o crescimento ininterrupto das forças produtivas e elevação dos padrões de vida material e espiritual de todo o povo, liberdade e solidariedade, a partir de um governo que tenha a classe dos trabalhadores como espinha vertebral.

A serviço dessa plataforma, o Partido utiliza todos os instrumentos possíveis, desde o trabalho em portas de empresas até a participação nos sindicatos, na CUT, por intermédio da CSC, e na Coordenação dos Movimentos Sociais, bem como diretamente, por intermédio do PCdoB, seus mandatos parlamentares, sua propaganda e sua legenda 65. Cada qual tem seu papel, de acordo com o nível das lutas e de organização dos trabalhadores e trabalhadoras, em cada situação concreta. Os esforços orquestrados são os que produzem melhores resultados. Nada, porém, substitui a atividade sindical, principal organização de massa dos trabalhadores e trabalhadoras no cotidiano de luta pelos seus direitos.

### **A identidade partidária com os trabalhadores e trabalhadoras**

Ao implementar a luta por essa plataforma, o PCdoB vai vincando sua identidade com os trabalhadores e trabalhadoras, indispensável para que apareça com sua própria fisionomia e bandeiras. O PCdoB quer se caracterizar como uma corrente patriótica e socialista. Patriótica, porque sempre se ateve aos compromissos básicos com o país, seu desenvolvimento soberano, sua integridade física e cultural, pelas liberdades e direitos sociais. Tem muito do que se orgulhar em sua trajetória de 83 anos, em que prestou serviços incalculáveis à luta dos brasileiros. O Brasil não seria o que é sem a luta dedicada e permanente dos comunistas, ligada aos anseios maiores do povo brasileiro. Socialista, porque tem convicção de que



só um novo regime social pode libertar o trabalhador e a trabalhadora das relações de exploração e alienação, emancipando assim todo o povo das formas de opressão que vigem sob o capitalismo – fome e miséria, desemprego, preconceitos xenófobos, étnicos, de gênero e orientação sexual, aviltamento das relações humanas e sociais. Consciente dos grandes erros cometidos ao longo da primeira experiência histórica de construção socialista, desde seu 8º Congresso, em 1992, o PCdoB corajosamente busca enfrentá-los, na trilha de um socialismo renovado, respeitando as características de nosso país e nosso povo. Para isso elaborou, e segue construindo, um Programa Socialista para o Brasil, que devemos tornar cada vez mais consentâneo com os problemas da atualidade política nacional.

Os comunistas devem valorizar em cada ação a condição de membros da CSC, que atua na CUT e, excepcionalmente, em entidades independentes ou filiadas a outras centrais. Travamos combate contra as concepções atrasadas ou antitrabalhadores presentes no mundo sindical brasileiro e buscamos forjar a unidade de ação indispensável à luta e êxito nas reivindicações. Somos os pregoeiros da unidade dos trabalhadores e trabalhadoras em torno dos seus interesses básicos, condição para que não se fragmente sua força perante a exploração e opressão e base para a união do povo brasileiro.

Ao lutar por essa identidade, devemos reforçar características básicas da vida de comunistas. Enquanto militantes, as de cidadãos e cidadãs como os outros, dotados entretanto de consciência de classe e, portanto, de fortes vínculos com a sua classe, que emanam o sentimento de solidariedade profunda com todas as circunstâncias da vida e luta do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras. Enquanto organização política, a de desenvolver campanhas regulares, próprias do Partido,

com bandeiras amplas e classistas junto aos trabalhadores e trabalhadoras. É essa ação perseverante, cotidiana, que ganha a confiança das massas trabalhadoras para seu partido de classe.

### **As formas de trabalho organizativo do Partido**

Muitos desenvolvimentos se fazem necessários no labor organizativo do Partido para empreender nova onda de esforços junto aos trabalhadores e trabalhadoras. Todos esses esforços precisam convergir para aumentar o número de trabalhadores e trabalhadoras nas fileiras do PCdoB e estruturar sua militância pelas organizações de base, prioritariamente a partir das relações de trabalho. Para atingir esse fim, é indispensável também promover mais trabalhadores e trabalhadoras aos órgãos de direção do Partido, em todos os níveis, fazendo com que reflitam melhor as experiências de luta e vida da classe que representamos.

O que parece simples de enunciar é, de fato, uma difícil luta, perene e duradoura, que enfrenta vicissitudes objetivas e subjetivas, da realidade e de nossa consciência. Pelo lado subjetivo, já se abordou anteriormente as vicissitudes de nosso trabalho partidário junto ao proletariado. Pelo lado objetivo, na atualidade, as dificuldades do trabalho dos comunistas nas empresas decorrem em boa medida das ações ofensivas e diversionistas do capital. Hoje o patronato lança mão das idéias de colaboração de classes, inculcando os valores da empresa como o de uma "família". Manipula ideologicamente os trabalhadores e trabalhadoras, mediante operação primária ou refinada de pregação do fim da luta de classes e das ideologias. Promove a repressão, direta ou sofisticada, sobre os trabalhadores e trabalhadoras, bem como o individualismo e a concorrência



entre eles próprios. Tudo isso conduz a insidiosa desconstrução dos valores do trabalho, da identidade e da solidariedade combativa da classe operária. São fenômenos alavancados pelos novos padrões de urbanização (que confinam as empresas a distritos industriais, dispersando as antigas concentrações de moradias operárias), novos padrões de consumo (que endividam o trabalhador e condicionam a luta por seus interesses) e, particularmente, de comunicação midiática desligada por completo da realidade social e das raízes populares. No caso do Brasil, concentrados nas grandes regiões metropolitanas, os trabalhadores e trabalhadoras estão nas empresas durante a maior parte de seu tempo, moram por vezes a quilômetros de distância, onde não têm maior relação social com sua condição de trabalhador de determinado ramo e outras vezes, crescentemente, estudando a noite em escolas particulares. Somos um país onde a democracia nunca chegou às empresas no que respeita às relações de trabalho – nem sequer existem legalizadas comissões de trabalhadores pela base, salvo honrosas exceções, e o trabalho dos comunistas é duramente combatido.

Três premissas básicas precisam ficar estabelecidas com centralidade. Em primeiro lugar, toda a linha política de estruturação do Partido parte da proposição de que não devemos separar nossa intervenção de nossa estruturação entre os trabalhadores e trabalhadoras. Queremos ter mais trabalhadores e trabalhadoras organizados para melhorar nossa intervenção no movimento e vice-versa. Uma via de mão dupla precisa ser estabelecida nessa direção. Em segundo lugar, esse propósito precisa ser assumido como central a todas as instâncias partidárias, a começar do Comitê Central (CC), estendendo-se particularmente aos comitês municipais das maiores concentrações de trabalhadores e trabalhadoras, contando com o apoio dos respectivos comitês estaduais. Em terceiro lugar, esse trabalho deve ser alvo de um planejamento em médio



prazo e integrado. A implementação da política por intermédio dos trabalhadores e trabalhadoras exige que eles participem da definição da política e que esta tenha correspondência com seus anseios.

A primeira premissa envolve o esforço de recrutamento e de organização dos trabalhadores e trabalhadoras no Partido. O recrutamento de novos militantes já se realiza regularmente, através do esforço de filiações. Mas é preciso voltá-lo mais insistentemente aos trabalhadores e trabalhadoras, direcioná-lo às empresas, escolas, locais de vivência e moradia concentradas de trabalhadores e trabalhadoras. Não há receita pronta para cada caso e cada circunstância. Isso é trabalho de investigação e planejamento de cada comitê municipal. Deve-se abarcar a realidade social e econômica da empresa e da cidade, as características urbanas, as relações de vida social para fazer convergir os esforços de atuação desde o local de trabalho, o sindicato, as cooperativas, até as escolas onde estudam os trabalhadores e trabalhadoras, as formas de lazer e recreação, de vida cultural. Iniciativas de campanhas de recrutamento precisam ser tomadas, direcionadas aos trabalhadores e trabalhadoras, conjugando esforços persistentes de presença partidária junto a eles. Frise-se uma vez mais a importância, nesse sentido, de partir da plataforma política e identidade partidária para esse trabalho e de elaboração de políticas públicas avançadas onde se tem representação parlamentar ou postos em governos locais.

Mas é sobretudo no desafio de organizar os trabalhadores e trabalhadoras comunistas nas bases que residem nossas principais dificuldades. Prevalece a não organização em bases, ou então a organização em bases mistas, por local de moradia em geral, muitas vezes amorfa, sem foco definido, que dispersa a atuação e formação do trabalhador e da trabalhadora militante comunista. Não se justifica. É



preciso empenhar os melhores esforços em organizar a militância comunista que é trabalhadora a partir de suas relações de trabalho e principalmente nas empresas. Como nem sempre há condições mínimas iniciais para implantar essa forma avançada, há necessidade de adotar uma ampla flexibilidade de formas organizativas pela base, mas priorizando as relações de trabalho como fator de aglutinação, agregando trabalhadores e trabalhadoras de uma mesma empresa no âmbito da empresa ou no âmbito de seus locais de moradia; trabalhadores e trabalhadoras de uma mesma área de moradia no âmbito do comitê respectivo; trabalhadores e trabalhadoras de um mesmo ramo ou setor de atividade; e até mesmo trabalhadores e trabalhadoras em geral, em bases locais ou municipais, quando não existem condições essenciais para uma base específica na empresa. Com isso, visa-se trazer mais intensamente para o debate partidário a condição do trabalho e da experiência de trabalhadores e trabalhadoras, estimular a que cada militante se esforce para construir o Partido em sua empresa e para que os comitês partidários apóiem melhor o trabalho desses militantes. Essas formas organizativas põem em evidência relações estreitas que podem se estabelecer entre local de moradia e atuação no local de trabalho e não de antagonismo. Do mesmo modo, trabalhadores e trabalhadoras comunistas podem ser agrupados em bases próprias dos movimentos sociais de que participam.

Reiteramos que a forma mais elevada de organização pela base é aquela por empresa. É grande a experiência acumulada até hoje no movimento comunista nesse sentido. Ela permite afirmar que a célula comunista nas empresas é a mais importante organização de base do Partido. Por isso, a constituição de uma célula comunista é um acontecimento importante na história daquela empresa. Porque é nas empresas que os trabalhadores e trabalhadoras passam a maior parte de seu tempo, onde

se vivem os conflitos de interesse com o capital e o capitalismo e se estabelecem laços entre companheiros de trabalho. É, portanto, aí que melhor se desenvolve, na luta, a consciência de classe, a consciência de sua unidade e força. A experiência indica ainda que o mais essencial é que a construção da célula comunista exige quadros. Pode-se dizer então que a flexibilidade organizativa, com formas mutantes de organização, que vão se desenvolvendo conforme avançam o recrutamento e as condições para estabelecer bases por empresas, e o maior empenho de quadros em apoio ao esforço de organizar bases de trabalhadores e trabalhadoras são nossos objetivos organizativos centrais neste momento.

Esse percurso envolve a segunda premissa estabelecida. Trata-se da responsabilidade direta dos comitês municipais, apoiados ativamente pelos comitês estaduais e sob gestão de um plano nacional envolvendo o CC em sua direção executiva. Em cada conferência municipal e estadual há que estabelecer planos de trabalho junto às maiores empresas em cada município, segundo um plano nacional de prioridades. É um trabalho que envolve convergência, inter-setorialidade e planejamento, abarcando praticamente todas as esferas do trabalho de direção, tanto as de ação política e de massas, quanto as frentes internas de estruturação. É preciso superar a prática limitada de departamentalizar ou setorizar os esforços de construção partidária junto aos trabalhadores e trabalhadoras.

Quanto à terceira premissa, envolve o trabalho de planejamento propriamente dito. Um plano nacional de setores estratégicos precisa ser estabelecido, designando os principais ramos e empresas a alcançar com o labor partidário. O planejamento precisa ser feito sem caráter de imediatismo e sem solução de continuidade com os esforços eleitorais sazonais que realizamos. Conta mais a assiduidade e perseverança com que nos dirigimos aos

trabalhadores e trabalhadoras do que mirabolantes planos de ocasião, que depois ficam relegados ao esquecimento.

Em resumo, no atual estágio de estruturação partidária podemos dizer que o essencial a superar é a subestimação do empenho partidário junto aos trabalhadores e trabalhadoras, com adoção de planos de trabalho conseqüentes por parte dos comitês municipais, franqueando formas mais funcionais de organização pela base, a fim de que elas permitam maior organização e formação dos militantes comunistas a partir das relações de trabalho. O passo primeiro e decisivo é que as direções estaduais e municipais devem, em seu planejamento, fazer o levantamento que retrate a situação do proletariado (quantos são no estado, em que setores estão mais concentrados, quantos sindicatos existem, qual o número de urbanos e rurais, quais as maiores empresas, ramos mais significativos) como base para uma intervenção organizada e permanente, segundo um plano nacional controlado a partir do CC. Quanto a este, além de fazer convergir esforços de todas as frentes de atuação e estabelecer um plano nacional de prioridades, precisa realizar o controle regular das ações propostas e de seus resultados. A ação proposta no 1º de Maio, levando A CLASSE OPERÁRIA a centenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras em todo o país, simultaneamente, é um bom exemplo de iniciativa centralizada nacionalmente, que queremos transformar em tradição. Particularmente as secretarias nacionais de organização e sindical, em cada nível, precisam destacar responsáveis diretos por esse controle e prestar contas periódicas ao pleno.

**2º Encontro Nacional sobre Questões de Partido.**

*Belo Horizonte, abril de 2005.*



## Anexo 1 - Alguns temas organizativos em adendo ao documento do 2º Encontro

**A**s premissas estabelecidas acima envolvem nossa experiência que precisa ser aprimorada. Nisso se destaca:

1. Quanto às formas organizativas pela base, em todos os casos, no essencial é preciso lutar por uma boa concepção da vida das células. O papel da célula comunista na empresa é conscientizar os trabalhadores, uni-los em torno de seus interesses e anseios comuns, organizá-los para a luta contra a exploração. Sua meta perene e essencial é crescer e enraizar profundamente o Partido na vida da empresa. Seu trabalho é discutir regularmente a situação existente na empresa e a intervenção dos comunistas nela; para isso, se discutem as diretivas do Partido e a própria situação interna da célula. Isso tudo visa ajudar, na vida coletiva da célula, a formação dos militantes, na medida em que eles vão assumindo posições políticas participando dos debates, tarefas concretas designadas pelo coletivo, prestando contas regularmente de seu desempenho, com espírito crítico e autocrítico. É importante, que toda base eleja seu secretariado, de no mínimo três integrantes, aí incluídos o secretário político, de organização e de comunicação. Isso não é apego formalista. São eles que coordenam as reuniões da base e asseguram a ligação com o comitê correspondente, sem o que o trabalho carece de perspectivas e planejamento mais geral. Em todas, insista-se, há de garantir o acompanhamento do responsável do respectivo comitê, a fim de ajudar a construir as pautas de discussão e garantir o bom desempenho da reunião. Há que encontrar as formas para reuniões objetivas, de curta duração, que controle de fato a execução das tarefas decididas, e onde todos tenham voz para que as reuniões de fato ajudem na formação de uma consciência coletiva, em torno das



novas decisões que se deverão tomar.

2. Há experiências mais avançadas do Partido, em empresas onde temos a direção sindical, que reúnem várias dezenas de trabalhadores. Apontam para a necessidade de encontrar modos mais ágeis de realizar as reuniões. Nesse caso, pode-se organizar subseções da base, cada qual com sua coordenação, todas sob a direção de um único secretariado da base. Outra experiência avançada é a de células de categorias, agrupando trabalhadores de distintos locais de trabalho, mas da mesma categoria (ex: bancários, ferroviários, metroviários, rodoviários, etc.). Têm-se revelado úteis, mas não podem ser generalizadas sem pressupor que seu objetivo essencial é enraizar-se nos setores nevrálgicos da categoria; pode ser útil também aqui se organizar sub-seções para seu melhor funcionamento. Em todos esses casos, estará sob jurisdição do Comitê partidário do município determinado de atuação. Em casos especiais, podem constituir comitês partidários da categoria, asseguradas certas condições: desde que existam organizações de base nos locais de trabalho e desde que não se reduza sua ação à esfera corporativa do sindicato. Cada caso precisa ser ajuizado pelos respectivos Comitês Estaduais, nos termos do plano nacional de prioridades e da massa crítica de presença partidária naquela categoria.
3. Nas categorias onde ocupamos postos de direção sindical, verifica-se em nossa enquete que muitas vezes a militância comunista se concentra nos próprios dirigentes sindicais, levando o exercício da militância a se confundir com a tarefa sindical e, portanto, a reunião do partido se confundir com a reunião de sindicato. Isto significa rebaixamento do papel do Partido, e demonstra que nem sempre utilizamos a atividade de sindicalistas para organizar os trabalhadores no partido e enraíza-lo



4. nas empresas. Dada a autonomia da entidade sindical com respeito aos partidos políticos, nada justifica imiscuir os assuntos de partido com os assuntos sindicais, nem rebaixar aqueles em função destes. Cada esfera tem sua própria indispensabilidade. Por isso, a célula do Partido tem que assegurar seu funcionamento regular e independente do sindicato. Quanto aos diretores sindicais comunistas, devem unificar sua atuação enquanto diretores mediante a fração da diretoria, mas sem que isso substitua sua obrigação de integrar o organismo partidário (célula ou comitê). De todo modo, dado o debate sobre o novo Estatuto no 11º Congresso, devemos examinar melhor o caráter e oportunidade de manter as frações.
  
5. De fato e de direito, o esforço concreto do trabalho partidário junto ao proletariado começa com os Comitês Municipais ou, onde houver, Comitês Distritais. Em cada conferência partidária, há que estabelecer um plano de trabalho junto às maiores empresas locais, segundo um plano nacional de prioridades. Os comitês referidos precisam adotar tais empresas para um trabalho duradouro e regular, procurando se acercar da realidade concreta de cada situação. Quadros integrantes do comitê precisam ser designados como responsáveis pelo acompanhamento desse trabalho, que envolverá contato com os militantes já existentes, acompanhamento de suas reuniões de base, pelo trabalho regular com o sindicato e/ou na própria porta da empresa a partir dos materiais partidários. Um plano conseqüente, com objetivos de curto, médio e longo prazo, precisa ser estabelecido e controlado regularmente pelas reuniões do Comitê. Não há engano possível nessa matéria: essa é uma das maiores e principais responsabilidades de todos e cada um dos comitês municipais e distritais.

6. Os Comitês Estaduais, do mesmo modo, precisam destacar quadros responsáveis por esse trabalho, quer junto às demais instâncias partidárias sob sua jurisdição, quer relativo a ramos de produção ou categorias. Disso se deve prestar contas com regularidade ao conjunto do comitê. Isso favorece o próprio sistema de direção, fazendo com que cada integrante do comitê tenha tarefas pelas quais responda perante o coletivo. Na verdade, esse é um esforço coletivo do comitê que carece de convergência, inter-setorialidade e planejamento. A secretaria de organização, em geral, coordena tais esforços, mas com a condição de envolver todas as frentes partidárias, tanto as de ação política e de massas – secretaria política, sindical, de movimento popular e social, de atividades institucionais -, quanto as frentes internas - finanças, comunicação, propaganda, formação e organização propriamente dita. Isto posto, é errada a noção de departamentalizar os esforços de construção partidária junto aos trabalhadores. Forma particular desse erro é designar a responsabilidade ao secretário sindical. Este, em essência, deve dirigir os comunistas na atividade sindical, particularmente erigir a CSC, sendo portanto um instrumento essencial à construção do Partido, mas que não basta isoladamente para o proposto.

**2º Encontro Nacional sobre Questões de Partido.**

*Belo Horizonte, abril de 2005.*



## A ATUAÇÃO DO PCdoB NOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ATUALIDADE

O Partido Comunista do Brasil tem a convicção de que nossa atuação nos movimentos das massas populares tem caráter estratégico, é imprescindível para o alcance de nosso objetivo programático. Somente no desenvolvimento continuado dessa atividade de massas nosso Partido cumprirá seu papel histórico, pois as massas populares são verdadeiras protagonistas da luta emancipadora.

Essa ação entre os movimentos sociais é sempre política, pois somos um partido político. Daí a necessidade de desenvolvermos as especificidades de nossa linha para esses movimentos como parte fundamental de nossa política. Um esforço coletivo como esse é também teórico, exigindo uma abordagem marxista, brasileira e contemporânea.

Nossa política é uma só e, quando não incorpora ou quando subestima essa importante dimensão da ação partidária, corremos o risco de prejudicar ou até mesmo de truncar o crescimento da influência do Partido no meio do povo. O Partido só influenciará e mobilizará politicamente grandes contingentes se estiver mergulhado nos movimentos sociais.

O trabalho político do Partido nas lutas sociais está intimamente ligado à construção partidária. Comitês e Organizações de Base distantes da vida sócio-política e cultural e da luta do povo brasileiro são como peixes fora d'água.

Em 2005 alcançaremos 20 anos de legalidade do Partido Comunista do Brasil, feito histórico. Nesse período atuamos com mais liberdade, fato ainda mais acentuado no novo



ciclo político aberto com o Governo Lula. Na vida política legal a força do PCdoB não é medida somente pelo desempenho eleitoral, mas também pela influência política, pela capacidade de mobilização de massas e pelo contingente militante, dentre outros fatores.

A presença na direção de entidades e movimentos também expressa nossa força, mas é um meio e não um fim. Precisamos discutir nossa política a partir da realidade do povo brasileiro e de suas lutas, movimentos, ações e campanhas, bem como da perspectiva desses. É através da luta e da própria experiência que se dá o aprendizado das massas populares e o avanço de sua consciência política.

### **Alguns traços dos movimentos sociais no capitalismo contemporâneo**

Os movimentos populares expressam as contradições da sociedade capitalista. Essas contradições específicas estão relacionadas, de forma direta ou mediada, com as contradições de classe. A seguir tentamos fazer uma periodização da história dos movimentos sociais no último século, em cinco grandes períodos:

- a) do final século 19 ao início do século 20, desde a Comuna de Paris até a Revolução de 1917;
- b) a fase da experiência soviética, dos movimentos como organizações de massa de trabalhadores, jovens e mulheres, hoje tidos em geral como “tradicionalis”;
- c) a fase dos anos 60 e 70, quando surgem ou são relançados os “novos” movimentos sociais (culturais, feministas, pela livre orientação sexual, anti-racistas, ambientalistas e outros); nesse período exercem forte influência sobre os movimentos sociais as lutas de



libertação nacional e, em particular, as revoluções chinesa e cubana;

- d) os anos 80 e 90: derrota histórica com a queda da URSS e dos regimes do Leste Europeu; defensiva estratégica; impulso da concepção neoliberal de “sociedade civil” e difusão das ONGs;
- e) virada do século 21, quando ganha força a resistência contra o neoliberalismo e a guerra, os chamados movimentos “antiglobalização” e o Fórum Social Mundial; no Brasil esse período é marcado pela vitória de Lula.

A periodização acima ajuda a entender que as transformações objetivas do capitalismo e as vicissitudes da luta socialista nas últimas décadas modificaram sobremaneira a realidade social e propiciaram o surgimento de novas manifestações subjetivas. Longe de tornar o marxismo e o movimento comunista irremediavelmente defasados, como querem os ideólogos do capital financeiro, esses novos fenômenos confirmam e agravam a crise civilizacional do capitalismo contemporâneo.

No âmbito dos movimentos sociais surgem e são relançados movimentos relacionados a temas como direitos humanos, cultura, orientação sexual, cidadania, etnia/raça (negros, indígenas), e o movimento feminista e de mulheres; difundem-se as ONGs, renovam-se ações sociais voluntárias, comunitárias, cooperativas e de “economia solidária”, entre outras.

Alguns apressam-se em dizer que, com tal fragmentação em novas “identidades” e com a despolitização dos movimentos, os comunistas – ao contrário do que aconteceu durante boa parte do século passado – seriam



incapazes de voltar a ter grande influência nos movimentos, e em particular nos chamados “novos movimentos sociais”. O intelectual Boaventura de Souza Santos aposta que “são tão variadas as lutas e as propostas de resistência que nenhuma vanguarda as pode unificar”.

Nossa tática deve ser a unidade na diversidade, para superar a dispersão e a fragmentação dos movimentos, que são próprias de uma fase de retomada da resistência. Essa situação pode se alterar com o tempo, pois o movimento tende a se unificar e a se politizar. Isso será tanto mais verdadeiro quanto mais gozar de influência a vanguarda comunista.

### **Movimentos sociais e luta de idéias**

A situação atual exige dos marxistas cabeça aberta para entender e atuar nesta nova realidade política e social do século 21, fazendo a análise concreta da situação contemporânea. No processo de reafirmação e atualização do marxismo é preciso ter abertura para compreender os novos fenômenos.

Tratando-se do tema movimentos sociais, é preciso reafirmar e atualizar o marxismo na polêmica com o pós-modernismo multiculturalista, corrente ideológica contemporânea cuja influência é significativa nos movimentos sociais, em termos mundiais e no Brasil. Em polêmica frontal com o marxismo, essa corrente nega as categorias principais da teoria revolucionária.

A luta de idéias hoje é intensa. As forças reacionárias buscam, através dela, neutralizar e desviar a crescente resistência. Por isso intensifica-se o debate sobre a estratégia política, o programa e a classe revolucionária, em como sobre a necessidade (ou não) da conquista do poder político.



Desde o 8º Congresso afirmamos que a frente essencial de luta é a frente teórica, a luta para superar a crise do marxismo. Contribuir para o desenvolvimento da teoria revolucionária é tarefa importante dos comunistas brasileiros. Trata-se de um esforço de abrangência internacional, que compreenderá todo um período histórico, mas no qual é preciso trabalhar desde já.

Lênin, em "O que fazer", já afirmava que "sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário" e que "só um partido guiado por uma teoria de vanguarda é capaz de preencher o papel de combatente de vanguarda". Lênin criticava o "culto da espontaneidade" e a subestimação do fator consciente, representado pelo Partido Comunista. Ao analisar a complexa relação entre o fator consciente e o movimento espontâneo das massas, Lênin definiu o espontâneo como a forma embrionária do consciente. Todo movimento é ao mesmo tempo espontâneo e consciente, relativamente mais ou menos consciente.

Em seu texto "A unidade do movimento comunista", João Amazonas reforça a necessidade de fazermos "grandes esforços no campo teórico, ligado à prática revolucionária, para superar a crise do marxismo (...) A crise do marxismo favorece o culto à espontaneidade no movimento de massas (...) Precisamos usar a linguagem nova da teoria atualizada. Com as velhas fórmulas não se vai adiante". Em outro texto, denominado "Socialismo no século 21", afirma que as lutas espontâneas contra o neoliberalismo irão crescer. "Entretanto" - diz ele - "muitos desses movimentos sociais carecerão de perspectiva política mudancista, enquanto perdure a crise do marxismo".

Uma importante tarefa do Partido é estudar a realidade das classes sociais, em especial o proletariado, e a situação dos movimentos populares no Brasil de hoje, as entidades, as lutas, ações e campanhas e suas perspectivas. O nosso



mergulho nos movimentos sociais só terá fôlego se acompanhado de um esforço teórico coletivo.

O tema dos movimentos sociais polariza as atenções de boa parte da intelectualidade e é um dos elementos centrais do debate teórico-político atual, no Brasil, na América Latina e no mundo.

### **A situação internacional e os movimentos sociais**

Estamos diante de uma nova situação internacional. A ofensiva imperialista em toda a linha é brutal. Ao mesmo tempo, uma nova onda de resistência com variados matizes, formas e conteúdos, contra a globalização neoliberal, acontece em várias partes do mundo, e particularmente na América Latina.

Desde as mobilizações de Seattle, nos EUA, em 1999, contra a “mercantilização do mundo” – que combateram os acordos assimétricos da Organização Mundial do Comércio, a OMC e as transnacionais – até a extraordinária e sincrônica mobilização mundial de 15 de fevereiro de 2003 – outro marco importante da luta contra a globalização neoliberal –, houve um avanço importante da consciência antiimperialista.

O 15 de fevereiro de 2003 foi a maior mobilização simultânea, com a mesma bandeira, em toda a história da humanidade. Ela reuniu milhões e milhões de pessoas em mais de 70 países. A luta anti-imperialista focalizou seu alvo no imperialismo dos EUA, mais precisamente no governo de George W. Bush, recentemente reeleito, e em sua política guerreira.

Criada em janeiro de 2003 em Porto Alegre, durante o 3º FSM, a Rede Mundial de Movimentos Sociais foi a principal organizadora da exitosa mobilização de 15 de fevereiro de



2003. A Aliança Social Continental, que coordena a campanha continental contra a ALCA e que vem realizando encontros anuais em Havana, Cuba, também faz parte da Rede.

Os encontros internacionais de movimentos sociais e o processo do Fórum Social Mundial têm sido, além de uma plataforma unitária dos que lutam contra a globalização neoliberal e imperialista, também um campo da batalha de idéias sobre a alternativa à globalização imperialista.

Em nosso continente vivemos um período de ascenso das lutas contra o neoliberalismo. Em vários países amadurecem condições objetivas que resultam em explosões populares insurrecionais. Com a derrota de alguns governos neoliberais também estamos vivendo novas experiências de governos progressistas que tentam encontrar uma alternativa à política neoliberal, passando inclusive pelo esforço de integração regional. Mesmo assim, essas lutas de resistência e essas vitórias eleitorais não reverteram o quadro geral de defensiva estratégica.

Somos internacionalistas e acreditamos que as mobilizações antiimperialistas são cada vez mais continentais e mundiais. Mas é principalmente no âmbito de cada Estado Nacional que os povos acumulam forças e avançam no rumo do socialismo renovado.

### **A relação partido e movimentos sociais**

Movimentos sociais e mobilização política de massas são conceitos distintos. Os primeiros existem independente da atuação das forças políticas, enquanto que a mobilização política de massas depende, além das condições objetivas, da ação de partidos, de correntes políticas. A diferença fundamental é o elemento consciente, que de nossa parte representa a infusão de nosso projeto político no movimento.



As mobilizações sociais – se não contestam o poder político dos neoliberais e não interagem com os partidos e organizações políticas mediante uma estratégia política comum – na prática e objetivamente acabam sem conquistar o objetivo político maior.

Na América Latina os partidos progressistas e os movimentos sociais tiveram e têm, em geral, relação solidária, intensa e complementar na luta antiimperialista e antineoliberal, inclusive em momentos de viragem política revolucionária.

Os movimentos sociais organizam o povo para lutar pelas suas necessidades e expressam seus anseios com autonomia. Se há papéis distintos, é preciso contudo unidade na luta entre organizações políticas e movimentos sociais. Devemos conceber e praticar a necessária autonomia recíproca entre movimentos sociais e Governo-Estado, entre partidos e Governo-Estado e entre movimentos e partidos.

É necessária uma convivência frutífera entre os partidos antineoliberais e antiimperialistas e os movimentos sociais. Na América Latina as lideranças dos movimentos sociais são em grande parte militantes e dirigentes de forças políticas (de movimentos políticos e partidos).

Um dos casos mais expressivos é o do Brasil. Não por acaso nasceu aqui o Fórum Social Mundial. Partidos e movimentos também participaram unidos da construção da inédita vitória popular de 2002, quando elegemos Lula para a presidência da República.

Ideólogos de inspiração pós-moderna e neozapatista rotulam os partidos como invenções eurocentristas de séculos passados, e reduzem a "forma partido" a uma idéia alienígena imposta aos povos de nossa região.



Propõem também o afastamento das lideranças dos movimentos das “vias institucionais” da política, da luta pelo poder político, que seria inevitavelmente um instrumento de cooptação e traição das reivindicações e da luta dos movimentos. Queiram ou não, na prática aceitam que a burguesia continue no poder.

O líder zapatista Subcomandante Marcos, em entrevista a um jornal mexicano, afirmou: “O fim é diferente. O revolucionário tende a se converter em político, e o rebelde social nunca deixa de ser um rebelde social”.

Não se pode recusar a conquista do poder político para a realização das transformações revolucionárias. O poder dos imperialistas só se enfrenta com um outro poder, com Estados nacionais e com a integração continental, com o poder dos trabalhadores e do povo, e há que se ter uma estratégia nacional para isso, em cada país, ao mesmo tempo em que se deve reforçar a solidariedade e as mobilizações internacionais.

Os comunistas devem mergulhar nos movimentos populares, mas sem cair no espontaneísmo de submeter-se ao “movimento”. Tampouco podem querer submeter os movimentos populares, ferindo sua autonomia.

Em “A Miséria da Filosofia”, Marx assertou: “Não digas que o movimento social excluiu o político. Não há jamais movimento político que, ao mesmo tempo, não seja social”.

### **O povo brasileiro e sua formação sócio-cultural**

A subjetividade do brasileiro inclui valores, manifestações culturais, formas de relacionamento interpessoal, características psicológicas sociais e individuais, etc. Nosso povo é animado por um espírito de rebeldia que pode ser flagrado, de forma límpida e cristalina, em nossa cultura popular.



O Brasil é uma nação forjada pelo povo com muitas lutas e sacrifícios. O processo histórico que foi criando o povo brasileiro, através dos séculos, ainda está em curso. Mesmo ainda em formação, nosso povo já possui uma identidade nacional. Temos uma identidade cultural, falamos a mesma língua, somos um povo-nação, “um povo novo, uno, com um modo original de afirmar sua identidade e assimilar as diferenças” (“500 anos de luta”, documento do Comitê Central do PCdoB).

A mestiçagem, um fenômeno objetivo, é o cerne do processo que nos tornou brasileiros. Independente das aparências físicas diferenciadas – nas quais sobrevivem as ancestralidades de nossas matrizes –, do racismo existente em nossa sociedade e de um variado leque de subculturas regionais, não há grupos étnico-nacionais que disputem autonomia frente à Nação brasileira, como é comum em vários países. As únicas exceções são os indígenas, cujos direitos estão previstos na Constituição.

A vertente do pós-modernismo multiculturalista difundida entre nós pela embaixada dos Estados Unidos da América, sustenta que o Brasil é um país pluriétnico e multicultural. Haveria assim várias identidades culturais e étnicas no Brasil. O imperialismo investe na fragmentação e na segmentação da sociedade brasileira. É a velha política imperial de dividir para reinar.

Remando em sentido contrário, os comunistas lutam para forjar a mais ampla e sólida unidade popular e patriótica, elemento imprescindível para avançarmos na luta antiimperialista e por um Brasil socialista.

### **O conceito de movimentos sociais populares**

O conceito de movimentos sociais precisa ser explicitado para que não haja confusão. Quando nos referimos a movimentos sociais estamos falando de movimentos

sociais populares, ou simplesmente movimentos populares, subentendida aqui a noção marxista de povo.

As categorias trabalho e progresso social são imprescindíveis para a compreensão da noção marxista de povo. Daí porque os pós-modernos trabalham com os conceitos de "cidadão" e de "multidão", negando a teoria marxista das classes sociais.

Enquanto categoria marxista a noção de povo é historicamente concreta e diferente da de população. Na tradição marxista o povo compreende o proletariado e demais classes e camadas sociais interessadas no progresso social, em determinado país e em certo período. Sendo assim, no Brasil de hoje as massas populares são as forças do trabalho e as forças democráticas, patrióticas e progressistas.

Outro conceito muito difundido, inclusive por setores da esquerda, é o de "inclusão/exclusão social", que por vezes também é utilizado para negar o potencial revolucionário do proletariado e para substituí-lo pelos "excluídos", que seriam o novo sujeito revolucionário. A esquerda católica, que adota o conceito de "excluídos", tem contribuído para reduzir a noção de povo e de movimentos populares às camadas pobres e miseráveis da população e seus movimentos.

No Brasil também é comum a mídia referir-se à "classe média", ou "classes A, B, C, D, E", dividindo a sociedade por faixas de renda e/ou escolaridade. Embora a renda possa ser um dos parâmetros para a definição marxista de classe social, termos como "classe média" não correspondem exatamente ao que a teoria marxista das classes define como camadas intermediárias. A dita "classe média" é composta majoritariamente por trabalhadores com um rendimento acima da média. Isso porque no Brasil

os salários são muito baixos, e a renda é muito concentrada.

### **Um breve histórico das recentes lutas de nosso povo**

Entre os últimos anos da década de 70 e o final dos anos 80 o Brasil conheceu um ascenso das lutas populares, a resistência à ditadura militar, a luta pela anistia, por liberdades democráticas e pela Constituinte, o movimento contra a carestia, as grandes greves do ABC paulista, as mobilizações pelas diretas já, a luta para garantir vários direitos democráticos e sociais novos na Constituição de 1988 e a campanha da Frente Brasil Popular.

Já nos anos 90, em geral, houve um declínio das greves e manifestações populares em relação ao período anterior, exceção feita ao movimento do Fora Collor!. Surgiram outras formas de organização popular, como os fóruns, a exemplo do Fórum Nacional pela Reforma Urbana. Os movimentos também envolveram-se mais na elaboração e na participação em políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal, como os conselhos e conferências – destacadamente na área de saúde.

De meados dos anos 90 até nossos dias as maiores mobilizações populares com motivações políticas foram a Marcha dos 100 mil (organizada pelo Fórum Nacional de Lutas em 1999), a campanha pelo Fora FHC!, as lutas contra as privatizações, as três edições do Fórum Social Mundial, os plebiscitos sobre a dívida externa e a ALCA.

Outras lutas específicas aconteceram, com maior ou menor sentido político, como foram as greves e lutas da CUT, as manifestações estudantis pela reforma universitária, por educação pública e passe estudantil lideradas pela UNE e pela UBES, as greves dos caminhoneiros, as jornadas de luta pela terra e pela reforma agrária (MST e Contag,



principalmente), as lutas das mulheres como a Marcha das Margaridas e a conferência nacional que elaborou uma plataforma feminista para as eleições de 2002, a criação da Conen e as atividades movimento anti-racista como a comemoração dos 300 anos da luta de Zumbi dos Palmares, o Grito dos Excluídos, as lutas por moradia conduzidas pela CONAM e outras entidades, e várias outras.

Também houve grandes mobilizações de caráter cultural, como apresentações artísticas vinculadas a movimentos, manifestações religiosas e pelos direitos dos homossexuais, além do 1º de maio da CUT e da Força Sindical. Essas têm sido as maiores mobilizações dos últimos anos.

Desde o Fora Collor!, movimento que resultou no impeachment do presidente Collor de Mello, tivemos inúmeras lutas mas não tivemos mobilizações populares de mesma ou de maior importância política. Vivemos um período de relativo refluxo.

Esse refluxo deve ser avaliado em termos históricos e relativos, pois na década de 90 houve uma corajosa resistência, que realizou várias manifestações politizadas e combativas. É interessante observar a interação cooperativa que houve no Brasil nos anos 90 entre os partidos antineoliberais e os movimentos sociais populares. No Brasil também surgem novos fenômenos na vida social. Movimentos originais despontam; outros são relançados e aparecem como novos. A realidade viva também faz nascer formas organizativas, de manifestação e de luta inéditas. Ao mesmo tempo em que novos movimentos culturais surgem entre os jovens das periferias, as escolas de samba, torcidas de futebol, igrejas e terreiros continuam a ter grande peso na vida social do brasileiro.

Os fóruns e redes se multiplicam, utilizando a Internet

como instrumento de articulação entre os movimentos e as ONGs. Desde os anos 80, com a redemocratização, e em especial a partir da Constituição de 1988, cresceu muito a participação popular em conselhos e conferências de políticas públicas, em especial com o Governo Lula.

### **Maioria do povo não participa de movimentos sociais**

A maioria do povo não participa de movimentos e entidades associativas. Essa afirmação baseia-se nas pesquisas disponíveis, que revelam que a maioria dos brasileiros não tem atividade associativa permanente.

As pesquisas revelam que somente de 10% a 20% dos brasileiros participam de movimentos associativos. Entre as atividades principais estão as de caráter religioso, assistencialista e voluntário, cultural e esportivo. Sindicatos e associações profissionais, entidades comunitárias e estudantis, organizações não-governamentais (ONGs) e conselhos de políticas públicas também são destacados como espaços de participação.

As pesquisas também indicam baixo envolvimento em temas políticos. Menos de 5% participam de partidos. Em geral, o nível de cultura política e de organização da grande maioria de nosso povo é baixo, mesmo com um passado e um presente de rebeldia e lutas sociais.

A grande maioria do povo encontra-se abandonada nas periferias das cidades, sem vivência sócio-política organizada, oprimida e em grande parte marginalizada. Envolver essa massa e organizá-la na luta por reivindicações concretas é um desafio para os comunistas.

A emergência do misticismo e da prática religiosa reforça as igrejas, em especial as evangélicas. O tráfico de drogas e o crime organizado já controlam grandes áreas das

periferias urbanas, cerceando violentamente a democracia nos bairros e manietando as organizações populares.

As reivindicações sociais do povo são destinadas, em geral, a governantes e parlamentares; em menor medida as pessoas buscam organizar-se em algum movimento coletivo. Está claro que os movimentos sociais precisam desenvolver a capacidade de serem canais de luta por essas reivindicações, de participação popular.

### **A força política dos movimentos populares brasileiros**

Apesar do que foi dito acima, o Brasil é tido por muitos pesquisadores como um dos países de maior nível de atuação e de organização dos movimentos populares em nível mundial. De fato, é inegável a força, a riqueza e a complexidade dos movimentos sociais brasileiros. Nossos movimentos sociais revelaram e revelam lideranças e militantes capazes, em quantidade. Contudo, não chegam a envolver e organizar a maioria do povo. Esse é um dos temas que merece maior aprofundamento em nosso debate.

A vitória de Lula em 2002 tem muito a ver com a trajetória de lutas dos movimentos populares brasileiros, e com as grandes mobilizações políticas do povo contra o neoliberalismo e pelas mudanças.

Nos dois primeiros anos de Governo Lula, os movimentos sociais estiveram ativos. Variadas greves e jornadas de luta foram realizadas pelos movimentos organizados, com níveis diferentes de politização. Ainda assim, há muitas dificuldades e por enquanto não se acumularam as condições para grandes mobilizações unitárias de caráter político que possa impulsionar as mudanças.



## **Os comunistas e os movimentos sociais no governo Lula**

De acordo com as resoluções da 9ª Conferência do Partido, somente com mobilização popular poderemos impulsionar o Governo Lula no sentido das mudanças. Os movimentos populares serão imprescindíveis nessa luta política contra o continuísmo. Eles podem representar as forças motrizes da mudança, ajudando na construção de uma nova correlação de forças.

Atravessamos uma transição na qual há luta política e de idéias entre as forças progressistas e os setores conservadores. Como parte dessa luta, está havendo e haverá diálogo democrático com o Governo Lula. A par dos consensos e do diálogo também há e haverá críticas e mobilizações pelas mudanças. Nesse processo é preciso evitar a cooptação, a omissão e o atrelamento, por um lado, e por outro também o voluntarismo, o infantilismo esquerdista e a prática oposicionista em relação ao Governo Lula.

Vivemos um dos momentos de maior democracia na história do Brasil. O ineditismo da situação política que vive o Brasil com o Governo Lula possibilita uma elevação do nível de consciência e organização do povo brasileiro e exige uma nova atitude, uma posição combativa e conseqüente por parte dos movimentos sociais.

Ao mesmo tempo em que devem manter com firmeza sua independência em relação ao novo governo federal – uma posição própria e autônoma, sintonizada com os interesses do povo –, os movimentos sociais devem tensionar pela implementação das mudanças e formular propostas alternativas.

O Partido vem insistindo no fato de que sem mobilização popular o Brasil não realiza o programa de mudanças. Um



movimento cívico de massas é decisivo para obtermos êxito na superação do modelo neoliberal. Para a conquista de um novo modelo de desenvolvimento com soberania nacional, democratização política, valorização do trabalho, distribuição de renda e mais e melhores políticas sociais será necessária a mudança de rumo.

A realidade indica que, na fase atual, a construção de uma alternativa ao neoliberalismo compreende uma luta difícil e prolongada, que pode ir além deste mandato do Governo Lula. Temos o desafio de unir forças políticas, sociais e intelectuais de caráter democrático, patriótico e progressista para assegurar a maioria social, política e parlamentar às forças mudancistas.

Para isso precisamos encarar seriamente, com decisão política, a nossa atuação nas plataformas unitárias dos movimentos sociais, com centralidade para a Coordenação dos Movimentos Sociais – a CMS.

A situação política depois das eleições municipais de 2004 revela um equilíbrio de forças entre os conservadores e os mudancistas. Há um novo quadro político, um realinhamento de forças e antecipa-se o debate sobre as eleições de 2006. Desde a eleição de Lula – a primeira viragem que abriu um novo ciclo histórico – a luta política e ideológica é mais dura. As forças neoliberais tentam voltar em 2006 e as forças da mudança buscam ampliar sua influência, tendo como objetivo uma segunda viragem.

### **Nossa plataforma e nossas bandeiras**

Politizar os movimentos hoje significa relacionar as lutas específicas por reivindicações parciais à luta pela independência nacional e por um projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho. As bandeiras de luta atualmente são parte desse novo projeto



nacional. Além das bandeiras justas e de métodos de organização e formas de luta adequados, eficientes e inovadores são necessários meios de financiamento e base material.

Nossa política para os movimentos sociais não é outra política, mas a mesma defendida pelo Partido, porém com especificidades e mediações, e resguardando a autonomia dos movimentos, para que estes expressem a vontade dos trabalhadores e do povo. Os comunistas defendem a nossa política e disputam a direção das lutas, respeitando a democracia interna do movimento.

O problema maior, para os comunistas, talvez não seja o de compreender a necessidade da autonomia dos movimentos, mas o de como adequar nossa política às especificidades do movimento social. Os movimentos e entidades populares têm autonomia, mas os comunistas que atuam nos movimentos sociais não têm “autonomia” para defender e praticar uma outra política.

Hoje passamos de uma fase de luta de resistência ativa durante os governos neoliberais para uma fase de luta pelas mudanças em um período de transição. Na atualidade, a questão nacional tem centralidade. Uma maior democratização e a ampliação das conquistas sociais somente se darão em um contexto de soberania e independência da Nação brasileira. Sem Estado Nacional não há alternativa ao neoliberalismo.

No novo momento político que vivemos, a plataforma e as bandeiras de luta mudam. Agora é preciso lutar pela implementação de bandeiras da fase anterior e formular novas propostas, articulando todas através do eixo de um projeto nacional de desenvolvimento. As formas de luta e de organização também mudam e precisam ser mais amplas e participativas.



A plataforma com temas candentes definida pelo Partido recentemente e as bandeiras atuais da Coordenação dos Movimentos Sociais são um ponto de partida que temos para definirmos melhor as bandeiras unificadoras para o presente período.

### **Reforçar a atuação do Partido nos movimentos sociais**

É preciso conscientemente conferir maior atenção à atuação partidária nos movimentos populares. É necessário fazer um maior esforço teórico, político e organizativo nesse sentido, e investir mais quadros, meios e recursos.

Para avançarmos na construção de um grande Partido Comunista não podemos ser imediatistas. O trabalho político dos comunistas deve partir de uma visão estratégica, com horizonte histórico, e desenvolver-se pacientemente no sentido de elevar a consciência e a organização do povo.

Nosso trabalho político deve ser pensado, planejado e realizado de forma integral, levando em conta todas as frentes de intervenção política. O trabalho político de massas abrange tanto as mobilizações políticas próprias das bases militantes do Partido quanto a participação política dos militantes comunistas nas organizações e nas lutas populares.

### **Aumentar nossa influência e construir bases políticas de massa**

O Partido ainda é pequeno em termos eleitorais. A par disso, é um dos partidos com maior presença nos principais movimentos sociais, embora ainda não possua grande capacidade de mobilização de massas.



O PCdoB precisa ampliar o raio de sua influência política, construir mais bases próprias de massa identificadas com a sua política e com sua proposta socialista. Essas bases políticas entre as massas são fundamentais, inclusive para aumentar a força eleitoral dos comunistas.

Para ampliar e consolidar essas bases políticas temos que renovar autocriticamente nossas concepções e métodos de trabalho, superando visões elitistas e sectárias, autosuficientes, e concepções espontaneístas. Como canta Milton Nascimento, é preciso ir aonde o povo está, com capacidade de expressar nossa política de forma clara e acessível, realizando um trabalho planejado, tenaz e perseverante.

Necessitamos de milhares de militantes comunistas que sejam tribunos populares, como dizia Lênin, verdadeiros líderes das lutas populares. Estamos propondo um movimento cívico nacional, e para isso precisamos ir muito além de mobilizar personalidades e pessoas de prestígio.

Sem mobilizar as amplas massas nesse sentido não teremos êxito em nosso propósito. E, no caso do Partido, o exemplo para os militantes deve partir sempre dos quadros mais destacados, que devem compreender profundamente e serem capazes de orientar na prática a nossa linha de massas.

### **Os comunistas e a Coordenação dos Movimentos Sociais - CMS**

A história do Brasil está repleta de experiências de unidade popular: campanhas, movimentos, frentes e fóruns que unificaram grandes massas do povo brasileiro em torno da luta pela independência nacional, pela democracia e pela igualdade social.



Durante os anos neoliberais de FHC o Fórum Nacional de Lutas por Trabalho, Terra e Cidadania (FNL) foi a plataforma que unificou os movimentos sociais mais avançados e progressistas. A situação política e a necessidade de resistência ao neoliberalismo levavam a uma grande unidade no posicionamento político.

O FNL era um fórum que claramente fazia oposição às políticas do Governo FHC. Havia diferenças, é óbvio, mas o que prevalecia era a unidade. Fruto também das lutas do FNL – entre as quais se destaca a Marcha dos 100 mil sobre Brasília – e de outras lutas históricas logramos eleger Lula presidente em 2002.

Está em curso um processo de redefinição política e de recomposição dos movimentos sociais, diante do novo ciclo político vivido pelo Brasil. Já na campanha eleitoral de 2002 começou um processo de crescente diferenciação política entre as lideranças e as forças políticas que faziam parte do FNL.

A posição em relação ao novo Governo Lula e ao caráter da transição para um novo projeto nacional de desenvolvimento dividiu as águas. Dessa diferenciação resultaram até agora basicamente três posições políticas e três campos nos movimentos sociais.

A primeira surgiu ainda na campanha eleitoral de 2004 e declara-se abertamente de oposição ao Governo Lula, não enxergando nele qualquer possibilidade de transição. No segundo turno das eleições 2004 pregou o voto “crítico” e o voto nulo e, na prática, ajudou o PSDB e as demais forças de direita. Setores trotskistas, principalmente o PSTU, adotam uma tática de divisão dos movimentos, e anunciaram sua saída da CUT e da UNE.



A segunda não vê necessidade, na prática, de mobilizações populares para impulsionar a transição e as mudanças. Acredita que o Governo Lula fará as mudanças sem precisar das lutas populares, das quais desconfia por achar que toda e qualquer luta de massas deva ter necessariamente caráter oposicionista.

A posição da qual comungam os comunistas parte da consciência de que não há mudanças mais profundas sem a mobilização popular. As lideranças que defendem essa posição apóiam o Governo Lula, lutam para impulsionar a transição para um novo modelo de desenvolvimento com valorização do trabalho, e por isso consideram imprescindível para o êxito do Governo Lula a mudança de rumo.

Dessa posição, e com o apoio dos comunistas, surgiu a Coordenação dos Movimentos Sociais, a CMS, para unificar novamente em lutas comuns, na fase política atual, as mais importantes organizações populares brasileiras. No âmbito da CMS destacam-se a CUT, o MST e a UNE, entre dezenas de outras.

Não devemos poupar esforços para ampliar e fortalecer a CMS, envolvendo outros movimentos e organizações populares. O mesmo deve ser feito nos estados e nos municípios, onde é possível enraizar a Coordenação. Todavia, sem o concurso maior do PT, que é força hegemônica na maioria dos movimentos sociais progressistas no Brasil, a tarefa será mais difícil.

Das entidades nacionais que fazem parte da CMS, o Partido tem participação na direção nacional da CUT, UNE, UBES, CONAM, UBM, Unegro/Conen e Cebrapaz, entre outras.



## **Unificar o trabalho de direção partidária**

A orientação política para os movimentos deve ser parte essencial da direção geral do Partido e de sua tática. Deve ser pautada e discutida nos Comitês do Partido. Entre as reuniões da direção, é importante, no que for necessário, promover a unificação do trabalho partidário de direção nos movimentos sociais, com a articulação entre a Secretaria Sindical, a Secretaria de Juventude e a Secretaria de Movimentos Sociais, em cada nível de direção.

Essas secretarias devem coordenar suas ações e as frações e áreas de trabalho de massas. As medidas concretas propostas em nível nacional, estadual e municipal são:

1. discussão nos Comitês do Partido;
2. coordenação do trabalho partidário de direção nos movimentos, envolvendo as três secretarias ligadas ao trabalho de massas – a Secretaria Sindical, a Secretaria de Juventude e a Secretaria de Movimentos Sociais Populares –, bem como suas comissões e frações;
3. controle da participação e acompanhamento da intervenção dos comunistas na Coordenação dos Movimentos Sociais e nos fóruns e campanhas unitárias, como o processo FSM e a campanha contra a ALCA.

O Partido intervém policamente hoje na luta dos trabalhadores, atuando na Corrente Sindical Classista (CSC); no movimentos estudantil e nos movimentos juvenis, através da União da Juventude Socialista (UJS); mas também atua em variados movimentos. Por isso é importante fazermos uma sistematização inicial agrupando os diversos movimentos populares brasileiros em áreas de trabalho. Entendemos aqui as entidades, campanhas, redes e organizações não-governamentais como formas organizativas, não como áreas de trabalho.

O Partido tem atuação em todas as áreas a seguir, embora com nível bastante diferenciado. As áreas são:

1. movimento sindical dos trabalhadores urbanos e rurais, do mercado de trabalho formal; associações e conselhos profissionais; entidades e movimentos de aposentados;
2. movimento de trabalhadores do mercado informal; de desempregados; de “economia solidária” e cooperativista;
3. movimentos de luta pela reforma agrária e agricultura familiar;
4. movimento estudantil universitário e secundarista;
5. demais movimentos juvenis;
6. movimento comunitário e pela reforma urbana;
7. movimento pela emancipação das mulheres;
8. movimentos pela igualdade racial (principalmente a lutas dos negros)
9. movimento pela livre orientação sexual;
10. movimentos indígenas;
11. movimentos de solidariedade internacional e luta pela paz, e contra o “livre comércio” e as dívidas;
12. educação, ciência e tecnologia;
13. movimento pela saúde pública;
14. micro e pequenos empresários urbanos;



15. esporte e lazer;

16. movimento ambientalista;

17. movimentos em defesa dos direitos da criança e do adolescente, dos idosos, dos portadores de deficiência, dos direitos do consumidor;

18. movimento pelos direitos humanos e contra a violência;

19. movimentos culturais e pela democratização da comunicação.

Inevitavelmente o debate sobre a nossa orientação política para os movimentos populares se defrontará com a necessidade de elaborações temáticas específicas (exemplos: educação, cultura, saúde, habitação e saneamento). Também será necessário formular mais na área de políticas públicas. Daí decorrerá uma cooperação com outras secretarias, como a de Formação, via IMG, e a de Políticas Públicas.

### **Estruturar o Partido na luta**

De acordo com o as resoluções do 1º Encontro Nacional sobre Questões de Partido, “não basta estar presente na luta, mas ter postura ativa, visando infundir nela o protagonismo no rumo do projeto político do Partido”. Ademais, diz o texto, “as funções de direção do Partido para as frentes de luta de massas não são apenas as de dirigir a luta, mas dirigir efetivamente o Partido na luta e, nelas, fortalecer a estruturação partidária”. O Partido só cresce significativamente nas lutas e campanhas de massas.

Um reforço em nossa atuação nos movimentos populares passa necessariamente por um maior investimento de



quadros. Precisamos formar quadros e promover novos quadros, além de distribuir melhor os quadros, sobretudo os mais preparados, entre as tarefas de direção executiva do Partido, de direção dos movimentos sociais e de atuação governamental e parlamentar.

“Partido para a luta e na luta estruturar o Partido”, com essa insígnia precisamos estruturar um Partido Comunista de militantes com maior protagonismo político nas atividades e mobilizações dos trabalhadores e do povo. Nesse sentido é preciso organizar a militância na base de acordo com a sua atividade política concreta, não separando a atuação política da militância da estruturação partidária.

***Encontro Nacional sobre a atuação do Partido nos  
Movimentos Sociais***

*São Paulo, 10 a 12 de dezembro de 2004.*

## ENCONTRO NACIONAL “PARTIDO E JUVENTUDE”

A vitória da Frente Lula Presidente abre uma nova fase da história política brasileira. Há a possibilidade de consecução de um projeto democrático, nacional-desenvolvimentista. Desse projeto de reconstrução nacional fazem parte a recomposição do Estado Nacional e um novo modelo de desenvolvimento baseado no mercado interno e tendo como objetivos a valorização do trabalho, a geração de empregos e a distribuição de renda. Diante da inédita vitória político-eleitoral e das resoluções da 9ª Conferência, temos novos desafios e tarefas para impulsionar as mudanças e garantir o êxito do Governo Lula, e construir o Partido e a UJS nesse processo.

Recentemente tivemos vitórias excepcionais dos comunistas. Nossa vitória no 48º Congresso da UNE e no 35º Congresso da UBES neste momento político importante soma-se a outras em 2003. Nossa política foi testada e aprovada. Avançamos na CUT, consolidamos a nossa influência no movimento estudantil e realizamos uma vitoriosa 9ª Conferência Nacional. O momento é de expansão e fortalecimento do Partido Comunista do Brasil e da União da Juventude Socialista, de muitas possibilidades.

Estamos diante de uma nova situação. A ofensiva imperialista em toda a linha é brutal. Ao mesmo tempo uma nova onda de resistência acontece em várias partes do mundo. Com variados matizes, formas e conteúdos, crescem as mobilizações contra a globalização neoliberal e imperialista.

A presença juvenil nas maciças mobilizações pela paz e contra a guerra imperialista pelos quatro cantos do planeta e no Brasil tem sido marcante. O mesmo vem ocorrendo



nas mobilizações políticas do povo brasileiro pelas mudanças.

Há um grande sentimento de civismo e esperança, e uma forte vontade de participação nos jovens. A juventude foi força importante na vitória de Lula. Na campanha eleitoral os jovens foram os maiores entusiastas, os maiores índices de votação de Lula foram entre os jovens. Se dependesse dos jovens somente, Lula estaria eleito no primeiro turno.

O centro da nova tática partidária é o êxito do governo Lula na condução das mudanças. É uma grande possibilidade democrática e de liberdade política que se abre para os comunistas acumularem forças no seio do povo e do novo governo. O novo governo tem compromisso com as mudanças, mas tem limites de poder. Vive uma contradição entre a mudança e a continuidade, permanece preso à política econômica anterior e assumiu compromissos na campanha eleitoral desde a “Carta ao povo brasileiro”, diante da crise financeira e cambial vivida pelo país.

A trajetória dos movimentos sociais no Brasil é marcada pela luta por um outro projeto de desenvolvimento, patriótico, democrático e popular. Os movimentos populares serão imprescindíveis nesta luta política da mudança contra a continuidade, poderão ser as forças motrizes para a mudança, na construção de uma nova correlação de forças.

### **Fortalecer o PCdoB e impulsionar as mudanças**

O fortalecimento do PCdoB se coloca como primordial para termos êxito nessa nova situação política, e mesmo para o avanço do movimento mudancista. Precisamos de um novo ímpeto realizador no Partido, planejar e pôr em prática um ousado plano de fortalecimento e expansão do Partido no



biênio 2003-2005.

O Partido precisa ser mais protagonista na luta política e social. O coletivo partidário precisa assimilar rapidamente as resoluções da 9ª Conferência, dar mais atenção à elaboração teórica e à luta de idéias para estarmos à altura das exigências do momento.

A situação é inédita e complexa, por isso vamos precisar de muito debate de nossa orientação política, inclusive para os movimentos juvenis, e também de muita unidade do Partido. Aspecto importante é a discussão da tática e dos objetivos eleitorais para 2004.

Mergulhar nos movimentos sociais é imprescindível para a nova fase de acumulação de forças do Partido, é a fonte principal de onde sairão os novos contingentes militantes e nossos futuros quadros. Os comunistas devem intensificar a sua ação política de massas, renovando as bandeiras, as formas de luta e participação e os meios necessários.

Ampliar a força militante e estruturada do Partido, em quantidade e qualidade. Para esse novo tempo vamos precisar de uma militância numerosa e organizada, e de quadros para renovar e fortalecer as direções partidárias

### **O trabalho do PCdoB com a juventude na nova situação política**

Este Encontro Nacional do PCdoB "Partido e Juventude" visa discutir a avaliação de nosso trabalho desde o relançamento da UJS, em 1996, e principalmente elaborar e discutir as perspectivas desse trabalho para os próximos anos. Assim poderemos contribuir no debate sobre a nova orientação política e na implementação do 5º Plano de Estruturação Partidária correspondente ao biênio 2003-2005.



Reafirmamos a validade e a atualidade dos fundamentos de nossa política para a juventude, consubstanciados nas resoluções dos 9º e 10º Congressos do Partido e do Comitê Central de 1996 e 1999. Nossa trajetória nesta frente desde a legalidade do Partido é exitosa.

Entretanto, a nova situação política e a alteração da nossa tática a partir da 9ª Conferência Nacional tem implicações no trabalho partidário com os jovens. Vivemos a maior vitória das forças populares de nossa história. Precisamos capitalizar política, ideológica e organizativamente na juventude este ambiente político novo, de mudanças, que se abre com o Governo Lula. Para isso é preciso sermos críticos e autocríticos para enfrentarmos as nossas debilidades e insuficiências e avançarmos ainda mais. Nada está parado, e o que não se renova e avança, retrocede.

### **Avançar na ação política de massas e na construção da UJS nos movimentos juvenis**

O momento exige um maior protagonismo da UJS na política de massas, uma atualização das bandeiras e das formas de luta e a definição de mais agendas de mobilização. Cada vez mais a UJS precisa ser uma organização juvenil de massas, atuando nos vários movimentos juvenis, com ampla influência de massa e organizando núcleos (principalmente entre os estudantes).

Em termos de ampliação, é fundamental a atuação da UJS entre os jovens trabalhadores (inclusive desempregados), contribuindo assim para construir o Partido entre o proletariado, nos principais ramos, categorias e empresas. Essa atuação da UJS deve ser articulada com um incremento do trabalho do movimento sindical e da Corrente Sindical Classista - CSC com os jovens trabalhadores.



É preciso desenvolver ações que possam efetivamente incorporar mais mulheres nas direções da UJS e dos movimentos juvenis, já que elas são maioria nas atividades e manifestações.

Um gargalo evidente que retarda a construção da UJS é falta de recursos financeiros. Para enfrentá-lo será preciso tratar as finanças da UJS como uma atividade política e permanente, e o Partido deve auxiliar as frações da UJS a constituírem uma política própria de finanças para a organização juvenil.

Devemos valorizar ainda mais a unidade e a politização dos movimentos populares no próximo período e a participação da UJS e das entidades e movimentos juvenis nas articulações e nas mobilizações unitárias dos movimentos populares como a Coordenação dos Movimentos Sociais - CMS, os comitês da campanha contra a ALCA e as atividades do Fórum Social Mundial. Esse esforço envolve todos os nossos níveis de atuação: nacional, estadual, municipal e local.

O ineditismo da situação política que vive o Brasil com o Governo Lula possibilita uma elevação do nível de consciência e organização da juventude brasileira e exige uma nova atitude, uma posição combativa e conseqüente do movimento estudantil e dos movimentos juvenis. Ao mesmo tempo em que devem manter sua independência em relação ao novo governo - uma posição própria e autônoma, sintonizada com os interesses jovens, os movimentos juvenis devem lutar pela implementação do programa de mudanças aprovado pelas urnas e formular propostas alternativas.

Estamos em fase nova da resistência contra o neoliberalismo, na qual lutamos pelas mudanças em um período de transição. A plataforma, as bandeiras e



propostas mudam. Agora é preciso lutar pela implementação de bandeiras da fase de resistência e formular novas propostas. As formas de luta agora devem ser mais afirmativas e as formas de organização precisam ser mais amplas e participativas.

Hoje, ampliar e consolidar a nossa influência na juventude brasileira passa pelo enfrentamento de um debate ideológico sobre os movimentos sociais e a militância juvenil, que envolve a luta contra concepções pós-modernas, neoliberais, reformistas e até neoanarquistas.

As principais bandeiras que o Partido deve levantar nos movimentos juvenis são: a luta pela paz e contra a guerra imperialista; a integração da América Latina e a defesa do Mercosul; a campanha contra a ALCA; a não inclusão dos serviços educacionais nos acordos da OMC; a luta por um projeto nacional de desenvolvimento, pela redução da jornada de trabalho e por emprego para os jovens (primeiro emprego); a educação pública; a defesa da cultura popular brasileira; a ciência e a tecnologia ligadas ao desenvolvimento nacional; a democratização da prática esportiva; a mobilização dos jovens em campanhas cívico-sociais como o Analfabetismo Zero e outras com inspiração no Projeto Rondon.

Com relação às importantes eleições municipais de 2004, é necessário elaborarmos uma orientação para o Partido sobre a campanha eleitoral entre os jovens, e a relação Partido e UJS na campanha. As orientações próprias da UJS estão sendo discutidas no processo do 12º Congresso da UJS.

A propaganda do socialismo entre os jovens é necessária para relacionar corretamente a nossa tática atual à nossa estratégia.



## **A juventude é estratégica para a luta política e para a construção partidária**

A resolução da 9ª Conferência Nacional diz que “os eixos fundamentais do crescimento estabelecidos no 10º Congresso permanecem válidos: esforço prioritário junto aos trabalhadores, à juventude e à intelectualidade avançada, nos grandes centros do país, a partir dos maiores municípios em cada Estado.”.

A juventude é uma área estratégica de trabalho partidário, ao lado do proletariado e da intelectualidade. É preciso extrair todas as consequências dessa afirmação. E uma forte influência entre a juventude significa uma maior influência futura entre os trabalhadores e intelectuais.

Os dirigentes do Partido em todos os níveis precisam dominar mais a nossa política para o trabalho com a juventude. Há graus bastante diferenciados de compreensão e assimilação de nossa política. Por isso temos que pautar esse debate nas instâncias partidárias (Comitês e Comissões Políticas) dos Estados, para avaliar a situação do trabalho e as perspectivas políticas da frente, com o acompanhamento do Comitê Central. Os Comitês Estaduais devem acompanhar essa discussão nas instâncias partidárias dos 66 maiores Municípios e capitais.

A UJS tem se mostrado um poderoso instrumento para ampliar a influência política e ideológica e para a construção do Partido. Mesmo assim, parte das direções partidárias ainda revela certa subestimação do trabalho com a juventude, do que já conquistamos até agora e do enorme potencial existente. A autonomia orgânica em alguns Estados e Municípios se traduz em certo abandono da UJS pelo Partido. A direção partidária muitas vezes não é exercida coletivamente. Temos que pautar mais nas

direções o debate sobre a orientação para o trabalho juvenil.

É necessário reforçar a direção política e ideológica do Partido e ao mesmo tempo a autonomia orgânica e a liberdade de iniciativa da UJS.

Compreendendo a juventude como estratégica para a luta política e para a construção partidária, enunciamos outros objetivos e orientações para o trabalho partidário com a juventude para o próximo biênio 2003-2005:

1. Aperfeiçoar o trabalho de direção. Orientar mais e melhor, política e ideologicamente, o trabalho do Partido entre a juventude, renovando essa orientação de acordo com a nova situação política e tornando mais coletivo o debate sobre a nossa política para a juventude. Pautar esse debate nos Comitês Estaduais e 66 Comitês Municipais das capitais e dos maiores Municípios, definindo Secretários de Juventude nos comitês.
2. Ampliar a força militante do Partido entre os jovens da UJS, com mais comunicação e propaganda do Partido para a juventude e mais filiações de jovens da UJS ao Partido.
3. Mais vida partidária e formação para os jovens comunistas, quadros e militantes. Os jovens comunistas da UJS precisam participar mais da vida partidária, especialmente através das OBs e Comitês do Partido, e de acordo com a nossa atual política de organização para esses jovens. Para o jovem comunista, fazer parte de uma Organização de Base (OB) é importante para a sua formação teórico-ideológica e para a sua participação no debate político partidário.



4. Jovens comunistas da UJS com tarefas da UJS. Aprofundar e controlar a orientação para os jovens comunistas que realizam atividade juvenil, inclusive os novos filiados ao Partido, terem a tarefa partidária (definida pela OB e/ou Comitê que participam) de militar na UJS, não assumindo tarefas executivas de Partido em sua OB e/ou Comitê. Essa é uma medida decisiva para o novo impulso de consolidação do projeto da UJS.

5. Manter os principais quadros jovens na UJS. Definir política de quadros para os jovens comunistas dirigentes da UJS e perspectivas para quando saem da UJS. São muitos quadros com experiência de trabalho político de massa.

6. Políticas Públicas de Juventude. Sistematizar e avançar na elaboração e na atuação do Partido em Políticas Públicas para Juventude (PPJ), nos governos e parlamentos.

7. CEMJ e revista. Desenvolver esforço teórico sobre a temática juvenil e sobre a juventude brasileira, através do Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ) e de uma revista teórica e política.

### **Aperfeiçoar o trabalho de direção**

O trabalho de direção na área da juventude tem certa desenvoltura no aspecto político, é insuficiente no aspecto ideológico, mas é muito embrionário no aspecto organizativo.

De responsáveis pelo trabalho com os jovens no Comitê Central e nos Comitês Estaduais, quase sempre acumulando outras tarefas, passamos mais à frente a contar, a partir de final dos anos 80 e início dos anos 90, com Comissões de Juventude para auxiliar o responsável.



Essas Comissões de Juventude eram formadas quase que exclusivamente por jovens até 29 anos. Quando do relançamento da UJS elas foram extintas e os seus quadros foram incorporados às direções da UJS.

A partir daí foram sendo criadas as Secretarias de Juventude nos comitês partidários, convivendo ainda com uma maioria de casos nos Comitês Estaduais onde há responsáveis pelo trabalho com a juventude que acumulam outra tarefa. Atualmente a criação de Secretarias de Juventude, específicas, é uma tendência e vários Comitês Estaduais, Municipais e Distritais já constituíram esta secretaria.

Hoje quase todos os Comitês Estaduais têm um Secretário de Juventude. O próximo passo a ser dado durante o plano bienal 2003-2005 é definir um Secretário de Juventude nos Comitês Municipais, nos Municípios com mais de 200 mil eleitores e nas capitais. Depois precisamos alcançar os Municípios com mais de 100 mil habitantes.

Pela importância relativa da militância jovem no PCdoB, e pelo enorme potencial para a expansão e o fortalecimento partidário através da frente, as Secretarias de Juventude, e não mais os "Responsáveis", são uma exigência do estágio de desenvolvimento do trabalho nessa área. Mesmo no nível de Comitê Distrital ou de OB, onde for possível, podem ser constituídas as Secretarias de Juventude.

As principais atribuições dos Secretários de Juventude são: orientar política e ideologicamente e acompanhar a atividade da UJS, que precisa ser planejada, e orientar as lutas estudantis e juvenis, as eleições e congressos; interagir com as demais secretarias para estimular a construção partidária entre os jovens; acompanhar a atividade partidária em Políticas Públicas de Juventude (PPJ), em sintonia com a secretaria responsável pela



atuação governamental e parlamentar; e estudar a temática juvenil e a realidade da juventude brasileira e do Estado/Município.

Os Secretários de Juventude devem ser da Comissão Política, ter capacidade política e ideológica para dirigir nosso trabalho juvenil, não estar mais militando na UJS e preferencialmente ter mais de 30 anos. Uma certa maturidade é condição para esta tarefa de direção do Partido. Jovens dirigindo jovens da mesma geração é normal na UJS, mas não na direção do trabalho de juventude do Partido. É melhor que os Secretários de Juventude não acumulem outra secretaria e que tenham afinidade com a frente.

Pela mesma razão da extinção de Comissões de Juventude, não é adequado que o Secretário de Juventude seja dirigente da UJS. Esta medida pode significar o rebaixamento da tarefa de direção partidária na frente. Não recomendamos a recriação das Comissões de Juventude e reafirmamos o papel auxiliar das frações da UJS.

É fundamental que os Secretários de Juventude dediquem-se a conhecer em profundidade a nossa política e o nosso trabalho com a juventude.

### **Ampliar a força militante do Partido entre os jovens da UJS**

O Partido deve aproveitar mais para crescer em meio a esse trabalho político extenso e amplo que a UJS realiza nos movimentos juvenis, superar a desconexão entre a militância juvenil e a vida partidária. Isso ocorre por insuficiência da UJS enquanto escola de socialismo e também por debilidade do Partido em absorver e



galvanizar essa influência da UJS para a estrutura partidária.

Quando bem conduzido, a UJS é um instrumento poderoso para a construção partidária. Na maioria dos Estados e Municípios a UJS foi criada por orientação das direções do Partido. E onde a organização juvenil não existe ainda o Partido precisa criá-la. Há vários exemplos interessantes de Estados e Municípios nos quais o Partido foi formado a partir dos militantes da UJS. É o caso do Estado do Amapá, e mais recentemente o Município de Poços de Caldas, em Minas Gerais.

A militância na juventude é transitória. Enfrentar o problema dos quadros e militantes que se afastam do Partido quando saem da UJS e evitar o entra-e-sai de jovens do Partido são problemas acima de tudo políticos que precisamos enfrentar oferecendo perspectivas políticas para os jovens militantes, preparando-os para a vida inteira e não apenas para um período da vida, a juventude; ajudando-os a adequar melhor a militância, o estudo e a preparação para a vida profissional.

Ainda para combater o entra-e-sai, fenômeno que é mais acentuado entre os jovens, precisamos de uma política de organização mais desenvolvida, com a definição de papéis para os Comitês e as OBs.

No mesmo sentido, temos que aproveitar melhor os quadros jovens quando saem da UJS. Uma boa parte dos melhores quadros assume tarefas de assessoria parlamentar ou em governos. É preciso reforçar também as direções executivas do Partido e a nossa atuação entre os trabalhadores, na frente sindical.



## **Mais vida partidária e formação para os jovens comunistas**

De 1996 a 2003 houve um avanço no trabalho ideológico com os jovens. Contudo, este trabalho ainda é tímido quando nos deparamos com os limites concretos que encontramos na formação teórica-ideológica da nova geração de comunistas. Em geral, nossos militantes jovens são lideranças políticas talentosas e dominam razoavelmente a nossa política, mas isso não é suficiente.

Os jovens militantes comunistas, além da pouca vivência, estão mais expostos à luta ideológica. Se considerarmos os universitários, que atuam em centros de produção do conhecimento e de intenso debate de idéias, a pressão é ainda maior.

Entendendo a formação de maneira ampla (no aspecto ético, cultural, teórico e político), ela se dá pela participação na vida partidária, com o estudo individual, a participação nos cursos do Partido, a convivência e o exemplo dos dirigentes partidários, e também com a militância na UJS.

O Partido precisa investir mais na formação dos jovens comunistas, estimulando a participação desses jovens que atuam na UJS nos cursos e nas atividades de formação do Partido. Também têm grande importância as atividades específicas de formação partidária para esses jovens como sessões de estudo programado, seminários, debates, encontros, reuniões de fração preparadas com este objetivo. Além, é claro, da atividade própria de formação da UJS.

Devemos incentivar e controlar a participação dos jovens nos cursos para quadros da Escola Nacional e nos cursos em outros níveis.



O Partido precisa afirmar a sua identidade perante a juventude, isso faz parte da luta pela hegemonia. Nesse sentido é fundamental fazermos mais comunicação e propaganda do Partido para os jovens, para aumentarmos a influência política do Partido entre os jovens. Tivemos 2,25% dos votos para a Câmara dos Deputados nas eleições de 2002. Segundo pesquisa do IBOPE, o PT tem 38% de simpatia entre os jovens de 16 a 24 anos, enquanto o PMDB vem em segundo com 13% e o PCdoB tem pouco mais de 1%. Nas demais faixas etárias o PCdoB aparece com menos de 1%.

Na pesquisa sobre o Partido e a sociedade brasileira, vamos conhecer melhor e cientificamente a opinião dos jovens brasileiros sobre o Partido.

### **Jovens comunistas da UJS com tarefas da UJS**

Para avançarmos na construção da UJS temos que dar mais um passo decisivo. Precisamos aprofundar as resoluções do relançamento da UJS, sendo conseqüentes com elas neste novo momento, neste novo impulso da construção da UJS. Segundo resolução do Comitê Central de 1999, "os jovens comunistas que realizam atividade juvenil (...) se organizam no Partido e na UJS, portanto, em duas organizações, mas sua tarefa definida pelo Partido (inclusive pela OB da qual participa), é atuar e militar no cotidiano nos núcleos e direções da UJS".

Aprofundar esta orientação é decisivo para esta fase de consolidação do projeto da UJS. Devemos dedicar grande atenção à sua concretização. Quando os jovens comunistas que militam na UJS assumem tarefas executivas em suas OBs e Comitês do Partido, em geral dedicam-se mais a essas tarefas do que à tarefa de atuar na UJS, o que pode dificultar e até inviabilizar a construção da UJS. Esses jovens devem ter tarefas executivas somente nas direções da UJS e dos movimentos juvenis.

O Partido deve estar atento para evitar distorções como a



reprodução, pela UJS, das mesmas formas organizativas do Partido, o que inviabiliza o projeto da UJS.

Um problema que persiste é o de OBs por local de estudo, em escolas e universidades, criadas e mantidas como OBs de jovens estudantes. As resoluções do Partido não permitem essa possibilidade, que está em desacordo com a nossa política para a juventude, e atrasam a construção da UJS, e em última instância do próprio Partido.

Outro desafio é estimular com ousadia a filiação de jovens ao Partido, vinculá-los a uma OB e encaminhar os que realizam a atividade juvenil para militar na UJS.

### **Manter os quadros jovens por mais tempo na UJS**

A UJS é baseada na experiência política de luta do povo brasileiro, é uma solução organizativa adotada em função de uma ousada linha de massas no trabalho com os jovens, não copia os modelos clássicos, é solução brasileira e inovadora no movimento comunista internacional.

O Partido e a UJS são duas organizações com sua própria militância, foi esse o conteúdo dado à autonomia orgânica da UJS. Se não é fácil construir o Partido, organização que tem a primazia entre as duas, que conta com quadros maduros, construir a UJS com estabilidade (dada a instabilidade própria da juventude) é muito mais difícil. Temos que reafirmar a orientação para os jovens comunistas que realizam atividade juvenil militarem na UJS, mantendo os quadros jovens do Partido por mais tempo nas direções da UJS.

Quando e onde for preciso, reforçar as direções da UJS com os melhores e mais experientes quadros jovens do Partido, principalmente em nível nacional e nos Estados e Municípios onde o Partido é mais estruturado.



O maior ou menor investimento do Partido para a construção da UJS é medido em quadros jovens, especialmente os quadros entre 25 e 29 anos, sem os quais, nas condições de hoje, prenhe de possibilidades, não é possível construir a UJS que o Partido precisa. Grande parte do sucesso do relançamento da UJS está relacionado à correta aplicação desta orientação.

O Partido em todo o Brasil apresenta diferentes níveis de maturação e estruturação. A tensão dialética fruto da orientação de dupla organização (Partido e UJS) para os jovens comunistas é permanente. Por um lado não podemos querer ajustar artificialmente uma norma à realidade objetiva, e por outro também não podemos burlar a orientação e não aplicá-la. Quanto maior o nível de estruturação do Partido, mais condições temos para aplicar a diretiva.

É importante formar e promover os quadros mais jovens, futuros dirigentes do Partido. Prepará-los, ou seja, preparar o futuro próximo, é tão importante quanto a luta presente. É possível promover os jovens mesmo mantendo-os na tarefa partidária de direção da UJS, que é uma tarefa de grande responsabilidade.

A promoção de quadros mais jovens deve ser feita sem esvaziar a UJS, sem retirar da organização juvenil os seus melhores e mais experientes dirigentes. Estes, se for necessário, devem atuar na UJS até os 29 anos.

A política de quadros para os jovens comunistas que militam na UJS, especialmente para os quadros de 25 a 29 anos, é parte importante da construção partidária. Uma justa política de quadros é realizada de acordo com os objetivos estratégicos para a construção partidária e segundo um plano de construção partidária. Não podemos



ser imediatistas, só ver o curto prazo, é preciso ter visão estratégica, de médio e longo prazo.

Esta política de quadros do Partido para os jovens comunistas envolve os seguintes aspectos:

1. Conhecimento dos quadros jovens - conhecer as qualidades e características dos quadros jovens e fazer avaliação contínua, objetiva e multilateral desses quadros, através de um trabalho de "inteligência" do Partido e da UJS.
2. Formação dos quadros jovens - estimular a participação dos jovens nos cursos e nas atividades formação do Partido e promover atividades específicas para os quadros jovens; orientar e controlar a sua participação na luta política.
3. Seleção e promoção - definir critérios políticos e ideológicos para a seleção e promoção dos quadros jovens, e promovê-los enquanto exercem tarefa na UJS para não debilitar a organização juvenil (uma das formas de promoção é a eleição de jovens para os Comitês do Partido); renovar as direções do Partido com a promoção de quadros jovens que saem da UJS.
4. Distribuição dos quadros jovens no Partido e na UJS - a tarefa dos quadros jovens na UJS deve estar de acordo com as qualidades e características destes; na UJS cada quadro deve ter uma tarefa prioritária (na direção executiva da UJS ou na direção de determinado movimento juvenil); aproveitar melhor os quadros jovens quando estes saem da UJS, segundo prioridades definidas no plano de construção partidária.



5. Acompanhamento dos quadros jovens - dar atenção política e pessoal aos quadros jovens; acompanhar a trajetória política desses quadros e zelar pelo seu desenvolvimento; acompanhar os casos de semi-profissionalização e de profissionalização; orientar a perspectiva de militância dos quadros jovens; discutir com os quadros jovens sua formação educacional e profissional relacionadas com a perspectiva de militância.

A Secretaria de Juventude do Comitê Central fará, em conjunto com a Comissão Nacional de Organização (CNO), um grupo de trabalho para realizar um estudo específico e um controle sobre o perfil dos jovens comunistas (quadros e militantes), sua participação nas OBs e sua militância na UJS, a partir dos cadastros partidários e da UJS disponíveis, e aproveitando o 1º Censo do PCdoB.

Este grupo de trabalho com a CNO deve ainda fazer sugestões sobre política de organização, avaliar as OBs por local de estudo (escolas e universidades) e situações de municípios do interior, e dar passos na elaboração de uma política de quadros para os jovens comunistas que militam na UJS.

### **Políticas públicas de juventude**

As políticas de juventude abordam, entre outras dimensões da vida do jovem: educação; trabalho; cultura e comportamento; esportes e lazer; características socio-demográficas; ciência e tecnologia; meio ambiente; saúde; violência; sexualidade; drogas; e religiosidade.

As Políticas Públicas de Juventude (PPJ) envolvem principalmente a conquista de direitos para a juventude e a instituição de canais de participação e interlocução dos jovens junto à esfera pública.



Com a vitória das forças democráticas e progressistas em 27 de outubro de 2002 e a ascensão de Lula à Presidência da República, a luta pela realização e execução das PPJ ganhou nova dimensão e possibilidade. As formulações e experiências em PPJ já vinham crescendo no Brasil nos níveis municipal e estadual desde os anos 80 e, principalmente, na segunda metade da década de 90.

As PPJ devem ser compreendidas como parte integrante da luta por um novo modelo de desenvolvimento econômico e social, pela recomposição do Estado nacional e pelo reforço de autênticas políticas sociais.

A manutenção e a ampliação de nossa influência na juventude passa hoje também pela nossa participação nas estruturas governamentais de PPJ nos níveis nacional, estadual e municipal. O PCdoB já atuou e atua com políticas públicas para esse setor em parlamentos no nível federal, estadual e municipal, e em prefeituras e governos estaduais. O Partido já teve e tem várias responsabilidades em vários governos municipais e estaduais, e em vários conselhos, com destaque para a Coordenadoria de Juventude do Estado do RJ.

No Governo Lula temos participação nos Ministérios do Esporte, da Educação e da Cultura. Na Câmara dos Deputados foi criada uma Comissão Especial de PPJ, e uma Frente Parlamentar em defesa das PPJ, das quais a nossa bancada federal participa. A Comissão discutirá um Estatuto da Juventude e um Plano Nacional de PPJ.

Precisamos sistematizar as nossas experiências e mapear a nossa participação atual para elaborar e unificar nacionalmente uma orientação mais desenvolvida do PCdoB para as PPJ no Brasil. Para isso faremos um banco de dados nacional.



O Programa de Governo do Presidente Lula contempla as principais preocupações dos jovens brasileiros e duas importantes iniciativas foram tomadas, o Programa Primeiro Emprego e discussão novo Plano Plurianual, o PPA 2004-2007. No entanto, é preocupante a ostensiva presença do Banco Mundial nos debates sobre PPJ do novo governo.

Estão em debate com os partidos e os movimentos juvenis as iniciativas e políticas que orientarão as ações governamentais sobre juventude no PPA.

O destaque para o tema do emprego para a juventude foi uma vitória da UJS ainda durante a campanha eleitoral. O Primeiro Emprego foi lançado pelo governo e será executado em três frentes de ações: a inserção no mundo do trabalho através de estágios e empregos com incentivo às empresas, garantindo os direitos trabalhistas dos jovens; a preparação para o emprego com a qualificação profissional e para o trabalho social comunitário remunerado; e a participação social, com a criação de uma rede nacional e de comitês estaduais e municipais de emprego para a juventude. É emergencial e insuficiente o programa, mas foi marco importante e abriu um debate nacional sobre a construção de uma política nacional de trabalho para a juventude brasileira.

No que diz respeito à juventude, o governo FHC teve como marca a implementação de políticas sociais de alcance limitado, sujeitas a cortes e contingenciamentos, além de desarticuladas, fragmentadas e dispersas por diversos ministérios e órgãos federais. Outra marca foi a falta de relação com o movimento juvenil, revelando a face autoritária e arrogante do governo FHC.

Defendemos que o novo governo comporte em sua estrutura órgãos de promoção de políticas públicas para a



juventude e de interlocução e diálogo com o movimento juvenil e a sociedade civil.

Propomos a criação de uma Secretaria Nacional de Políticas de Juventude, como órgão do Poder Executivo, para a execução e articulação das políticas governamentais de juventude. Ao lado dessa estrutura executiva deve ser criado o Conselho Nacional de Políticas de Juventude, um órgão de Estado para enlace entre o Poder Executivo, os movimentos juvenis e a sociedade civil.

É importante que prevaleça a postura frentista na composição dos órgãos governamentais de PPJ no Governo Lula. A disputa principal pela hegemonia hoje é entre a mudança e a continuidade, a disputa não pode se dar entre as forças políticas aliadas, e esses órgãos não podem ser monopolizados por um único partido da coalizão governista. Os movimentos juvenis devem ser respeitados em sua autonomia e independência, sem qualquer ingerência governamental.

### **O CEMJ e a revista teórica e política sobre juventude**

Estudar mais a temática da juventude, a história de lutas e a realidade da juventude brasileira e pensar uma política de juventude para o Brasil são desafios para os comunistas brasileiros. É um esforço que faz parte da luta de idéias e uma necessidade inadiável para a nova fase de nosso trabalho com a juventude

Aumentando mais um elemento na formulação que sintetiza o objeto do trabalho teórico-ideológico do Partido, nesse caso nosso lema é Marxismo + Brasil + Juventude.

Para isso está sendo relançado o Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ), que prepara condições para lançar publicações como livros e uma revista teórica e



política sobre juventude, o que demandará quadros e recursos.

O CEMJ de 2003 é a retomada do Centro de Memória da Juventude, o CMJ, fundado em 1983, há 20 anos. O CMJ nos anos 90 reeditou o clássico "O Poder Jovem", de José Artur Poerner, e editou um vídeo com o mesmo nome.

O objetivo do CEMJ é criar uma rede nacional de entidades com a mesma finalidade, a serem criadas nos diversos Estados do Brasil.

***Encontro Nacional "Partido e Juventude"***  
*Brasília, agosto de 2003.*

## **SOBRE O RELANÇAMENTO DA UJS E A ORGANIZAÇÃO DOS JOVENS COMUNISTAS <sup>2</sup>**

Uma das marcas principais do PCdoB é a presença juvenil na sua militância, fonte de crescimento e renovação. Para o Partido a inserção na juventude tem sido uma forte evidência de sua vitalidade política e ideológica.

O Partido considera importante o trabalho entre a juventude brasileira. No entanto é preciso que todos os quadros e militantes compreendam, com mais nitidez e profundidade, o significado estratégico dessa frente para o movimento revolucionário e para a construção partidária. Na situação política atual, com o desmanche da nação e a crise social em agravamento, a juventude surge como importante força de combate.

Desde o final dos anos 70, e em particular a partir de 1992, temos acumulado força e prestígio em nosso trabalho juvenil, principalmente no movimento estudantil. Muitos jovens simpatizam com nossas idéias e nossa política. Uma boa parte dos atuais dirigentes e militantes do Partido vieram dessa frente.

Na atual década, ao passo em que aumentávamos a nossa influência política no movimento juvenil, o trabalho de construção da UJS foi sendo subestimado e a UJS aos poucos se esvaziava. É nesse contexto que o Comitê Central decide, em abril de 1996, na sua 12ª Reunião, pelo relançamento da UJS enquanto organização juvenil, da qual participam amplas massas, socialista, sob a direção política e ideológica do Partido e com plena autonomia

---

<sup>2</sup> Trechos da Resolução "Sobre o relançamento da UJS e a organização dos jovens comunistas" do Comitê Central do PCdoB (agosto-1999).



organizativa. Essa decisão também foi aprovada no 9º Congresso do Partido, em 1997. O Comitê Central, na Reunião de abril de 1996, decide ainda organizar os jovens comunistas na União da Juventude Socialista.

Nossa experiência desde a fundação da UJS, em 22 de setembro de 1984, é longa e rica. Deve ser mais valorizada, estudada e sistematizada. Precisamos, além de atuar no movimento juvenil, estudar cientificamente a realidade da juventude brasileira e a sua história de luta. O esforço de construção da UJS não é simples, é também teórico, e se apóia na sistematização dessa experiência.

O relançamento da UJS compreendia, essencialmente: a atualização do Manifesto e da plataforma juvenil da UJS, a realização de campanhas e atividades próprias da União da Juventude, um forte investimento de quadros e a orientação para os jovens comunistas organizarem-se na UJS.

Passados mais de três anos desde a resolução de 1996 demos grandes passos na construção da UJS, apesar das deficiências desse trabalho e das dificuldades enfrentadas. Mesmo considerando a multiplicidade de tarefas do Partido em todos os níveis, temos que intensificar esse trabalho a partir de uma iniciativa consciente, planejada e centralizada das direções partidárias.

Neste documento o Comitê Central reafirma os princípios, a estratégia e a nossa orientação para a frente juvenil; faz um relato dos problemas surgidos durante a aplicação de sua resolução de 1996; apresenta resumidamente uma avaliação do estágio de construção da UJS; e desenvolve e regulamenta a resolução de abril de 1996.



## A concepção de UJS

A resolução do Comitê Central sobre o relançamento da UJS, sintética, não foi suficiente para dirimir diferenças de opinião acerca da concepção de UJS surgidas durante esses três anos. A unidade do Partido em torno de um mesmo entendimento sobre nossa concepção de UJS é condição necessária para avançarmos na construção de nossa União da Juventude.

A União da Juventude Socialista foi criada de acordo com a nossa estratégia para aumentar a influência político-ideológica do Partido na juventude brasileira. A UJS é expressão concreta de nossos objetivos e de nossa estratégia para o movimento juvenil.

Os primeiros documentos da UJS a definem como movimento juvenil, político e socialista. Organização juvenil autônoma organicamente, a UJS é dirigida política e ideologicamente pelo Partido. A direção partidária é a fonte da força e a premissa para o êxito na atividade da UJS. Esse é um princípio fundamental.

A União da Juventude Socialista é força auxiliar do Partido. A UJS deve estar sob a influência direta do Partido, não é apartidária, pluripartidária ou de frente única. Isso define a relação da UJS com os outros partidos, muito e claramente distinta da relação com o PCdoB.

A UJS é ampla no sentido de um extenso e massivo movimento juvenil, mas não no sentido apartidário ou pluripartidário. É a União da Juventude ligada, vinculada ao Partido, com identidade política e ideológica com o Partido. É a organização juvenil do Partido.

O Manifesto e as plataformas programáticas da UJS são a



tradução, com formas e linguagem adaptadas para uma organização juvenil, da ideologia, do programa e da política do Partido. A UJS é autônoma para aplicar e recriar a política do PCdoB na frente juvenil.

Portanto, o socialismo da UJS é o socialismo científico, o comunismo, e é tarefa dos jovens comunistas lutar pelas nossas idéias na UJS. Os jovens militantes do Partido devem garantir, sempre com sua capacidade política e pelo método do convencimento, que a UJS fundamente a sua atividade e se oriente pela linha política do PCdoB.

Ao mesmo tempo, a UJS é uma organização juvenil da qual participam amplas massas, uma organização de luta pelos direitos da juventude. É um espaço de vivência e de formação cultural e política da juventude. Foi criada por uma necessidade do Partido, mas é voltada aos interesses da juventude brasileira. Organiza a juventude mais avançada e combativa (militantes e simpatizantes do Partido, e jovens mais conscientes), e mobiliza os filiados e os jovens em um movimento mais amplo por uma vida melhor, por ideais de liberdade, solidariedade, democracia, independência nacional e pelo socialismo. É uma escola de formação socialista da juventude.

O relançamento da UJS marca uma nova fase do mesmo projeto inicial, há 15 anos. O Partido, agora, atua na juventude *através da UJS*.

### **Autonomia orgânica**

A grande novidade do relançamento da UJS é a orientação para que os comunistas que atuam na frente juvenil organizem-se na UJS, o que faz com que o Partido atue nessa frente *através da UJS*. A tarefa dos jovens comunistas de atuar e de se organizar na UJS dá um contingente próprio para nossa organização juvenil.



É essencial compreendermos a necessidade de transformar a UJS nesse grande movimento juvenil. Esse grande contingente juvenil que precisamos ter sob a direção do Partido não é possível ser organizado dentro do Partido. A UJS é a organização adequada para a vivência juvenil.

O entendimento correto da autonomia organizativa é que a UJS é uma organização juvenil separada do Partido, com iniciativas e atividades juvenis próprias; com decisões, estrutura orgânica e Estatuto próprios. Como organização juvenil separada do Partido, a UJS necessita de uma militância própria. O centro da questão é garantir um contingente próprio para a UJS. Daí a razão de organizar os jovens comunistas na UJS.

Os jovens comunistas atuam na UJS respeitando e acatando, sempre, as decisões e o Estatuto da União da Juventude Socialista. Todas as decisões devem ser tomadas nas instâncias da organização juvenil.

A criação de um movimento específico de jovens, com formas organizativas e métodos apropriados, é um problema antigo do movimento comunista. Segundo Lênin, a autonomia organizativa para a União da Juventude é necessária pela “natureza das coisas”, pelos aspectos culturais e comportamentais da juventude, para se criar um ambiente de vivência juvenil e uma escola de formação de novos quadros e militantes revolucionários. De acordo com o comunista russo os jovens se aproximam do socialismo, mas *“não da mesma maneira, pelos mesmos meios, de acordo com as mesmas formas e nas mesmas condições que os seus pais. É por esta, entre outras razões, que devemos insistir na autonomia de organização da União da Juventude...”*.

Para defender a autonomia organizativa e o caráter massivo das organizações juvenis ligadas aos Partidos



Comunistas, Dimitrov escreveu: “as nossas Federações comunistas de jovens são ainda, atualmente, numa série de países capitalistas, organizações eminentemente sectárias, separadas das massas. A sua fundamental fraqueza consiste em esforçarem-se por copiar os Partidos Comunistas, as suas formas e métodos de trabalho”.

### **Como se deu a implementação da resolução do CC de 1996**

No fundamental a decisão do Comitê Central de abril de 1996 não teve aplicação imediata no mesmo ano, em parte por causa da campanha eleitoral. Na maioria dos estados foi aplicada parcialmente, e em outros nem foi aplicada.

Foi realizado um rico debate nos ativos nacionais de julho/96 e março/97, nos Comitês Estaduais, Municipais, Distritais e com a militância do Partido. No entanto, houve assimilação insuficiente, certa resistência e insegurança dos dirigentes do Partido. A insegurança tinha base objetiva, pois aproximadamente 33% da militância do Partido tem até 23 anos e 49% tem até 29 anos. Muitas vezes o debate se perdia nos detalhes.

Nesse período de 41 meses também surgiram dúvidas, incompreensões e divergências sobre a concepção e o papel da UJS e sobre a organização dos jovens comunistas na UJS. Surgiram idéias falsas de que o jovem perderia a sua condição de militante do Partido, de que não se poderia mais filiar jovens ao Partido, só à UJS, entre outras. A organização dos jovens comunistas na UJS nada tem a ver com o desligamento desses jovens comunistas do Partido.

Pelo contrário, sempre se procurou a forma de organizar os jovens comunistas no Partido. É tarefa destes fazer a propaganda partidária dentro da UJS, convidando



dirigentes partidários para palestras, divulgando materiais da imprensa partidária e filiando os seus companheiros de UJS ao Partido.

Durante as eleições de 96 e 98, em muitos Estados, a UJS foi praticamente esvaziada. É preciso manter a autonomia organizativa e a organização dos jovens comunistas na UJS mesmo durante os períodos eleitorais.

(...)

### **Problemas políticos e ideológicos do trabalho juvenil**

Nos debates sobre o trabalho na frente juvenil aparecem, com freqüência, opiniões que caracterizam o aumento do liberalismo, problemas morais e comportamentais entre os jovens do Partido. Sem negar a existência desses problemas, não podemos aceitar uma visão pessimista e que os absolutiza. A consequência prática dessa visão é a subestimação da atuação nessa frente, e a não superação dessas tendências negativas.

Para entender a natureza desses problemas não se pode resvalar para o criticismo, é preciso ir mais a fundo e ver que os problemas específicos da frente juvenil estão intimamente relacionados aos problemas políticos e ideológicos que o Partido enfrenta, já discutidos no 9º Congresso do PCdoB, em 1997. Tais problemas, somados à falta de confiança nos quadros e militantes jovens, também dificultaram a aplicação mais exitosa da resolução de 1996 do Comitê Central.

A influência das idéias pequeno-burguesas estimula o individualismo, as disputas facciosas, os projetos pessoais, a lealdade a um ou outro dirigente e não ao Partido, as



incompreensões e divergências quanto ao princípio do centralismo democrático e à nossa democracia interna.

Todos esses problemas partidários se refletem e aparecem às vezes de maneira caricata na UJS, somando-se aos problemas próprios da juventude, do ambiente em que os jovens comunistas atuam.

Os jovens aprendem rápido, tanto as avançadas quanto as mais atrasadas atitudes e práticas dos demais dirigentes e militantes. Ainda são imaturos, inexperientes, polarizam a discussão com facilidade, se expõem em demasia e transformam artificialmente assuntos menos importantes em grandes polêmicas. Algumas vezes são envolvidos em disputas internas.

Entre os jovens comunistas, por vezes, aparecem fenômenos negativos como a não aceitação, aberta ou velada, da direção partidária; disputas entre grupos que se formam aparentemente por laços de amizade; "lobbies"; a busca da "carreira"; a malversação de recursos e o uso de drogas.

Contudo, é preciso avaliar o nosso trabalho juvenil pelo que predomina: a combatividade e a politização. Como diz Aldo Rebelo em sua intervenção especial no 7º Congresso: "... o dirigente deve ter em conta o seu papel de educador, que vê a formação do jovem como um processo, que sabe distinguir atitudes próprias da idade e do pouco amadurecimento, da degenerescência que marca a sociedade burguesa, mas que não pode ser tomada como definitiva em quem ainda está nascendo para a vida adulta".

O Partido precisa preparar e educar mais e melhor os jovens comunistas para combater essas tendências negativas.



## **Reforçar a formação e o trabalho ideológico com os jovens comunistas**

A formação e a capacitação política, teórica e ideológica dos quadros e militantes comunistas que atuam na UJS é uma tarefa importante do Partido. A tarefa de atuar na UJS exige dos jovens comunistas um grau maior de unidade ideológica, política, de vontade e de ação, de disciplina, pois eles vão estar atuando em uma organização com jovens que não são do Partido.

Há necessidade de reforço do trabalho ideológico com os jovens do Partido, preparando-os para a defesa da unidade partidária e para uma crescente politização das relações internas. Para isso a Comissão Nacional de Formação precisa elaborar um plano de atividades de formação, incluindo um curso especial, para os comunistas que se organizam na UJS.

Além dessa formação partidária especial para os jovens comunistas, o Partido deve orientar e acompanhar as atividades de formação da UJS para o conjunto dos seus dirigentes e filiados.

### **A política de organização dos jovens no Partido**

Para a UNESCO o conceito de juventude compreende o período de 15 a 25 anos de idade. De acordo com dados do IBGE de 1996, aproximadamente 32% da população brasileira tinha entre 15 e 24 anos e cerca de 46% estava na faixa entre 15 e 29 anos. O Estatuto da UJS diz que o filiado pode participar até 29 anos, mas há exceções de acordo com a necessidade da organização juvenil.

No censo realizado no 9º Congresso do PCdoB, em 1997, cerca de 33% (1/3 da militância) dos pouco menos de 20 mil militantes que participaram das assembleias de base



tinha entre 16 e 23 anos. E aproximadamente 49% tinha entre 16 e 29 anos.

Os dados indicam um Partido bastante jovem, que acompanha a distribuição etária da população brasileira. Essa militância jovem é uma grande conquista do PCdoB, que não é igualada por nenhum outro partido no Brasil.

A orientação do Ativo de 1996, de reunir os jovens comunistas em assembleias de base periódicas, no geral não foi adotada e onde foi aplicada demonstrou dificuldades reais e não prevaleceu.

Em geral os jovens não têm regularidade em uma organização partidária, são poucas as organizações de base que existem e funcionam regularmente.

Na aplicação da resolução do CC de 1996, as dúvidas apareceram mais onde existem OBs de jovens ou mesmo Comitês de jovens, que foram organizados com a justificativa de serem mais flexíveis, adaptados aos jovens.

Outros casos em que apareceram dúvidas são algumas universidades e municípios nos quais a maioria ou quase a totalidade dos militantes é jovem.

As OBs e os Comitês especificamente de jovens não estão previstos em nosso Estatuto. De acordo com o Estatuto do PCdoB, o filiado é organizado por local de trabalho, moradia e estudo, e somente em casos especiais por setor de atividade. O Comitê Central considera inadequadas, em qualquer hipótese, as Organizações de Base ou Comitês setoriais de jovens. É necessário o fim imediato desse tipo de organização no Partido.

O problema de fundo é que os jovens comunistas que



realizam atividade juvenil – movimento estudantil, movimento juvenil de bairros e municípios do interior, departamentos juvenis de sindicatos e outras entidades – se organizam no Partido e na UJS, portanto, em duas organizações, mas sua tarefa definida pelo Partido (inclusive pela OB da qual participa), é atuar e militar no cotidiano nos núcleos e direções da UJS.

Militando na UJS, o jovem filiado ao Partido, evidentemente, não perde a sua condição de membro do Partido. A incorporação dos jovens comunistas à vida partidária contribui na formação político-ideológica. Contudo, não podemos voltar à situação anterior a 1996, de esvaziamento da UJS.

(...)

### **Aperfeiçoar a direção partidária na frente juvenil**

É também responsabilidade dos Comitês partidários em todos os níveis impulsionar a construção da UJS em sua área de atuação.

O acompanhamento especializado do Partido é imprescindível. É preciso designarmos responsáveis pelo trabalho com a juventude em todos os níveis de direção. Estes precisam se dedicar, especializar-se e conhecer profundamente o trabalho da UJS; saber das condições de atuação e da psicologia da juventude; orientar política e ideologicamente e ter autoridade para unificar os jovens comunistas em sua atuação na UJS. Não devem ser dirigentes da UJS para poderem se dedicar mais ao trabalho executivo e cotidiano de direção partidária, principalmente ao acompanhamento da frente juvenil.

Os dirigentes do Partido precisam desenvolver métodos e estilos apropriados para tratar com os jovens. Ter maior



abertura, relação cordial, paciência, diálogo sobre os problemas próprios da geração, sensibilidade para problemas familiares, financeiros, profissionais e morais. Superar preconceitos, e ao mesmo tempo não serem condescendentes com os jovens.

O acompanhamento coletivo das direções do Partido se dará pela discussão de nosso trabalho juvenil nos Comitês do Partido, e através de reuniões periódicas entre a Comissão Política, ou o Secretariado, e a fração dos comunistas da direção da UJS em nível correspondente. Precisa haver a coordenação permanente entre os organismos dirigentes do Partido e as frações correlatas nas direções da UJS.

Sempre que necessário, deve ser feito o convite para membros da fração da direção da UJS participarem das reuniões mais importantes dos Comitês partidários e de suas Comissões Políticas em nível correlato.

É importante a eleição de jovens comunistas dirigentes da UJS para os Comitês e Comissões Políticas do Partido, como forma de maior participação na vida do Partido e reforço da direção partidária no trabalho da UJS. No entanto, esses jovens devem ter como tarefa a militância na UJS, e não deverão assumir outras tarefas de direção partidária do Comitê e Comissão Política de que fazem parte.

Em casos excepcionais, quando for necessário que um jovem comunista assuma tarefas executivas permanentes no Partido ou tarefa de Secretariado dos Comitês do Partido (o que exige uma dedicação cotidiana e impossibilita a sua militância na UJS), o jovem comunista deve ser transferido e desfiliar-se da UJS.

Alguns desvios e fenômenos negativos acontecem no

trabalho de direção. Em alguns casos os dirigentes sentem-se desonerados de controlar e acompanhar o trabalho da UJS e não designam um responsável pela frente na direção do Partido. Em outros, querem controlar tudo no detalhe, podendo a iniciativa dos jovens e negando, na prática, a autonomia organizativa da UJS.

### **Os quadros jovens: elemento decisivo**

A decisão de relançar a UJS teve como contrapartida o investimento de quadros com maior capacidade teórica, ideológica e política, e com mais experiência.

A UJS tem autonomia organizativa e política própria de quadros, mas na escolha dos principais quadros que irão compor a direção da UJS, em cada nível, a fração de jovens comunistas deve discutir uma proposta com a direção do Partido em cada nível. Os quadros experientes, mas que ainda mantém identidade com a juventude, são imprescindíveis para assegurar a direção político-ideológica do Partido no trabalho da UJS.

Uma dificuldade para a UJS é o deslocamento extemporâneo de quadros para outras tarefas partidárias. Essa prática imediatista instabiliza o trabalho da UJS. Para manter a continuidade e a consolidação do trabalho da UJS é necessário manter as lideranças jovens por mais tempo nessa tarefa, projetando-os mais ainda entre a juventude. Esse é um investimento que, mais na frente, dá um retorno significativo. Maiores resultados exigem tempo e perseverança.

Já em 1988 discutíamos que para consolidar as direções da UJS precisamos de "um número de quadros que possa adquirir domínio e experiência dos problemas e desafios que envolvem a construção do movimento e de suas leis próprias, o que só pode ser adquirido depois de um certo



período de atividade. Muitas vezes transferimos de atividade o camarada que mais tinha condições de dar continuidade ao trabalho iniciado, com prejuízo para a consolidação do movimento” (Aldo Rebelo, intervenção especial no 7º Congresso do Partido, em 1988).

A direção partidária na atividade da UJS também se dá pela indicação de jovens comunistas para serem os principais quadros dirigentes da União da Juventude em cada nível. Quadros que tenham maior confiança da direção do Partido por sua capacidade e por sua experiência prática, de luta.

A unidade entre os jovens comunistas, e em especial entre os principais quadros comunistas dirigentes da UJS, é fundamental. A unidade na UJS depende da unidade entre os jovens comunistas e do combate às práticas liberais. Nas principais decisões políticas e naquelas principais decisões relacionadas aos quadros da UJS, os jovens do Partido precisam estar unificados.

Precisamos praticar uma política de quadros que se preocupe em abrir permanentemente novas perspectivas na militância dos jovens, combinando a atividade política com outros aspectos da vida social do jovem (amigos, família, trabalho, estudo, lazer, ...), possibilitando aos militantes uma vida mais equilibrada e estável; resolver os conflitos da militância jovem com os demais militantes, criando uma relação de igual para igual e de confiança política.

(...)

***Comitê Central do Partido Comunista do Brasil***

*São Paulo, 30 de agosto de 1999*



## A PRESENÇA DOS COMUNISTAS BRASILEIROS NO GOVERNO CENTRAL DA REPÚBLICA

Ronald Freitas

**P**ara os comunistas participar em governos nos marcos de um estado burguês tem uma longa história. Desde 1848, quando da revolução francesa de fevereiro daquele ano, em que os socialistas Albert e Louis Blanc participaram do governo que dela emergiu e foram criticados por Marx até – passando ainda na França –, o governo socialista de Milerrand que emergiu da crise gerada pelo Caso Dreyfus e causou grande polêmica no seio da II Internacional. Posteriormente o debate se desenvolveu entre os mencheviques e bolcheviques russos, que Lênin retrata na obra Que Fazer? Volta com força em 1935 durante o VII Congresso da Internacional Comunista, quando Dimitrov apresenta a questão no seu famoso informe sobre a luta antifascista. Após a segunda guerra mundial, com a respeitabilidade conquistada pelas forças comunistas na luta antifascista e o ascenso das idéias e da luta pelo socialismo, vivemos em 1944-47, entre outras experiências, as francesa e italiana. Em 1971-73, na América Latina, tivemos a experiência chilena de Salvador Allende e em 1974-75 a da Revolução dos Cravos em Portugal. E mais recentemente ocorreram novas experiências na França e Itália.

O PC do B tem enfrentado essa questão ao longo de sua atividade. Temos nos posicionado de acordo com as orientações políticas para as condições de cada momento histórico em que atuamos. Na atualidade compreendemos que participar ou não de cargos em governos centrais de um estado burguês decorre de uma série de fatores de natureza política, como correlação de forças da sociedade, objetivos parciais a serem atingidos etc. Ou seja, é uma questão de posição política, e não um princípio demarcador



de fronteira entre revolução e reforma.

### **Situação atual do PC do B nessa frente**

Sempre disputamos cargos no legislativo e chegamos a ter durante a fugaz legalidade de 1946-47 forte presença no parlamento nacional e em varias assembléias estaduais e câmaras de vereadores. Disputamos nesta oportunidade cargos do executivo, tendo inclusive lançado Iedo Fiúza candidato a Presidente da República. No plano municipal, elegemos o Prefeito da cidade operária de Santo André/SP, que não chegou a tomar posse devido às perseguições golpistas de direita a que fomos submetidos naquele então.

Com a feição que a luta de classes tomou em nosso país no período posterior a ditadura (1964-1985), passamos a ter tímida participação nas disputas de cargos majoritários, tendo inclusive disputado - e eleito - em 1985 o Prefeito de Camaçari-BA. Desde então essa política de disputa e participação em postos executivos, nos marcos do Estado brasileiro atual, tem se intensificado. Mas hoje, além de termos uma participação de certo destaque no governo central da República, participamos como aliados em governos estaduais e locais. Também elegemos com nossa própria legenda, prefeitos e vices de importantes cidades.

A partir de janeiro de 2003, passamos a participar do governo Lula. Inicialmente no ministério do Esporte; na gerência do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP); e em cargos de certa importância nos ministérios da Saúde, da Educação e secundariamente em outros postos de vários ministérios. Posteriormente passamos a ter um camarada dirigindo a Agência Nacional de Petróleo (ANP) e outro na Agência Nacional de Cinema (ANCINE). A partir do início de 2004, a convite do Presidente da República integramos o núcleo central do governo, com a titularidade da Secretaria de Coordenação



Política e Assuntos Institucionais, de nível ministerial. Indicamos também o Secretário Executivo do ministério de Ciência e Tecnologia (MCT). Atualmente não estamos mais presentes na Secretaria de Articulação Política e no PROEP, mantendo nossa presença nos demais cargos.

Na esfera legislativa, temos experiência mais longa, pois mesmo antes de voltarmos à legalidade em 1985 já elegíamos deputados federais pela legenda do ex-MDB. E após 1985, elegemos bancadas próprias em todas as legislaturas. No governo Lula exercemos por mais de um ano a Liderança do governo na Câmara, um dos mais importantes postos do legislativo. Com a eleição em setembro último, de Aldo Rebelo, para a Presidência da Câmara dos Deputados, configura-se a situação de ter um importante quadro do Partido Comunista na direção de um dos poderes da república. Sem dúvida o mais importante posto político assumido por um comunista nos 83 anos de existência do Partido.

A essa participação em postos na esfera federal agregue-se significativa presença nos níveis estaduais e municipais, onde há mais tempo ocupamos cargos de confiança na esfera executiva e elegemos camaradas para as respectivas casas legislativas.

### **Os posicionamentos atuais do Partido sobre a questão**

A nossa presença no governo nas várias esferas de poder e competência, é fruto de uma orientação política elaborada em consonância com nossa estratégia e tática para o período de acumulação revolucionária de forças, que vivemos no Brasil desde o fim da ditadura e a reconquista da legalidade partidária.



No nosso 9º Congresso, realizado em 1997, analisando a situação política do nosso país e as tarefas e desafios que se colocavam, afirmamos que para enfrentá-las com êxito, necessitávamos de um: “Partido de princípios, marxista-leninista, de feição moderna, capaz de realizar a grande política destinada a mudar os rumos do país. Um partido livre do dogmatismo e do voluntarismo. Partido de lutas, disposto a assumir responsabilidades em níveis de poder local e mesmo poder nacional, se existirem condições para isso.”

Isso mostra que já em 1997 levantávamos que, dadas certas condições, estávamos dispostos a assumir nossas responsabilidades políticas como copartícipes de governos nos marcos da situação vigente no país.

Por ocasião da realização do nosso 10º Congresso, em 2001, na Intervenção Especial sobre o Trabalho Institucional assim foram colocados os nossos objetivos ao participar em governos:

“A participação nos governos é parte integrante da ação política geral do Partido, associada às demais frentes de luta, tendo como foco a busca de um novo rumo para o país através da constituição de maioria social e política capaz de promover um pacto social progressista e abrir caminho para transformações de conteúdo mais avançado”.

Com a vitória de Lula em 2002, pela primeira vez em nossos 83 anos de existência, a questão da participação no governo central da república, saiu da esfera das probabilidades para o terreno da política concreta. Para debatermos e nos posicionarmos sobre a questão de acordo com o coletivo partidário, convocamos a 9ª Conferência Nacional em fins de 2003. Nela realizamos um vigoroso debate sob o significado, as possibilidades e os limites dessa participação, no qual concluímos:



“Essa nova realidade brasileira tornou imprescindível a participação do PC do B no novo governo, resguardando sua independência ideológica e política. O nosso Partido compõe, principalmente com o PT, desde 1989, no período da transição democrática, o núcleo das forças responsáveis por esse resultado sem paralelo na nossa história política. Por isso, pela primeira vez, os comunistas no Brasil participam no primeiro escalão de um governo da República e também, a convite do presidente, aceitam liderar a bancada do governo na Câmara federal”.

São essas as orientações políticas que balizam a nossa participação atual no governo.

### **O desempenho, os êxitos e as falhas no decorrer da atividade.**

Não cabe nos marcos de uma intervenção dessa natureza, realizar um balanço pormenorizado nos vários níveis de nossa atuação governamental, e nos vários entes públicos em que temos responsabilidades de gestores. Apresentaremos então de forma sucinta, alguns aspectos gerais dessa atividade, nas várias esferas em que atuamos. Na esfera municipal, com o resultado das eleições de 2004, passamos a viver uma nova realidade. Elegemos 10 prefeitos e 29 vice-prefeitos além de termos participado como aliados da eleição de inúmeros outros. Disso decorreu um grande aumento de nossas responsabilidades como administradores públicos nesta esfera, pois hoje participamos da administração municipal de mais de 200 cidades, dos mais variados tamanhos e nos mais variados cargos. Em decorrência disso, passamos a ser solicitados a dar respostas a inúmeras demandas daí derivadas. Focamos o centro de nossa atenção em construir um conjunto de orientações políticas que pautassem, conduzissem e normatizassem a nossa ação nessas prefeituras. Para isso realizamos dois Encontros Nacionais



de Prefeitos e Vices que além dos titulares dos mandatos, contaram com a participação de camaradas que exercem cargos de secretário em varias prefeituras. Promovemos na medida do possível intercâmbio de experiências entre camaradas que atuam nestas administrações e encaminhamos as demandas de natureza técnico-administrativas para consultorias profissionalmente capacitadas para tal mister.

No plano Estadual, nossa participação tem menor expressão quantitativa, embora tenha expressiva importância política. Temos o vice-governador do Piauí, secretários de estado ou equivalente em Santa Catarina, Acre, Goiás, Rio Grande do Norte, Piauí, Alagoas, Paraná. A atuação nesse conjunto de Estados tem sido importante e tem colocado o nosso Partido em destaque na vida política dos mesmos. Com isso potencializamos a nossa intervenção nos movimentos sociais organizados e na luta do povo em geral. A orientação para atuação nesses espaços decorre da política geral do Partido e se conforma com a realidade política e partidária de cada Estado da Federação. Registramos, entretanto, que nessa frente pouco se fez para o estabelecimento de uma troca de experiências maior entre os camaradas responsáveis – o que sem dúvida teria contribuído para uma eficiência maior na realização dessas tarefas.

Na esfera da União Federal nossa presença é mais destacada e tem maior repercussão política. Como listamos acima, além de dirigirmos um ministério dirigimos a Agencia Nacional de Petróleo e estamos presentes em vários outros ministérios, agências, secretarias e assessorias técnicas de órgãos públicos federais. E, ainda, com a eleição do camarada Aldo Rebelo para a Presidência da Câmara dos Deputados essa presença passa a um novo patamar.



Podemos afirmar que a participação no governo tem sido positiva para o Partido. Na esfera política, a variada presença no executivo e no legislativo, levou o Partido ao centro da vida política do país como nunca estivemos em toda a nossa existência. Isso nos proporcionou um amplo reconhecimento pela sociedade brasileira, que passou a nos conhecer melhor, reconhecer nossas qualidades de lutadores sérios, éticos, comprometidos com a luta pela justiça social e conseqüente defensores da Pátria. Simultaneamente passamos a conhecer mais a realidade do nosso país e de nosso povo e a participar da busca de soluções para os enormes problemas existentes. Agregue-se que toda uma nova geração de quadros passou a viver uma experiência política nova e desafiadora: conduzir os destinos de setores da vida de um país de dimensões continentais, populoso e detentor de uma das importantes economias do globo. Tivemos também condições de, por meio dessa atividade, construir importantes oportunidades de ampliação das fileiras partidárias.

Registramos que, apesar dos êxitos obtidos, muito mais poderíamos ter feito. Ficou a desejar um maior entrosamento entre os vários agentes públicos por nos indicados e a direção partidária e não conseguimos montar um sistema de atuação entre os vários entes públicos por nos dirigidos que potenciasse as suas possibilidades políticas. Além disso, temos deficiências na participação da elaboração das políticas de estado, nos vários órgãos onde atuamos, bem como a nossa elaboração teórica partidária sobre a participação em governos ainda dá os seus primeiros passos, exigindo de nós um esforço dirigido neste sentido.

Além dos aspectos acima levantados, enfrentamos uma série de outras limitações fruto de nossa inexperiência e mesmo de concepções, avaliações e expectativas sobre o significado e o fato de estarmos participando do governo.



A inexperiência, aliada a uma convicção difusa de que a simples conquista do governo nos municia de um poder inquestionável – o poder político “pode tudo” –, tem levado a ilusão quanto ao poder real de que dispomos nos marcos do governo. Isso tem levado alguns a se decepcionarem não só com os rumos do governo, mas também com a baixa eficiência da máquina administrativa.

Essa questão é mais complexa do que se pode de início imaginar e envolve questões que vão de uma superestimação das possibilidades e dos limites do tipo de governo de que estamos participando até a inexperiência e a capacidade como gestores públicos por parte de nossos quadros.

Identificamos pelos menos três gargalos centrais que bloqueiam um melhor desempenho de nossos quadros na gestão pública e procuramos apresentar um esboço de atitudes a serem por nós assumidas no seu enfrentamento.

- a) O aparato do Estado tem uma burocracia estável, experiente, e muito viciada, no que se refere aos métodos e atitudes no trabalho. Necessitamos conhecê-la em seus múltiplos aspectos, e reconhecer sua competência específica. Nem sempre temos conseguido trabalhar bem com esse segmento. É politicamente necessário ganhá-los, ou no mínimo neutralizá-los. Quando conseguirmos ganhá-los para o nosso lado, teremos uma ajuda significativa. Mas caso se coloquem contra nós, nos atrapalharão muito, pois, têm uma imensa capacidade de emperrar a máquina administrativa e frustrar planos.
- b) A inexperiência administrativa por parte de muito de nossos quadros é outro fator que pesa no bom desempenho de nossas funções como gestores públicos. É necessário aprender como trabalhar no órgão público



onde atuamos. Conhecer sua estrutura, a lei, os regulamentos e portarias que o constituem. Seu organograma, suas inter-relações com outros entes públicos, etc. Procurarmos aprender com os funcionários de carreira, e não descurar de nos qualificar, seja através de estudo individual, seja realizando cursos de gestão pública.

- c) As “limitações legais e materiais” são importantes obstáculos a que estamos submetidos. Leis, regulamentos, decretos e portarias que regem a administração pública, orçamentos insuficientes, contingenciamentos etc. Tudo isso constitui um conjunto de limitações e restrições às quais devemos estar atentos e saber com elas trabalhar. Particularmente no que se refere às limitações orçamentárias precisamos ser criativos e procurar realizar atividades mesmo com pouco dinheiro. Essa capacidade muitas vezes caracteriza um bom administrador. Além disso, para aqueles que têm em suas atribuições o “ordenamento de despesas”, o domínio das normas específicas para tal fim é fundamental, pois essa matéria gera obrigações legais do “ordenador” perante o Estado – que continuam válidas, mesmo quando ele já não mais exerce a função.

### Perspectivas

Nos marcos do atual desenvolvimento da luta de classes no Brasil e no mundo, como analisa exaustivamente o Projeto de Resolução Política apresentado, o processo de acumulação de forças que desenvolvemos tem na luta institucional, no geral, e na participação em espaços de governos nacionalistas, democráticos e progressistas, em particular, um dos seus mais importantes aspectos. Ou, dito de outra maneira: a política de participação em



governos será um importante instrumento de nossa tática enquanto perdurarem as atuais condições políticas.

Daí decorre a necessidade de nos prepararmos cada vez mais para atuar nessa frente e nessas condições. Para tanto, temos de armar adequadamente nossos quadros para entenderem em profundidade o significado, as possibilidades e os limites dessa atividade. Também é necessário que além dos aspectos políticos, os membros do partido que atuam nessa frente sejam capacitados na ciência e em certo sentido na arte da administração pública. Essa matéria se desenvolveu significativamente e os comunistas brasileiros têm pouca reflexão acumulada de um ponto de vista progressista e marxista.

A atuação partidária nessa frente nas atuais condições tem ainda muito a percorrer no sentido de estabelecer uma adequada, moderna e correta política de relações entre partido e administração pública. Como estabelecer uma adequada relação entre quadros no exercício de cargos públicos com poder de mando, e sua atuação partidária? Quais os limites e possibilidades que derivam dessa situação? Em suma, como estabelecer uma correta relação entre o interesse da administração pública e os interesses partidários, sem que se repitam experiências históricas onde situações dessa natureza levaram a um superdimensionamento do papel do Partido frente ao Estado.

É necessário estabelecermos mecanismos políticos e organizativos que propiciem as condições de crescimento partidário a partir da atuação em postos de governo, nas condições dadas. Este é um dos pontos com que temos muito a aprender, e em que se apresentam duas tendências mais salientes. Para uma delas, o simples fato de estarmos participando de um posto executivo já projeta o Partido em uma nova esfera política, o que nos credencia



a novos saltos. Essa idéia, embora não seja de todo incorreta, trás no seu âmago uma visão espontaneista do processo político, limitando a exploração a fundo das possibilidades que se abrem. Já a outra, partindo de uma visão meramente utilitarista e pragmática, compreende esses espaços como um mero instrumento da ação partidária no sentido menor que pode ter essa concepção, ou seja, tende a transformar esses espaços em meros aparelhos. Compreendemos que se deve buscar construir uma adequada política de participação em governos na qual – respeitando-se as especificidades dessa atuação – sejam desenvolvidas políticas que permitam um significativo crescimento partidário em todos os terrenos: no teórico, no político e no organizativo.

Devemos também desenvolver a elevação do nível ideológico de todo o coletivo partidário e particularmente dos quadros com tarefa nessa área, no sentido de armá-los para que não se deixem corromper pela máquina do Estado. Participar em postos destacados da administração pública é para muitos quadros uma experiência que, além de nova e complexa, encerra enormes desafios. De repente um ativista político, até então atuando em precárias condições, vê-se alçado a postos de mando que lhe proporcionam instrumentos de ação política até a pouco inimaginados. Além disso, ele passa a conviver, por dever de ofício, com novos agentes políticos e sociais que não só têm larga experiência no trato da administração, como em muitos casos, procuram utilizá-la em função de interesses não republicanos.

Companheiros!

Apresentamos nesta Intervenção Especial ao 11º Congresso, algumas reflexões que o acompanhamento desse frente nos suscitou. Atividade nova que passou a ter importância em nossa ação na medida em que estamos



participando mais ativamente de postos de mando nas várias esferas do poder executivo do Estado brasileiro.

Mesmo a denominação Relações Institucionais merece uma compreensão adequada do contexto em que é utilizada. Cingi-se a citada participação em executivos e legislativos dos governos, pois em sentido amplo, a participação em sindicatos e outras entidades de massas, também está no campo da participação institucional, pois as várias entidades de massa nas quais temos atividade política, também são instituições públicas, porém, o centro de sua atividade se situa na defesa dos interesses dos seus representados e não se propõe a representar toda a sociedade, como pretende o Estado.

Consideramos que, mantidas as condições atuais da luta política no Brasil e no mundo, essa atividade desempenhará um crescente papel na vida política do Partido. Disso decorre que a elaboração de políticas, o acompanhamento de sua execução, a formação de quadros capacitados para tais atividades passam a ser uma das frentes de luta política e ação partidária destacada para nós.

Como assinala o Projeto de Resolução Política, a acumulação de forças para derrotar o neoliberalismo é um dos aspectos centrais de nossa tática e, nessas circunstâncias, a participação em governos nacionalistas, democráticos e progressistas, é uma destacada trincheira de nossa luta pela vitória do socialismo em nossa pátria.

*Ronald Freitas*  
*Secretário Nacional de Ação Institucional e*  
*Políticas Públicas.*  
*Intervenção Especial ao 11º Congresso do PCdoB*



## **SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS FILIADOS DO PCdoB NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS**

Resolução nº 9/2000

Normatiza a participação dos filiados  
*do PCdoB nas administrações municipais  
e estaduais e dá outras providências*

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, no uso das suas atribuições estatutárias, em especial o que dispõe o artigo 29, reunido em sua 11ª Reunião Plenária nos dias 11 e 12 de novembro de 2000, decide aprovar a seguinte Resolução:

### **Artigo 1º -**

Os filiados do Partido Comunista do Brasil poderão participar dos governos municipais e estaduais que o Partido ajudou a eleger com base numa plataforma comum de cunho democrático, progressista e popular.

### **As condições da participação no governo**

### **Artigo 2º -**

A participação do PCdoB na administração dos governos democráticos e progressistas ocorrerá tendo os seguintes pressupostos e premissas:

I - Adoção de políticas, programas e projetos de aprofundamento da democracia e desenvolvimento econômico e social, sintonizados com as aspirações dos trabalhadores, com o objetivo de elevar o nível de consciência política e de organização do povo e baseados em participação popular ampla;

II - Fortalecimento da unidade das forças políticas progressistas, democráticas e populares;



III – Fortalecimento da identidade partidária, preservando a sua independência e contribuindo com a sua construção;

IV – Transparência na ação e na política administrativa adotada, em especial na prestação de contas junto à população e ao Partido, da ação de seus representantes.

### **Artigo 3º -**

A participação dos filiados do PCdoB nos governos estaduais e municipais não poderá, em nenhuma circunstância, implicar o esvaziamento do núcleo de direção do Partido, seja em âmbito municipal ou estadual. Só excepcionalmente o presidente do Partido e demais membros do secretariado poderão ser indicados para cargos executivos em administrações municipais ou estaduais.

Parágrafo Único – O presidente do Partido que for indicado para participar de cargo de confiança, em qualquer nível administrativo, deverá deixar a função que exerce na direção do Partido, salvo autorização expressa do Comitê Central.

### **Artigo 4º -**

Os filiados que venham a ser indicados para participar em cargos de confiança devem ter os seus nomes apreciados e aprovados pelos Comitês Municipais ou Estaduais do Partido, conforme o caso.

### **Artigo 5º -**

A escolha dos filiados que forem indicados a participar de cargos administrativos deve recair sobre aqueles que procurem reunir uma combinação das seguintes características: dedicação ao Partido, formação ideológica, confiança da direção, contribuição financeira ao Partido, vínculo com a organização partidária e, em especial, observar o que rege o artigo 9º do Estatuto partidário.



**Artigo 6º -**

A participação do Partido através de seus filiados dar-se-á sempre e de forma imprescindível, através de projetos políticos de fortalecimento da influência partidária estabelecidos pelas direções partidárias municipais e estaduais.

**Das contribuições financeiras**

**Artigo 7º -**

É condição para a indicação partidária para postos administrativos municipais e estaduais, estar em dia com sua contribuição pessoal através do Sistema Nacional de Contribuição Financeira do Partido, conforme determina o artigo 6º do Estatuto do Partido.

**Artigo 8º -**

Em relação aos seus proventos nenhum indicado aos cargos de confiança das Administrações Públicas pode ter benesse ou privilégio pessoal.

Parágrafo 1º - Todos os ocupantes de cargos de confiança indicados pelo Partido farão uma contribuição extraordinária, na forma de doação ao Partido, em percentuais que variarão de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) da sua renda líquida, observando-se sempre o que dispõe o *caput* do presente artigo. *(O disposto neste parágrafo foi suplantado pelo previsto no parágrafo 1º do artigo 14 da Norma Complementar de Finanças ao Estatuto do PCdoB, também publicado neste livro).*

Parágrafo 2º - Considera-se renda líquida os proventos efetivamente recebidos pelos ocupantes de cargos de confiança, já descontados valores referentes a impostos de renda e previdência.

Parágrafo 3º - Toda exceção às regras propostas no presente artigo será resolvida pelos Comitês Municipais ou Estaduais do Partido, conforme o caso.

Parágrafo 4º - Do total arrecadado em âmbito estadual com as doações de que trata o presente artigo, serão destinados ao Comitê Central 10% (dez por cento), a serem mensalmente encaminhados de acordo com instruções da Secretaria Nacional de Finanças do CC.

### **Artigo 9º -**

Os Comitês Estaduais enviarão à Secretaria Nacional de Organização do Comitê Central cadastro, nacionalmente unificado, com todos os nomes dos filiados do Partido que ocupam cargos de confiança nos governos municipais e estaduais.

## **Disposições Gerais**

### **Artigo 10 -**

A não observância de qualquer um dos dispositivos previstos na presente Resolução implicará a revisão da indicação da participação no governo do respectivo filiado do Partido, podendo, conforme o caso, serem instaurados processos disciplinares internos de acordo com o que determina o Estatuto do Partido.

### **Artigo 11 -**

Todos os integrantes de cargos em confiança deverão elaborar relatórios de suas atividades com periodicidade trimestral ou outra acordada com as direções partidárias.

### **Artigo 12 -**

Os casos omissos na presente regulamentação serão resolvidos pelo Comitê Municipal ou Estadual, conforme o caso.

***Comitê Central do Partido Comunista do Brasil.***

*São Paulo, 12 de novembro de 2000.*



## UM NOVO CICLO DE ACUMULAÇÃO ESTRATÉGICA PARA O PCdoB<sup>3</sup>

O fortalecimento do PCdoB se coloca como condição primordial para tornar vitorioso esse curso político. Na fase de luta que se inaugura abrem-se novas potencialidades para o crescimento e estruturação do PCdoB. O resultado eleitoral demonstrou elevação da consciência política do povo, propiciando ambiente muito mais favorável para isso. O PCdoB conquistou expressiva vitória, com 9,3 milhões de votos para seus candidatos, cumprindo no essencial os objetivos eleitorais traçados no 10º Congresso. Aumentou seu prestígio e presença na luta política e social. Vive uma experiência inédita nestes 81 anos de existência, participando do governo central, o que coroa todo um período de lutas que vem desde a ditadura, tendo atravessado 18 anos de legalidade. Encara as novas exigências como um impulso renovador para as suas tarefas, funções e feições, um grato desafio para a militância. Abre-se, portanto, uma mudança de fase, nova etapa na acumulação de forças do Partido, que aponta para a renovação de linhas de trabalho em sua estruturação. Estão em jogo a velocidade e profundidade com que seremos capazes de responder à nova dinâmica política e social no país e de perseguir o reforço do instrumento estratégico para a luta transformadora, que é o Partido Comunista. Sabemos que o Partido atua em determinado ritmo e com as linhas anteriores. Para alterá-las, é preciso construir convicção nas fileiras partidárias e se fazem essenciais ações indutoras por parte das direções, que insiram na dinâmica do partido esses novos desafios.

---

<sup>3</sup> Trecho da resolução política aprovada no 9ª Conferência Nacional do PCdoB



Tal fortalecimento é uma exigência do papel estratégico que estamos chamados a cumprir. Invoca a questão de um

novo processo de acumulação de forças para a construção da hegemonia política e ideológica no movimento transformador, nas condições concretas em que ele se desenvolve na atualidade, sintetizada na orientação política traçada. Isso exige pôr em relevo o nosso projeto político próprio; coloca-nos a urgência de elevar o trabalho na esfera ideológica; e, por fim, nos exige superar condicionamentos que limitam o crescimento de nossas fileiras militantes. Nas novas condições em que atuamos, portanto, devemos deslindar os elos que articulam, em outro patamar e em novas condições, os componentes políticos, ideológicos e organizativos na estruturação partidária.

### **A construção partidária e seu projeto político.**

O centro desse novo impulso de fortalecimento, que preside a construção partidária no novo quadro, é a luta por tornar vitoriosa a orientação política traçada. Ela tem por objetivo o êxito do governo Lula na condução do processo das mudanças de caráter democrático, nacional-desenvolvimentista. Para isso, essencialmente, precisamos desenvolver maior protagonismo na atuação política e social. O PCdoB, em todos os escalões, precisa agir com mais descortino, fazer com que seu coletivo se aproprie da orientação política e lhe confira dimensão de massa mais ampla. Além disso, essa orientação precisa assumir caráter propositivo, e influenciar realmente os rumos do governo e do Estado. O Partido é um instrumento de ação política, não um fim em si mesmo. Precisa falar mais largamente para a sociedade e abordar, no movimento real, seu projeto próprio com maior visibilidade, diferenciá-lo política, eleitoral e ideologicamente na sociedade. Está estabelecido, assim, um período de grandes exigências



para os comunistas, no sentido de elaboração em todos os campos.

Esse desenvolvimento é indissociável da maior atenção à luta de idéias. A busca de alternativa precisa estar assentada num amplo movimento de idéias avançadas. Decididamente, precisamos colocar a luta de idéias em outro patamar de preocupações e ações. A sociedade brasileira, para superar o legado neoliberal, vai conhecer intenso debate sobre as saídas e perspectivas. O que está em curso no país motiva reelaborações teóricas de alguma envergadura no que concerne ao projeto para o Brasil. Vamos necessitar de grande energia para esse esforço, aproximar o PCdoB de parcela significativa dos que pensam estrategicamente o Brasil e os desafios de sua transformação, para polarizar a sociedade e infundir maior confiança nos rumos da luta. Também no que se refere ao desenvolvimento de nosso pensamento tático nas novas condições, exige-se alimentar a elaboração política com esforço teórico, para um maior domínio da realidade concreta. O empenho teórico do Partido e a intensificação da formação teórica dos militantes são um componente indispensável para o fortalecimento de seu papel e força.

Na nova situação política devemos lutar, em especial, para mergulhar os comunistas nos movimentos sociais, adentrar na dinâmica da realidade profunda da situação dos trabalhadores e do povo, na inteira complexidade da sociedade brasileira. A militância precisa aumentar o protagonismo no movimento social real, construir uma agenda própria e renovada para o movimento de massas, em ligação com sua orientação política, como instrumento decisivo para impulsionar a estruturação partidária. Nossa orientação confere papel essencial à mobilização popular em apoio às mudanças que o país elegeu. Esses movimentos viverão novos desenvolvimentos, em substituição à prolongada fase de resistência vivida nos



anos 90. Além disso, na atuação do movimento operário e de massas reside um aspecto fundante da natureza e caráter do Partido Comunista. Trata-se, enfim, de um elemento fundamental para a construção de uma hegemonia avançada das forças populares, em primeiro lugar dos trabalhadores — a base social que decide os destinos de nosso projeto político próprio. Somos críticos, e autocríticos, com relação à participação e às energias que empenhamos nessas frentes. Trata-se de esforço que precisa ser levado à esfera do pensamento e direção política. O PCdoB precisa lançar campanhas próprias e fazer mais ação de massas, de todos os tipos e magnitudes, como forma de expressão cotidiana do trabalho da militância e condição de sua visibilidade na sociedade. Deve recuperar essa característica tão marcante de nossa identidade no cotidiano da condição de militantes, resgatar o sentido que isso encerra de elevação da consciência e organização do povo e de pedagogia para o militante comunista. O mergulho no movimento operário e social é fator indispensável da nova acumulação de forças do Partido, inclusive de seu incremento eleitoral. É a fonte principal de onde emanarão os novos contingentes militantes. Este desafio precisa urgentemente ser desdobrado em proposições e ações concretas que sinalizem as mudanças. Particularmente quanto ao movimento operário, fazem-se necessárias medidas extraordinárias para elaboração de planos e controles concentrados, inter-relacionando as diversas frentes de direção envolvidas. Com o sentido de uma expansão maior do pensamento avançado, socialista, emancipacionista, no movimento de massas avulta a necessidade do fortalecimento do trabalho junto à Corrente Sindical Classista (CSC), União da Juventude Socialista (UJS), e União Brasileira de Mulheres (UBM), e a frente de luta contra o racismo. Além disso, é necessária uma elaboração mais coletiva da nossa linha de atuação de massas na UNE, Ubes, CUT e Conam.



A presença dos comunistas em cargos e funções de governo significa uma nova dimensão de possibilidades na esfera política. Além do governo central, participamos de governos em mais de uma dezena de Estados e capitais, e de centenas de municípios. Essa participação alcança a mesma magnitude de cargos eletivos que o PCdoB detém. Nossa ação tem, nessa esfera, importante instrumento para a acumulação de forças. Entretanto, a presença em governos, por ser recente, não tem tido a mesma atenção da direção e não é sistematizada. Diferentemente de mandatos eletivos, que reforçam a voz independente dos comunistas, participações em governos são mandatadas pelos chefes de Executivos, o que faz com que os quadros que assumem essas funções tenham autonomia apenas relativa. Por isso, tais participações precisam se acompanhar de um claro esforço político para não comprometer a identidade e independência partidária; e de íntima ligação entre essa participação e os nossos objetivos políticos. Trata-se, então, de formular projetos bem definidos para nortear essa participação em cada situação concreta, sujeitando-a ao controle político do Partido; particularmente, encontrar uma justa combinação e equilíbrio entre a atuação institucional e a luta social. Será necessário inovar na definição do trabalho de direção, constituindo secretaria própria para esse fim, a partir da direção nacional.

São esses, portanto, os impulsionadores da nova fase: maior protagonismo na luta política; mais intensa atuação na luta de idéias; mergulho nos movimentos sociais; e participação institucional. As potencialidades de nosso desenvolvimento estarão intimamente vinculadas aos rumos do governo Lula, e ao papel que cumpriremos — dentro e fora do governo — para seu êxito. Nossa orientação política precisa construir espaços próprios do Partido, ter marcas distintivas, perseguir seu fortalecimento, conferir-lhe base social mais ampla,



impulsionar seu crescimento eleitoral. Trata-se da independência política e ideológica dos comunistas, indispensável nas condições de participante do governo. Isto nos exige conferir maior visibilidade ao projeto dos comunistas, pois a afirmação partidária se dá em meio a ambiente de forte disputa, nos marcos de uma convivência prolongada com uma organização de tendência social-democrata, hegemônica política, cultural e socialmente entre os trabalhadores.

A nova tática precisa se desdobrar também em um projeto eleitoral para 2004 e 2006. O Partido tem sido demarcadamente uma força independente do ponto de vista político e ideológico. Forças mais clarividentes enxergam nele uma orientação de cunho mais avançado e um rico pensamento tático. Isto é um grande trunfo de nossa trajetória. Entretanto, a força estruturada dos comunistas condiciona a tática eleitoral e, nesse âmbito, depende muito das coligações. A diferenciação e visibilidade do PCdoB têm na tática eleitoral um fator saliente. Aos olhos de grande parte da população, o Partido é co-participante do consórcio eleitoral petista, reduzindo sua visibilidade política. É necessário partir para um projeto eleitoral ampliado, incluindo candidaturas próprias do PCdoB aos executivos e legislativos municipais, e permitindo maior divulgação do próprio Partido. Eleições municipais são momento propício para lançar as bases dessa extensão, ao mesmo tempo em que devem ser vistas como um momento de consolidação do governo Lula e de seu projeto mudancista. Deve-se articular isso com o esforço para formular uma proposição concernente à reforma política, capaz de derrogar as cláusulas de barreira já estabelecidas.



## **Novas exigências na esfera ideológica para a estruturação partidária.**

O desenvolvimento partidário reclama maior atenção ao nosso trabalho de educação ideológica. O 10º Congresso afirmou que a base de nossa construção ideológica é a convicção revolucionária, aliada a uma política transformadora e à íntima ligação com o movimento real dos trabalhadores. Centrou o combate ao espontaneísmo quanto à sua construção. Entretanto, nas condições de intensiva institucionalização da atividade política, crescem as pressões burocratizantes, tendentes ao rebaixamento estratégico do papel do Partido e ao comprometimento de sua independência. Precisamos reforçar nas fileiras comunistas o debate do projeto político do Partido e intensificar o cultivo de valores, traduzido em normas e atitudes de compromisso militante. O enfraquecimento de órgãos de direção, o abarrotamento da pauta de trabalho com um sem número de questões do cotidiano de executivos e parlamentos, o desatamento da pressão dos anseios e carreiras expõem-nos à possibilidade de cooptação e à diminuição dos vínculos com a ação de massas. A baixa organicidade do trabalho militante na base, e até mesmo nos comitês, e o descompromisso com a sustentação material enfraquecem nossa luta. São fatores que precisam ser enfrentados com firmeza visando preservar o caráter revolucionário e classista do Partido.

Organizações revolucionárias marxistas não estiveram — e nem estão — imunes à burocratização; institucionalização; acomodação; conciliação de classes; e reprodução de preconceitos de raça e sexo. Seria pueril considerá-las à margem dos desenvolvimentos políticos concretos, tanto quanto desconsiderar as pressões reais — estas sim objetivamente inevitáveis — que se verificam nesse rumo, principalmente quando se intensifica a institucionalização do processo político. Os comunistas precisam aprofundar



os laços com o movimento real, em suas diversas variantes de causas, de formas de luta e organização. O Partido é o portador de um projeto político com o qual vai disputar corações e mentes desse amplo contingente social. Para isso, a construção partidária se assenta em seu projeto político, mas também em valores, a partir do próprio critério de militância, fator distintivo de um Partido transformador. Os comunistas devem intensificar o cultivo da disciplina consciente, da crítica e autocrítica dos métodos e estilos de atuação entre as massas. Não aceitamos conviver com diferentes correntes no interior de nossas fileiras, nem com a formação de estruturas de poder internas à margem dos órgãos eletivos, a sobreposição de interesses de lideranças ao coletivo porque são questões que enfraquecem o projeto e a unidade partidária. Isso é, aliás, parte de nossa identidade, que buscamos valorizar politicamente no diálogo com a sociedade.

A esfera ideológica abarca, ainda, o próprio tema partido e sua indispensabilidade como polêmica central e aguda no atual debate teórico, ideológico e prático do movimento social. Há uma retomada da consciência crítica, patenteada em múltiplos movimentos, e uma infinidade de manifestações, formas de luta e organização, da qual o Fórum Social Mundial é a expressão mais visível. Nele, a consigna de que “Um Outro Mundo é Possível” se opõe à globalização neoliberal e imperialista, e crescentemente se constrói uma consciência anticapitalista, dando margem a nova disposição de atuação por parte de amplos contingentes sociais em todo o mundo. Isso demonstra um espírito de luta, uma nova onda militante de variados matizes, formas e conteúdos. Nele, avulta a rejeição ao atual estado de coisas, sem, todavia, ter produzido uma estratégia de ação clara e unitária para a superação do capitalismo.



Destaca-se nesta questão a relação entre partido e movimentos sociais. As questões postas neste debate são a necessidade da luta pelo poder político, da conquista da força do Estado para impulsionar as mudanças necessárias; a centralidade do proletariado na luta anticapitalista; a possibilidade e a necessidade de superação do capitalismo. O “movimento dos movimentos”, como estratégia, assenta-se na negação da centralidade e exigência de um partido político para a transformação social anticapitalista. Esses movimentos têm caráter setorial, parcializado, causas específicas. Ademais, a pregação em torno desses movimentos muitas vezes camufla a real intenção de erigir o próprio movimento em organização política, com normas e projetos próprios. Esse embate nos confronta com o terceirismo — nem capitalismo, nem socialismo — no plano ideológico, e o possibilismo — reformar o capitalismo —, no plano político, marcantes ainda no cenário da luta social protagonizada pelos movimentos. Eles não alcançam cumprir o papel essencial da política: a disputa do poder de Estado que pode impulsionar nova forma de organização social. Contribuem, assim, para rebaixar o papel estratégico de um partido revolucionário e o próprio papel da política, como forma mais elevada da consciência social na formação de novos contingentes militantes.

É nesse quadro que se repõe a contenda da centralidade da questão partido, como instrumento articulador das exigências da luta anticapitalista, partido de vanguarda do proletariado, centro estratégico definidor da luta pelo poder político de Estado, indispensável ao processo transformador. Combatemos a crítica aos partidos revolucionários marxistas e a tendência por substituí-los pelos movimentos sociais. Estando em retomada a consciência crítica, mais que nunca se necessita de um instrumento político como o PCdoB, insubstituível para a luta por um projeto global de transformação social, que



supere o sistema capitalista. Não devemos retroceder aos primórdios da luta de classes, se já generalizamos a experiência histórica e erigimos uma teoria do partido revolucionário, que está em desenvolvimento permanente. Um partido de vanguarda do proletariado, marxista e transformador, de ação de massas, dotado de unidade de ação construída democraticamente, alimentado pela consciência, estruturado sobre os critérios de militância. Partido para alcançar o poder político e empreender a transformação social no rumo do socialismo. Um novo impulso na vida do PCdoB demanda participar dessa confrontação enriquecedora de idéias e práticas, reafirmando o primado da exigência e centralidade de um Partido Comunista, marxista e leninista, de vanguarda, moderno. Isso nos exige, ao mesmo tempo, a compreensão dialética desses fatores, confrontando-os com a realidade contemporânea e as práticas e formas de consciência sociais.

No debate ideológico, o combate realizado aos partidos marxistas e leninistas se assenta, essencialmente, no estigma que se constituiu sobre essa concepção: organizações centralizadas burocraticamente, que sobrepõem a consciência ao movimento espontâneo, instrumentalizando os movimentos sociais e que põem a questão do poder de Estado como primária e anterior à práxis da transformação social. Práticas deformadas da experiência socialista do século XX e a constante propaganda anticomunista forneceram base para esse estigma. É indispensável, ao lado da reafirmação do primado do partido de tipo leninista, atualizar tais concepções, para superar limitações quanto à abordagem da realidade social de hoje, à ampliação do nosso diálogo com a sociedade e à interação com os movimentos sociais. Essencialmente, impõe-se o contínuo desenvolvimento do leninismo, rejeitando qualquer leitura mecanicista e reducionista de seu conteúdo, descondicionando os



conceitos teóricos da experiência particular de determinados períodos históricos. Trata-se, então, de reafirmar de maneira atualizada essa concepção e refutar os estigmas.

É da compreensão dialética do leninismo que o movimento espontâneo é fonte indispensável da luta e alimentação da causa transformadora. O espontâneo é um momento primário do consciente; espontâneo e consciente se articulam necessariamente. O movimento espontâneo contra a exploração do capital só se desenvolve, e se afirma, articuladamente com um projeto político transformador viável — que exige a mediação consciente, vale dizer, da ciência social crítica. Essa ciência é o marxismo — desenvolvida por Lênin —, notadamente quanto à teoria do partido revolucionário. O consciente não se sobrepõe mecanicamente ao espontâneo na prática da luta social — deve fundir-se com ele para dar-lhe qualidade nova. Um não nega o outro; filosoficamente, o consciente é a negação da negação do espontâneo, superação dialética. Por isso, exigem-se mediações adequadas do partido revolucionário, visando construir sua hegemonia. Daí o papel pedagógico dos comunistas no seio dos movimentos, e dos movimentos para a experiência do militante comunista. Daí as exigências de profunda ligação com o movimento real e de um projeto político transformador viável. Os temas partidos e movimentos se imbricam dialeticamente; contradições entre eles existem, sem serem antagônicas. Ocorre unidade e luta na relação entre o Partido e as diversas formas de movimentos sociais da atualidade. Burocratização acontece quando é negada essa dialética, a organização passa a ser um fim em si mesma, e se desliga do movimento real, das autoproclamadas aspirações e anseios da massa de trabalhadores e do povo, cumprindo um papel de vanguarda. O Partido é o portador de um projeto revolucionário; aspira infundir consciência ao movimento real dos trabalhadores e das massas,



construir a hegemonia dos trabalhadores no processo transformador, conquistar o poder político de Estado para erigir um novo regime social.

O Partido defende a autonomia dos movimentos sociais, busca desenvolver seu caráter unitário em torno dos interesses fundamentais dos trabalhadores e do povo, esforça-se por politizá-lo no rumo da luta transformadora. Os comunistas, que desenvolvem a consciência da luta, buscam alimentar-se da prática desses movimentos e visam infundir-lhes, com mediações adequadas, o seu projeto transformador. É uma relação dialética de duas mãos, pedagógica e organizativa, prolongada e perseverante, principalmente nestes tempos de defensiva estratégica e de retomada da luta. O objetivo essencial é elevar o grau de consciência e organização do povo e fortalecer as convicções militantes; vingar e fortalecer a luta pelo projeto transformador do Partido e sua maior estruturação orgânica. Isso é o que corresponde à experiência brasileira, na qual movimentos sociais contribuíram com a luta política, possuem raízes na sociedade e acumularam uma vasta relação com os partidos progressistas. Cabe ao nosso Partido impulsionar essa experiência, debater a ligação entre as bandeiras específicas desses movimentos e as questões da luta transformadora, costurando uma aliança com o objetivo de ampliar as lutas sociais e elevar o nível de consciência popular.

Ao lado disso, tem centralidade também neste debate a questão dos chamados sujeitos históricos fundamentais da transformação. Várias correntes negam abertamente o papel do proletariado, com base na fragmentação e na precarização reais criadas pela reestruturação produtiva capitalista e a ofensiva do pensamento único neoliberal. Temos afirmado que segue sendo central o papel histórico potencial do proletariado. É nele que reside, enquanto



classe, a possibilidade histórica da transformação social rumo a um novo regime, socialista. Entretanto, em meio a uma sociedade fragmentada e anômica, novas contradições emergem na vida social. Consciência transformadora se desenvolve em outros sujeitos participantes de causas variadas, expressa em movimentos de distintos matizes e formas. Isso não é negação do partido e do papel do proletariado; mas exige deles sensibilidades e mediações novas, para não se desligar do movimento real e para buscar repor a centralidade dos trabalhadores como base social essencial à vitória da causa transformadora. Exige, particularmente, um projeto político que reflita as aspirações e anseios dos trabalhadores, que o assuma como seu, em aliança com amplas massas populares, com a juventude e a intelectualidade avançadas. É a luta tenaz pela construção de uma hegemonia que possibilite retomar a onda transformadora.

### **O fortalecimento orgânico do PCdoB.**

O crescimento das fileiras do PCdoB deve ser levado a um patamar superior. A batalha pela legalização foi travada de modo muito prolongado, ao longo de quase dez anos, para se afirmar integralmente. Agora, nossas respostas precisam ser mais efetivas e rápidas. O Partido tem de ser massivo em sua força orgânica, com uma militância ampla, numerosa, extensa. Isto é o que atende às características de nossa sociedade, aos caminhos da luta transformadora e ao papel que precisa ser desempenhado por ele na atualidade. É parte da batalha pela construção da hegemonia. Propõe-nos novo estirão de crescimento partidário. As condições políticas do país permitem projetar esse salto.

O crescimento realizado nos últimos anos chegou a um teto provisório e há um claro movimento de entra-e-sai no contingente partidário. Falta organicidade às bases e a



numerosos comitês intermediários e é muito reduzida nossa estrutura material e financeira. Ainda são insuficientes nossos esforços práticos relativos à construção do Partido na classe operária e entre os demais trabalhadores. São fenômenos que expressam a atual maturação de nossa corrente de pensamento e ação na sociedade brasileira. A hora é de ousadia para abrir nossas portas, aumentar o número de militantes, conquistar amplos contingentes de ativistas, fazer crescer a força dos comunistas no Brasil, sem perder de vista o papel do Partido enquanto vanguarda do proletariado, superar práticas estagnadas nesse terreno, estruturar mais larga e profundamente as organizações partidárias, conferir-lhes funcionamento mais permanente, principalmente nos grandes municípios do país. O objetivo é aumentar o volume de nossa força militante. O PCdoB pode atrair numeroso contingente de pensadores e ativistas, que nele enxergam o portador de um rico pensamento sobre o Brasil e a transição ao socialismo, combinação ausente em qualquer outra formação política do país. Pode atrair também os que despertam para a luta social e política, encorajados pelo novo ciclo aberto no país. Muitos outros o buscarão como legenda honrada para ingressar na vida pública. Podemos polarizar parcela significativa das forças avançadas do país e atrair aderentes em estratos da intelectualidade, dos militares, dos trabalhadores do mundo da ciência, tecnologia e cultura, interessados em abrir caminho a um novo Brasil.

Isso se dará em meio a forte competição, principalmente com o PT, que aparece aos olhos da sociedade como partido da esquerda e que busca acentuar sua marca ligada aos trabalhadores. Situa-se aí uma disputa estratégica, de mais ou menos larga duração, que nos exige permanentemente um esforço ativo de vincar marca classista. Os eixos fundamentais do crescimento estabelecidos no 10º Congresso permanecem válidos:



esforço prioritário junto aos trabalhadores, à juventude e à intelectualidade avançada, nos grandes centros do país, a partir dos maiores municípios em cada Estado.

As demandas políticas e ideológicas exigem superar gargalos organizativos. Aqui também se faz necessário retomar reflexões de fundo. Quanto mais se impõe uma indagação de um caminho próprio para a transformação social em nosso país, tanto mais deve maturar a resposta sobre a adequação do Partido e as formas organizativas que assume. Nossa experiência será original, sem cópia de modelos. Nós a vimos perseguindo desde o 8º Congresso, na análise crítica da experiência de construção do socialismo no século XX e nos ensinamentos dela extraídos, recusando os modelos únicos e fixos de socialismo e de organização. Afirmamos o caminho de construir um PC marxista-leninista, de princípios, e moderno. Organizativamente, ele precisa se estruturar como um PC de massas. Isso nos exige dar mais passos e desobstruir caminhos. Subjetivamente, o Partido precisa se imaginar maior, descondicionar pensamentos que entravam a noção de uma organização política mais ampla e estruturada. Adequações organizativas são necessárias para atender essa necessidade.

Precisamos diversificar o perfil e o caráter da militância comunista. Estabelecer um diálogo mais aberto entre o Partido e a sociedade atual e suas relações de conflito. Vingar mais fortemente a corrente comunista no cenário político, social e cultural do país. Militância não deve ser supressão de inclinações e potencialidades pessoais. O militante é um cidadão, ou cidadã, com sua vida pessoal, familiar, profissional, acadêmica, subjetiva; seu papel social é enriquecedor da militância política. Ser militante é, mais precisamente, infundir os valores e o projeto do Partido à vida e luta sociais nas quais se atua, em quaisquer graus e níveis. Visamos manter o valor central



da opção militante: o compromisso de estar de acordo com o Programa e Estatutos, de cumprir as decisões tomadas coletiva e democraticamente, pertencer a uma das organizações partidárias e contribuir com a sustentação do Partido. Devemos debater como incorporar efetivamente cada militante nas decisões dos rumos coletivos, com os distintos níveis de envolvimento individual, e adequarmos a esse mosaico militante, segundo o nosso projeto em cada situação concreta.

Em correlação a isso, devemos diversificar o perfil e o caráter de nossas Organizações de Base, de modo a refletir mais proximamente a complexidade da sociedade, suas relações de conflito social e as potencialidades da ação de cada militante. O 10º Congresso sistematiza algumas dessas características. Em nosso país continental, são muito variadas as experiências sociais. Infere-se que as organizações do Partido devem refletir pela base essas diversidades e exigências. São, ao lado do perfil e caráter da militância, matérias a serem estudadas e levadas ao 11º Congresso, com as eventuais adaptações estatutárias e regimentais que reclamem.

Ponto central da estruturação orgânica partidária, ainda na atual fase, é a consolidação de órgãos dirigentes, principalmente nos grandes municípios e Estados, no sentido de colocar o Partido à altura dos desafios do momento. Será fruto de uma nova acumulação de forças militantes, mas exigirá também romper com práticas limitadas características de outros tempos e outras exigências. O essencial é compreender que direções capazes e respeitadas são uma construção do coletivo e demonstração de consciência política avançada quanto ao caráter de nossa luta. Exige-nos concepções, métodos e estilos adequados à extensão dos papéis, funções e feições de que o Partido precisa desenvolver. Direções partidárias devem ser colegiadas. Neste sentido, também as



comissões auxiliares têm importante papel a cumprir, seja no reforço de nossos quadros, seja na elaboração e encaminhamento de nossa política. Nas condições atuais, é falsa a dicotomia entre dirigentes e lideranças públicas. As lideranças partidárias não devem se sobrepor às direções, mas sim integrá-las, com iguais direitos e deveres entre todos. As funções e papéis dos dirigentes executivos precisam ser valorizados e adquirirem dimensão pública, tendo apoio de trabalho auxiliar, como é verificado na atividade parlamentar. É necessário fortalecer e respeitar a institucionalidade, aprimorando a democracia e a unidade da vida partidária. O centro de gravidade do trabalho de direção precisa ser levado aos plenos dos comitês e suas respectivas comissões políticas. O trabalho das secretarias é indispensável, mas deve integrar, e não se sobrepor, ao processo de direção. Vamos instituir alternância formal nos cargos de direção, para superar práticas atrasadas de dirigentes quase vitalícios. Deve ser combatida a tendência a um papel excessivamente centralizador de um, ou poucos, dirigentes, na condição de “provedor geral”, que acaba conduzindo a um trabalho estreito, enfraquecido, acomodado, conciliador ou burocratizado. São sobrevivências de noções estreitas de núcleos dirigentes, próprias de outro tempo, que muitas vezes estiolam a atividade. Ao mesmo tempo, não se pode admitir o outro extremo, que é a direção omissa, não cumprindo o seu papel, sendo necessária uma atenção especial aos critérios partidários quando da renovação das direções e promoção de quadros. Devemos revigorar a vida interna partidária, zelando pelo funcionamento desde a base, sobretudo entre os trabalhadores, construindo uma dinâmica institucionalizada, pondo os rumos do Partido efetivamente nas mãos do coletivo.

A política de quadros precisa ser atualizada, em sintonia com essas exigências. Quadros não são apenas os que atuam em tempo integral em atividades dirigentes. O



Partido precisa de todos os quadros formados no seu pensamento, quer estejam à frente de atividades dirigentes executivas, quer estejam na ação parlamentar ou de governo, na vida científica, técnica ou profissional ou com outros condicionamentos. Particularmente nesta fase, ele precisa de uma infinidade de quadros técnicos, assessores, consultores. Por sua vez, tais quadros precisam encontrar as formas de integrar-se mais ao projeto partidário, para cumprir o papel de intelectuais orgânicos. Exige-se largueza de visão de parte a parte para considerar o aporte que podem trazer. Assim, deve-se superar o falso antagonismo entre as exigências e a disposição, ou disponibilidade, dos quadros. Haverá quadros profissionalizados em tempo parcial, em tempo determinado, quadros semiprofissionalizados e quadros não profissionalizados, também indispensáveis. Isso exige a mediação de projetos políticos concretos — para cada caso — numa orquestração de esforços por alcançar o objetivo dos comunistas em cada situação, dinamicamente definida. Tais quadros precisam ser trazidos à esfera dos comitês dirigentes, visando intensificar essa relação dialética. De outra parte, os quadros dedicados integralmente ao trabalho partidário, os funcionários revolucionários, seguem sendo indispensáveis. Mas eles também precisam ter condições para renovar sua formação, atuar mais intensamente nos seus papéis sociais. A política de profissionalização precisa ser reequacionada, de modo a conferir horizontes mais estáveis — material e politicamente —, à atividade desses quadros e, também, a produzir definição mais demarcada de condições de tempo e projeto nessas situações, possibilitando alternância na atribuição desses papéis de profissionais.

A situação reclama desenvolver as bases de sustentação material do Partido. O sistema de contribuição militante deve assumir um caráter marcadamente político: vincular



direitos militantes ao cumprimento do dever de sua contribuição ao Partido. Essa é uma batalha prolongada, pedagógica e ideológica, feita por etapas, essencialmente política: convocar a militância a definir e realizar o projeto partidário. Não se vencerá essa batalha sem persistência das instâncias dirigentes, e sem reforçar a organicidade pela base. É um dos maiores fatores de atraso na vida partidária, que expressa o grau de maturidade de nossa corrente de pensamento e ação, e que condiciona o desenvolvimento de nosso papel no cenário político. Ao lado disso, é também de ordem política o desafio de pôr a questão da sustentação material em primeiro plano de nossas atividades dirigentes. Sustentação material é fruto de nossa ação política, das amplas bases sociais mobilizadas por nossa orientação na presente luta que travamos. Precisa ser alvo de esforços especializados, concentrados e cotidianos, buscando viabilizar projetos do Partido, realisticamente definidos. Essa é uma das principais deficiências de nossas atividades dirigentes e da atividade de nossas lideranças. Expressa uma visão idealizada e espontaneísta da luta em que estamos envolvidos. É possível e necessário equacionar o problema material de nossa atividade sem abrir mão de nossos princípios e valores. É preciso debater em todas as instâncias partidárias a questão das finanças.

Na esfera da comunicação, devemos promover a mais ampla democratização das informações partidárias, bem como a divulgação, para milhões, das idéias e bandeiras de nosso projeto. O caminho é fortalecer um sistema nacional de comunicação que tem seu instrumento mais dinâmico no Portal do PCdoB; porém, requer também o relançamento d'A Classe Operária, órgão central do PCdoB, com um projeto jornalístico de vanguarda, formador de consciências, orientador do Partido e das massas, com os recursos, periodicidade — num primeiro momento passando de mensal para quinzenal — e um sistema de



distribuição compatível com este caráter. Compreende também a combinação de iniciativas regionais de agitação e propaganda e as cadeias nacionais e estaduais de rádio e TV, aí incluindo campanha nacional de filiação e campanhas publicitárias; o fortalecimento da revista teórica Princípios; e a utilização de outros instrumentos ligados a nosso trabalho parlamentar, institucional, de massas e outros. O Partido, amparado em pesquisas sobre a sua imagem, precisa falar mais com a sociedade.

O PCdoB tomará iniciativas no sentido de desenvolver práticas comuns e criar espaços de debate político e ideológico, num espírito de unidade e camaradagem, com os integrantes do PC Brasileiro. A divisão em duas legendas na década de 60 do século passado é fato que pertence à história do movimento comunista brasileiro. As razões que a motivaram radicam nas irrepetíveis circunstâncias que condicionaram o movimento comunista mundial e a vida interna do Partido Comunista no Brasil na segunda metade do século passado. Estamos convencidos de que esses entendimentos e essa aproximação conduzirão ao fortalecimento do movimento revolucionário em nosso país.

Os planos de estruturação partidária são a tática atual para abordar a questão do fortalecimento do Partido. Tais planos tinham duas dimensões: 1) superar as defasagens verificadas nas esferas ideológica e organizativa; e 2) superar o espontaneísmo na sua construção, erigindo o planejamento como mote.

Na prática, são cinco anos de esforços. Permanece, com força, a dimensão “plano” e enfraqueceu-se a dimensão “superação das defasagens”. Isso confere às discussões sobre o PEP um caráter administrativista e até burocrático, distanciado de seu papel essencial. Para a etapa imediata, em curso, a centralidade está no papel político e crescimento militante do PCdoB, sobretudo entre os



trabalhadores e o povo, consolidando comitês nos maiores municípios, mais uma vez colocando o vetor político no centro de sua aplicação. Devemos retomar e acelerar os planos formulados no IV PEP em cada Estado. Entretanto, em razão das novas condições, cabe à direção nacional impulsionar a nova potencialidade que se abre para o seu desenvolvimento. É na sua capacidade realizadora que reside o principal do novo estirão a perseguir na atividade partidária. Neste sentido, são objetivos imediatos: estruturar a Escola Nacional; lançar o papel do Instituto Maurício Grabois (IMG) como instrumento da luta de idéias; dar novo impulso ao Portal e relançar A Classe Operária quinzenal; organizar campanha pela sede própria nacional; realizar pesquisa nacional sobre o Partido; instituir novo sistema nacional informatizado que permita o recadastramento geral da militância; e modernizar o gerenciamento partidário, instituindo técnicas de planejamento estratégico. O centro da atual etapa, cumprindo o final do IV PEP, é a realização exitosa desta Conferência Nacional, envolvendo o conjunto da militância na definição dos rumos do Partido. No curso de seus debates, devemos dar um balanço crítico nos desempenhos desses planos ao longo dos últimos 5 anos, e decidir as bases, oportunidade e formas que pode assumir um novo Plano, a ser formulado no âmbito das Conferências Ordinárias Estaduais deste ano.

O PCdoB chegou ao seu 81º ano de existência, e 41º de reorganização tendo alcançado vitória expressiva na consecução dos objetivos traçados em seu último Congresso. Nesta fase, o Partido precisa ser ainda mais ativo na luta política e teórica, bem como na luta social. Quer, por isso, se defrontar com a necessidade de ser um partido mais forte e estruturado, com uma musculatura mais desenvolvida, que se expressa numa militância mais numerosa, bases mais extensas, comitês mais estruturados



pelo país adentro. São os desafios da atual etapa. Precisamos estar à altura de vencê-los.

**9ª Conferência Nacional do PCdoB.**

*Brasília, 29 de junho de 2003.*



Índice

Tela Cheia



ir



Painel



## O CONHECIMENTO DA ESTRUTURA PARTIDÁRIA E DE SEUS QUADROS

Elaine Guimarães e  
Oswaldo Napoleão

**N**os últimos anos demos passos destacados na modernização da cultura política da vida partidária. O 11º Congresso foi um marco nesse processo, porque permitiu pautar o novo Estatuto, que sintetiza e sistematiza em normas a experiência partidária. As linhas e conteúdos políticos, ideológicos e organizativos foram desenvolvidos e motivaram o coletivo partidário. Esse esforço foi precedido dos dois Encontros sobre Questões de Partido e pode-se dizer que há um conjunto sistematizado de política de organização a ser trabalhado neste novo período.

A modernização da cultura política precisa, agora ser implementada e se fazer extensiva a todo o Partido. Após o registro do Estatuto, o Comitê Central deverá aprovar as normas, regimentos e resoluções complementares, o que motivará a publicação de um consolidado desse conjunto de documentos para a gestão da vida partidária.

O desenvolvimento imediato desse trabalho compreende como questão da ordem do dia o esforço de cadastramento partidário, em duas ordens: a do recenseamento geral dos participantes do 11º Congresso, que deve ter o formulário digitado na Rede Vermelha, e o de quadros, cujos formulários devem ser encaminhados à Comissão Nacional de Organização.

Particularmente decisivo é o cadastro de quadros. Uma das conclusões mais destacadas da Resolução Política desse Congresso é a compreensão renovada da exigência de uma



sólida estrutura de quadros que sustente a perspectiva partidária. Por isso, uma das questões mais candentes do trabalho de organização - e da política de organização - neste próximo período, será desenvolver e colocar em prática uma política de quadros consentânea com aquelas conclusões.

É preciso compreender isso como parte de um trabalho de conjunto. O conhecimento da estrutura partidária, seus comitês, bases, OBs e quadros, é a matriz para todo e qualquer trabalho organizativo. O cadastramento apropriado é indispensável para a gestão partidária em todos os níveis, e também da direção nacional. Por isso, com base na nossa experiência, deverá haver uma racionalização desse processo, tornando-o permanente e cumulativo.

Como se sabe, realizamos de um ou de outro modo conferências anualmente. Torna-se necessária essa racionalização, bem como ter foco definido sobre o centro de gravidade dos cadastramentos a cada um desses processos. Nessa sistemática, deve-se observar que há anos de congresso, quando mobilizamos da base ao alto toda a estrutura partidária; e há anos de conferências estaduais e municipais sem congresso. Nos intervalos, há anos de eleições locais e anos de eleições nacionais, quando realizamos as respectivas convenções. Desse modo, podemos designar focos diferenciados de atenção ao cadastramento, evitando redundância de dados. Isso porque realizar cadastramento é processo oneroso e exige racionalização.

### **Quais são esses focos?**

Em congressos (conferências estaduais e municipais), de 4 em 4 anos: recenseamento geral da militância e dos quadros.



Em conferências estaduais e municipais desvinculadas de congresso, de 4 em 4 anos: recenseamento geral da militância e das organizações de base (OBs).

Em convenções eleitorais (eleições locais), de 4 em 4 anos: recenseamento dos comitês municipais.

Em convenções eleitorais (eleição nacional), de 4 em 4 anos: não haverá recenseamento.

Tornada regular essa sistemática, será possível aperfeiçoar a solicitação das informações, tornando funcionais e práticos os recenseamentos. Do novo militante, se solicitará o cadastramento; daquele que já consta na Rede Vermelha, somente a atualização dos dados. O mesmo será necessário para os quadros partidários.

Devemos adotar medidas especiais, no âmbito do trabalho de organização em cada estado, no sentido de implementar e desenvolver esse trabalho. Afinal de contas, a essência do trabalho de organização é e será sempre o controle da ação partidária e a alocação de quadros. Nem um nem outro será factível sem o holofote do cadastramento, que permite iluminar o estado real desse trabalho.

*Elaine Guimarães e Oswaldo Napoleão são membros da Comissão Nacional de Organização do PCdoB.*

*Publicado no Partido Vivo em 08/12/05*

